Índice de Inovação dos Estados 26



Realização:

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Rede de Observatórios Sistema Indústria

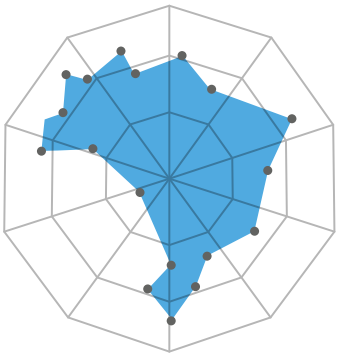
Observatório Nacional da Indústria

Observatório da Indústria Ceará

FIEC Federação das Indústrias do Estado do Ceará

CNI Confederação Nacional da Indústria





Índice de Inovação dos Estados 26

Realização:

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Rede de Observatórios Sistema Indústria

Observatório Nacional da Indústria

Observatório da Indústria Ceará

FIEC Federação das Indústrias do Estado do Ceará

CNI Confederação Nacional da Indústria

Fortaleza, 2026

© 2026. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
© 2026. FIEC – Federação das Industrias do Estado do Ceará
© 2026. Observatório da Indústria - Ceará
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Rede de Bibliotecas Senai Ceará - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, CE, Brasil)

Confederação Nacional da Indústria.
Índice de inovação dos estados 26 / Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC / [coordenação Eduarda Fernandes Lustosa de Mendonça]. -- Fortaleza, CE : CNI : Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, 2026.
100 p. : il.

1. Desenvolvimento econômico 2. Desenvolvimento industrial 3. Desenvolvimento e Inovação 4. Inovação - Aspectos econômicos 7. Estados Brasileiros - inovação I. Mendonça, Eduarda Fernandes Lustosa de.

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático: 1. Desenvolvimento e Inovação: Economia 338.9
Karla Meneses Farias - Bibliotecária CRB - 3 CE -1273

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

PRESIDENTE
Antonio Ricardo Alvarez Alban

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS
Josué Christiano Gomes da Silva
José Ricardo Montenegro Cavalcante
Jamal Jorge Bittar
Antonio Carlos da Silva
Gilberto Porcello Petry

VICE-PRESIDENTES
Eduardo Eugênio Gouvea Vieira
Mario Cezar de Aguiar
Carlos Valter Martins Pedro
Ricardo Essinger
Flávio Roscoe Nogueira
Silvio Cézar Pereira Rangel
Amaro Sales de Araújo
Marcelo Thomé da Silva de Almeida
José Carlos Lyra de Andrade
Sérgio Marcolino Longen
José Conrado Azevedo Santos
Leonardo Souza Rogerio De Castro

1ª DIRETORIA FINANCEIRA
Cristhine Samorin

2ª DIRETOR FINANCEIRA
Eduardo Prado De Oliveira

3ª DIRETOR FINANCEIRA
Francisco De Assis Benevides Gadel

1ª DIRETOR-SECRETÁRIO
Sandro Da Mabel Antonio Scodro

2ª DIRETOR-SECRETÁRIO
Edilson Baldez Das Neves

3ª DIRETOR-SECRETÁRIO
Roberto Magno Martins Pires

DIRETORES
Antonio Jose De Moraes Souza Filho
Izabel Cristina Ferreira Itikawa
José Adriano Ribeiro Da Silva
Luiz Cesio De Souza Caetano Alves
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes
Roberto Pinto Serquiz Elias
José Henrique Nunes Barreto
Paulo Afonso Ferreira
Gilberto Ribeiro
Jandir Jose Milan
Gilberto Seleme
Alessandro Jose Rios De Carvalho
Jorge Wicks Corte Real
Alexandre Herculano Coelho De Souza Furlan
Edson Luiz Campagnolo

CONSELHO FISCAL
Membros Titulares
Hilton Morais Lima
Fernando Cirino Gurgel
José Da Silva Nogueira Filho

Membros Suplentes
Clerlanio Fernandes De Holanda
Francisco De Sales Alencar
Edmilson Matos Candido

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC

PRESIDENTE
José Ricardo Montenegro Cavalcante

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
Carlos Prado

VICE-PRESIDENTES
André Montenegro de Holanda
Roseane Oliveira de Medeiros
Jaime Bellicanta

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Luiz Francisco Juaçaba Esteves

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO
Germano Maia Pinto

DIRETOR FINANCEIRO
Edgar Gadelha Pereira Filho

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO
Carlos Rubens Araújo Alencar

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI | DR-CE

PRESIDENTE
José Ricardo Montenegro Cavalcante

DIRETOR REGIONAL
Paulo André de Castro Holanda

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI | DR-CE

PRESIDENTE
José Ricardo Montenegro Cavalcante

SUPERINTENDENTE REGIONAL
Paulo André de Castro Holanda

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR-PRESIDENTE
José Ricardo Montenegro Cavalcante

SUPERINTENDENTE
Danadette Andrade Nunes

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI

PRESIDENTE
Olavo Noleto Alves

DIRETORA DE INDUSTRIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA
Neide Aparecida de Sousa Freitas

DIRETOR DE INTELIGÊNCIA E ECONOMIA DA ABDI
Randal Farah de Oliveira Leão

GERÊNCIAS TÉCNICAS
Unidade de Monitoramento e Avaliação
Roberto Sampaio Pedreira

Unidade de Desenvolvimento Industrial
Cecilia Vergara Souvestre

Unidade de Gestão Estratégica
Roberta Rodrigues Nunes

Unidade de Transformação Digital
Adryelle Pedrosa Fontes

Unidade de Difusão de Tecnologias
Isabela Mendes Gaya Lopes dos Santos

Unidade de Novos Negócios
Vandete Cardoso Mendonça

Unidade de Cooperação e Inteligência Competitiva
Cynthia Araujo Nascimento Mattos

Unidade de Fomento as Estratégias de ASG
Rogério Dias de Araújo

Unidade de Nova Economia e Indústria Verde
Marcelo Brito da Silva Gavião

Execução

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

PRESIDENTE
Antonio Ricardo Alvarez Alban

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Diretor
Jefferson de Oliveira Gomes

Diretor-Adjunto
Mario Sergio Telles

SUPERINTENDÊNCIA DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Superintendente
Márcio Guerra Amorim

Gerente de Produtos de Inteligência e Rede Colaborativa
Marcelo Bispo

Coordenadora da Rede Colaborativa
Ellen Felizari

OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA CEARÁ I SISTEMA FIEC

ECONOMISTA-CHEFE/GERENTE
Guilherme Muchale de Araújo

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Laís Veloso Cavalcante

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Eduarda Fernandes Lustosa de Mendonça

AUTORES
Amanda de Sousa Oliveira
Barbara Braga Cruz
David Guimarães Coelho
Eduarda Fernandes Lustosa de Mendonça
Gustavo Oliveira Teles de Menezes
Ítalo Breno de Lima Carneiro
Ohanna Larissa Fraga Pereira
Pamella Maria Nogueira Moreira Silva
Rayssa Alexandre Costa

COORDENAÇÃO CRIATIVA
Aline Campelo Valente

ENGENHARIA DE DADOS
Rafael Padilha

DESENVOLVIMENTO DE DASHBOARD
Luisa Silva Ramos

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Rejane de Paula Guerreiro

DIAGRAMAÇÃO
Leilson da Silva Barbosa

APOIO À GESTÃO
Letícia Alves Vital Cavalcante Mota

EQUIPE TÉCNICA E DE PROJETOS
Adrielle Victoria Soares Alves
Aline Mota Albuquerque
Amanda de Sousa Oliveira
Ana Cléssia Pereira Lima de Araújo
Anderson Alcântara Medeiros
Angélica Gobbi dos Santos Porto
Assucena Saldanha Araujo
Audrey Marques de Moraes
Bárbara Nepomuceno Guimarães
Benjamim Girão de Freitas Neto
Camila Almeida Assunção

Camila Pinho Rodrigues
Carla Alessandra Silva de Araujo
Caroline Monteiro Ramos
Caroline Silva Santos Xavier
Charllys Silva Emerenciano de Lima
Cibele Mayra Viana Lourenço
Cíntia Farias de Brito
Cloves Anderson Mendes Pinho
Davi de Oliveira Saraiva Leao
Davi Rodrigues da Silva
Davi Sousa Alves
David Guimarães Coelho
Denis Alexandre da Silva
Denise da Fonseca Lucena
Diego Moura Vieira
Eduardo Luiz Gomes
Elandio Cavalcante de Amorim Neto
Emília Cristina Viana Barros
Eric dos Santos Catunda
Erivelton de Souza Nunes
Felipe Pinho Costa
Felipe Pinto
Flavio Humberto da Silva Júnior
Francisca Larissa Almeida Assunção
Francisco Assuero Monteiro Saraiva
Francisco Daniel Bezerra de Carvalho
Francisco José Barbosa de Brito Júnior
Francisco Raylson Alexandre de Macedo
Francisco Sandro Lima Costa Filho
Gabriel Vidal Gaspar
Geizyanne Quirino dos Santos
Gladson Rabelo Freitas
Gustavo Oliveira Teles de Menezes
Gustavo Rogers Ferreira Damasceno
Hélio Rocha Vieira de Couto Junior
Indira Ponte Ribeiro
Ingrid Almeida Andrade
Italo Breno de Lima Carneiro
Jamylle Gomes de Lyra Reis
Janaina Rebouças De Jesus Andrade
Jardheson Herculles Fonseca De Oliveira
João Guilherme Alves Noronha de Morais
João Pedro Viana Rodrigues
Josânia Freitas da Cunha
José Roberto Gertrudes Monte Filho
Juliana Lima de Freitas
Julyene Lopes Figueiredo
Laís Di Giovanni Bertozo Aguiar
Larissa Diniz Cavalcante
Larissa Souza da Silva
Lays Maria Silveira de Vasconcelos
Letícia de Oliveira Ribeiro
Lígia Alves Viana
Luana Bianca Silva Dantas
Lucas Emerson Morais da Silveira
Ludmila e Silva Masih
Luisa Silva Ramos
Madson Luiz Dantas Dias
Maria Analice dos Santos Sampaio
Maria Milena dos Santos Moura
Mariana Costa Biermann
Mariana de Matos Jericó e Silva
Marília de Souza
Mateus Pinheiro de Goes Carneiro
Melissa Marques Pinheiro
Miguel Angelo Vasconcelos Jeremias
Miquéias Silva Araujo
Nádia Sneyle Teobaldo dos Santos Queiroz
Natália de Castro Medeiros
Nathália Duarte Fernandes
Nicholas Barros Ribeiro
Paloma Alves Saraiva Teles Buarque
Pamella Maria Nogueira Moreira Silva
Priscila de Santis Moller de Almeida
Rafael Padilha
Ramon Gomes Monteiro
Raquel Valença
Rayssa Alexandre Costa
Rejane de Paula Guerreiro
Roberto de Paula Aguiar
Rodolfo Finatti
Sanches Franklin Teixeira dos Santos
Sara Jennifer Camilo de Carvalho
Sarah Julyana Coelho de alburquerque
Sibelle Moreira Goes Costa
Simone Sartori
Sulaneide Bastos de Souza
Tauan Marcéu Patrício Soares
Teofilo Ravel Paiva Vale
Tiago Felipe Souza
Victor Eriko de Lima Maciel
Vinicius de Assis Azevedo
Vitor Hugo de Goes Sampaio
Vitória Biana da Silva
Vitória Maria Oliveira Arruda
Wilkerson Carvalho Fernandes
Yuri Timbó Castelo Branco

Realização

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Presidente

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)

Presidente

José Ricardo Montenegro Cavalcante

Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Ceará (SESI-CE)

Superintendente Regional

Paulo André de Castro Holanda

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Ceará (SENAI-CE)

Diretor Regional

Paulo André de Castro Holanda

Instituto Euvaldo Lodi – Departamento Regional do Ceará (IEL-CE)

Superintendente

Danadette Andrade Nunes

Observatório da Indústria (Sistema FIEC)

Gerente

Guilherme Muchale de Araújo

Sumário

12

Introdução

O Índice de Inovação dos Estados 14

Resultado Geral 17

Índice de Inovação dos Estados 20

Índice de Capacidades 21

Índice de Resultados 22

23

Dimensão Capacidades

Capital Humano - Graduação 24

Capital Humano - Pós-Graduação 27

Inserção de Mestres e Doutores 30

Investimento e Financiamento Público em Ciência e Tecnologia 33

Infraestrutura 36

Instituições 39

42

Dimensão Resultados

Competitividade Global 43

Empreendedorismo 46

Produção Científica 49

Intensidade Tecnológica e Criativa 52

Propriedade Intelectual 55

Sustentabilidade Ambiental 58

61

Desempenho por Unidade Federativa

Acre 62
Alagoas 63
Amapá 64
Amazonas 65
Bahia 66
Ceará 67
Distrito Federal 68
Espírito Santo 69
Goiás 70
Maranhão 71
Mato Grosso 72
Mato Grosso do Sul 73
Minas Gerais 74
Pará 75
Paraíba 76
Paraná 77
Pernambuco 78
Piauí 79
Rio de Janeiro 80
Rio Grande do Norte 81
Rio Grande do Sul 82
Rondônia 83
Roraima 84
Santa Catarina 85
São Paulo 86
Sergipe 87
Tocantins 88

89

Desempenho por Região

Sudeste 90
Sul 91
Nordeste 92
Centro-Oeste 93
Norte 94

95

Bibliografia

1. Introdução

A inovação consiste na implementação de novidades em produtos e processos, introduzidas com o objetivo de melhorar o desempenho produtivo e atender às diversas necessidades e demandas de consumo da sociedade. Nesse sentido, constitui um fator crucial para a agregação de valor aos bens e serviços produzidos em determinada localidade, contribuindo para expandir seu potencial competitivo e, consequentemente, elevar seu grau de desenvolvimento econômico. A inovação, contudo, resulta de um processo complexo, influenciado pelas circunstâncias econômicas e pelas interações sistêmicas entre empresas, organizações de ensino e pesquisa, Estado e outros atores envolvidos no uso e na difusão do conhecimento aplicado ao sistema produtivo de determinada área geográfica (Cassiolato; Lastres, 2017).

Devido à natureza sistêmica da inovação e à sua relevância para o desenvolvimento econômico, intensificada pelos atuais desafios globais relacionados à sustentabilidade e à transformação digital, diversas iniciativas buscam estabelecer parâmetros quantitativos e multidimensionais para avaliar a competência inovadora de países, regiões e territórios. Em escala global, a principal iniciativa nesse sentido é o Índice Global de Inovação (IGI). Elaborado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela promoção e proteção da propriedade intelectual em todo o mundo, o IGI consiste em um *ranking* internacional que analisa as capacidades e o desempenho inovador dos países com base em sete índices: instituições, capital humano e pesquisa, infraestrutura, sofisticação de mercado, sofisticação de negócios, produção de conhecimento e tecnologia e produção criativa (OMPI, 2025).

Em 2025, versão mais recente do IGI, a Suíça ocupou o topo global da inovação entre as 139 economias analisadas, repetindo a liderança registrada nas quatro edições precedentes. O Brasil, por sua vez, alcançou a 52ª colocação, recuando duas posições em relação ao ano anterior. O país também perdeu para o Chile a liderança regional na América Latina e Caribe, passando a ocupar a segunda colocação. Por outro lado, o Brasil assumiu o quinto lugar entre

as economias de renda média alta, grupo liderado pela China (10ª no *ranking* geral), avançando uma posição em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar, ainda, o avanço da economia brasileira nos últimos cinco anos, com ascensão de cinco colocações no *ranking* geral, seis entre as economias de renda média alta e duas na região da América Latina e Caribe.

Em termos de capacidades inovadoras, o Brasil ocupou a 63ª posição global, enquanto, na dimensão de desempenho, esteve no 50º lugar. O melhor posicionamento do país no segundo eixo em relação ao primeiro aponta que sua performance inovadora tem excedido o esperado para sua base de recursos. Nesse sentido, destaca-se que, pelo quinto ano consecutivo, o Brasil foi o único país da América Latina e Caribe a apresentar performance inovadora acima do esperado para seu nível de desenvolvimento.

Na análise pelos sete índices que compõem o IGI, o Brasil alcançou sua melhor posição em sofisticação de negócios (39º). Destaca-se, ainda, o desempenho superior à posição ocupada no *ranking* geral nos índices de capital humano e pesquisa (48º), conhecimento e tecnologia (50º) e produção criativa (50º). Por outro lado, nos três índices restantes, o país apresentou resultados aquém de sua posição geral. Em instituições, o Brasil foi o 107º em escala global, enquanto, em infraestrutura e sofisticação de mercado, ocupou, respectivamente, a 60ª e a 71ª colocações. Entre os subíndices, os maiores destaques do país foram pesquisa e desenvolvimento (26º), absorção de conhecimento (28º), impacto de conhecimento (25º) e ativos intangíveis (29º).

Aplicando princípios semelhantes aos utilizados no IGI à escala das unidades federativas e das grandes regiões do Brasil, o Observatório da Indústria – Ceará lança, em 2026, a 8ª edição do Índice de Inovação dos Estados. Ao identificar pontos fortes e pontos de atenção no ecossistema inovador nacional sob uma perspectiva regionalizada, a publicação busca subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas de inovação no Brasil, bem como contribuir para os debates acadêmicos sobre o tema no país.

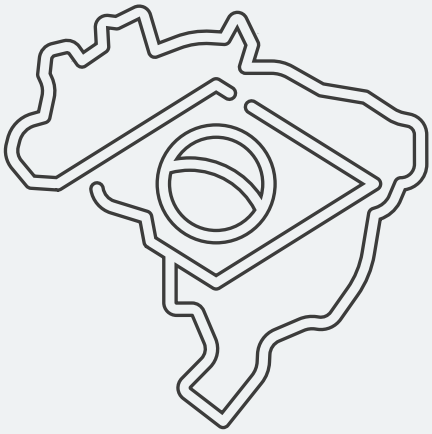
2. O Índice de Inovação dos Estados

O Índice de Inovação dos Estados consiste em um mapeamento quantitativo dos principais fatores relacionados à inovação aplicado às 27 unidades federativas (UFs) e às cinco grandes regiões do Brasil (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). A mensuração objetiva do desempenho de inovação das UFs e regiões brasileiras busca contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento inovador no país, oferecendo subsídios analíticos para administradores públicos, o setor produtivo, a academia e demais atores envolvidos no ecossistema de inovação nacional.

Com vistas a atingir tais objetivos e com base em um entendimento sistêmico e multifatorial do processo inovador, o Índice estrutura a análise das UFs e regiões do país em duas dimensões: Capacidades e Resultados. A dimensão Capacidades contempla os fatores que possibilitam a inovação, podendo ser entendida como a base de recursos disponível para o processo inovador. Já a dimensão Resultados expressa o desempenho inovador da unidade geográfica considerada.

Cada uma das dimensões é composta por seis indicadores, que mensuram variados aspectos de relevância para a inovação. Os doze indicadores totais, por sua vez, dividem-se em 28 subindicadores, o que permite um alto grau de refinamento e robustez analítica para os fatores de inovação considerados no cálculo. Outra relevante vantagem do Índice de Inovação dos Estados é a inclusão de indicadores relacionados aos principais desafios econômicos e sociais da atualidade, como o desenvolvimento sustentável e a transformação digital.

Seguindo o padrão de versões precedentes, a 8ª edição do Índice de Inovação dos Estados apresenta a série histórica dos últimos cinco anos (2022-2026) para as UFs e grandes regiões do Brasil, permitindo analisar as tendências que caracterizam os ecossistemas e o desempenho inovador do país sob uma perspectiva regionalizada. As seções seguintes apresentam os resultados do Índice de Inovação dos Estados 2026, organizados por dimensões e indicadores.



Índice de Inovação dos Estados

Índice de Capacidades

- Capital Humano: Graduação
- Capital Humano: Pós-Graduação
- Inserção de Mestres e Doutores
- Investimento e Financiamento Público em C&T
- Infraestrutura
- Instituições

Índice de Resultados

- Competitividade Global
- Empreendedorismo
- Produção Científica
- Intensidade Tecnológica e Criativa
- Propriedade Intelectual
- Sustentabilidade Ambiental

3. Resultado Geral

O Índice de Inovação dos Estados de 2026 foi liderado por São Paulo, que conservou sua posição no topo do *ranking* observada nos últimos anos. Os demais postos entre as cinco primeiras colocações foram ocupados, respectivamente, pelo Rio de Janeiro (2º), pelo Rio Grande do Sul (3º), por Santa Catarina (4º) e pelo Paraná (5º). As cinco últimas posições, por sua vez, foram ocupadas pelo Maranhão (27º), por Roraima (26º), pelo Amapá (25º), pelo Acre (24º) e pelo Tocantins (23º).

O resultado manteve, portanto, o predomínio do Sudeste e do Sul como principais polos de inovação do Brasil, condição confirmada pelo fato de essas regiões ocuparem, respectivamente, a primeira e a segunda colocações no *ranking* regional do Índice. Ao mesmo tempo, a concentração das últimas posições em UFs do Nordeste e do Norte evidencia a persistência das desigualdades socioeconômicas regionais no país. Ressalta-se, nesse sentido, que as duas regiões também se posicionaram nos dois últimos postos da classificação regional, com o Nordeste em quarto lugar e o Norte em quinto. O Centro-Oeste, por sua vez, foi o terceiro colocado.

Na perspectiva dos últimos cinco anos, entre 2022 e 2026, diversas UFs registraram significativos avanços em dinamismo inovador. Nesse sentido, Mato Grosso do Sul (11º) teve a maior ascensão no Índice, com salto de seis colocações no horizonte temporal considerado[1]. Com progressos de quatro posições, Alagoas (22º) e o Tocantins (23º) também se destacaram pelas melhorias em seus sistemas de inovação. Entre os dez primeiros colocados, Goiás (8º) foi a UF com maior ascensão, tendo conquistado três posições no quinquênio 2022-2026. No sentido inverso, certas UFs apresentaram recuos significativos, indicando, dessa maneira, pontos de atenção para os próximos anos. As maiores quedas observadas no ranking geral ao longo dos últimos cinco anos foram do Maranhão (27º) em cinco colocações, bem como Distrito Federal (10º), Bahia (13º), Amazonas (16º), Paraíba (17º) e Roraima(26º) em três posições cada um. Por fim, o *ranking* das grandes regiões caracterizou-se por uma única alteração: o Centro-Oeste assumiu o terceiro posto, antes ocupado pelo Nordeste, que regrediu para o quarto lugar.

[1] A cada nova edição do Índice de Inovação dos Estados, os pesos dos doze indicadores no cômputo geral são calibrados conforme sua matriz de correlação nos últimos cinco anos, o que pode resultar em mudanças de um ano para o outro. Para conservar a precisão técnica na comparação entre as edições, os valores dos anos anteriores também são calculados com os novos pesos, assegurando, dessa maneira, a consistência metodológica intertemporal.

Na comparação com o ano imediatamente anterior (2025-2026), Goiás (8º) teve o maior salto, de cinco colocações. Mato Grosso (19º), Rondônia (21º) e o Tocantins (23º) compartilharam os segundos maiores avanços no Índice, com ascensões de dois lugares. Do outro lado, o Amapá (25º) registrou o maior recuo, de três posições, seguido por Mato Grosso do Sul (11º), Pernambuco (12º) e Alagoas (22º), com quedas de dois lugares. Entre as grandes regiões, o Centro-Oeste (3º) avançou um posto, enquanto o Nordeste (4º) teve recuo de igual magnitude no biênio analisado.

Na dimensão de Capacidades, São Paulo também preservou sua liderança, seguido pelo Rio de Janeiro (2º), pelo Rio Grande do Sul (3º), pelo Paraná (4º) e por Minas Gerais (5º). Do lado oposto, as cinco últimas posições foram ocupadas por Roraima (27º), pelo Maranhão (26º), por Alagoas (25º), pelo Amapá (24º) e Mato Grosso (23º). Entre as grandes regiões brasileiras, o *ranking* de Capacidades em 2026 manteve-se estável em relação tanto a 2025 quanto a 2022. Nesse sentido, o Sudeste permaneceu em 1º lugar, enquanto a Região Sul foi a segunda colocada. O terceiro, o quarto e o quinto postos foram ocupados, respectivamente, pelo Centro-Oeste, pelo Nordeste e pelo Norte.

Nos últimos cinco anos, a classificação por Capacidades entre as UFs registrou maior volatilidade. O Piauí (15º) teve o avanço mais significativo, saltando 11 posições entre 2022 e 2026. Vale destacar, ainda, as ascensões do Tocantins (14º), de sete lugares, e do Ceará (8º), de seis colocações no mesmo período. No sentido inverso, a Bahia (17º) teve o maior retrocesso, caindo nove posições em cinco anos, seguida pelo Maranhão (26º) e por Sergipe (21º), que regrediram, respectivamente, seis e cinco colocações. Já no que tange à comparação com 2025, o Amazonas (18º) teve o maior salto, com ascensão de sete lugares. O Rio Grande do Norte (16º), por sua vez, registrou o segundo maior avanço, de cinco posições. Os maiores declínios no horizonte temporal considerado foram as quedas de cinco postos de Alagoas (25º) e da Paraíba (19º), seguidas pelos recuos de quatro colocações de Sergipe (21º) e da Bahia (17º).

Finalmente, no eixo de Resultados, o estado de São Paulo foi o primeiro colocado, conservando a liderança dos últimos cinco anos. Santa Catarina ocupou a segunda posição, enquanto o Paraná (3º), o Rio Grande do Sul (4º) e o Rio de Janeiro (5º) completaram as cinco primeiras colocações do *ranking*. Do lado oposto, o Maranhão (27º) ocupou a última posição, atrás do Acre (26º), do Amapá (25º), do Tocantins (24º) e de Roraima (23º). Na perspectiva regional, o *ranking* de Resultados de 2026 foi idêntico ao do ano anterior e ao de 2022. O Sudeste foi o líder, enquanto o Sul ocupou a segunda colocação. Já o Nordeste, na terceira posição, teve

desempenho novamente melhor do que na dimensão de Capacidades, mostrando que a região tem mantido performance superior àquela que poderia ser esperada, em teoria, por sua dotação de recursos. O Centro-Oeste foi o quarto colocado, enquanto o Norte ocupou a quinta e última posição.

A análise do quinquênio 2022-2026 para a dimensão de Resultados mostra que Mato Grosso do Sul (13º) foi a UF que mais progrediu, com avanço de cinco colocações. Goiás (9º), por sua vez, registrou a segunda maior ascensão, de quatro lugares entre 2022 e 2026. No sentido inverso, o Amazonas (14º) teve o maior retrocesso, com queda de seis colocações, enquanto a Paraíba (16º) ficou cinco postos abaixo da posição alcançada em 2022. Já na comparação com o ano imediatamente anterior, o Distrito Federal, ao alcançar a 11ª colocação na classificação de Resultados do Índice de 2026, registrou o maior avanço, de quatro posições. Rondônia (21º) e o Tocantins (24º), por sua vez, saltaram três postos. Do outro lado, a maior variação negativa foi a do Rio Grande do Norte (12º), com queda de três posições, enquanto o Amapá (25º), Pernambuco (15º) e o Amazonas (14º) regrediram dois lugares.

Índice de Inovação dos Estados

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**0,946**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,605**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,489**	**3º**	**3º**	**5º**	**3º**	**4º**	▲
SANTA CATARINA	**0,437**	**4º**	**4º**	**3º**	**4º**	**3º**	▼
PARANÁ	**0,432**	**5º**	**5º**	**4º**	**5º**	**5º**	=
Minas Gerais	0,412	6º	6º	6º	6º	6º	=
Ceará	0,298	7º	7º	7º	10º	9º	▲
Goiás	0,274	8º	13º	13º	8º	11º	▲
Espírito Santo	0,272	9º	8º	8º	9º	8º	▼
Distrito Federal	0,265	10º	11º	9º	7º	7º	▼
Mato Grosso do Sul	0,242	11º	9º	12º	17º	17º	▲
Pernambuco	0,230	12º	10º	11º	12º	12º	=
Bahia	0,197	13º	12º	14º	14º	10º	▼
Rio Grande do Norte	0,194	14º	15º	15º	15º	16º	▲
Pará	0,184	15º	14º	16º	16º	15º	=
Amazonas	0,173	16º	17º	10º	11º	13º	▼
Paraíba	0,158	17º	16º	17º	13º	14º	▼
Sergipe	0,149	18º	18º	19º	18º	18º	=
Mato Grosso	0,143	19º	21º	18º	19º	19º	=
Piauí	0,136	20º	19º	20º	21º	20º	=
Rondônia	0,120	21º	23º	24º	22º	21º	=
Alagoas	0,119	22º	20º	25º	27º	26º	▲
Tocantins	0,117	23º	25º	26º	25º	27º	▲
Acre	0,083	24º	24º	23º	24º	25º	▲
Amapá	0,075	25º	22º	21º	23º	24º	▼
Roraima	0,057	26º	26º	27º	26º	23º	▼
Maranhão	0,056	27º	27º	22º	20º	22º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**0,981**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,543**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Centro-Oeste	**0,184**	**3º**	**4º**	**3º**	**3º**	**4º**	▲
Nordeste	**0,166**	**4º**	**3º**	**4º**	**4º**	**3º**	▼
Norte	**0,056**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

Índice de Capacidades

UF	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**0,913**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,781**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,550**	**3º**	**3º**	**4º**	**3º**	**3º**	=
PARANÁ	**0,433**	**4º**	**4º**	**3º**	**5º**	**5º**	▲
MINAS GERAIS	**0,410**	**5º**	**6º**	**7º**	**4º**	**6º**	▲
Santa Catarina	0,378	6º	5º	5º	6º	4º	▼
Distrito Federal	0,288	7º	9º	6º	7º	7º	=
Ceará	0,274	8º	10º	9º	11º	14º	▲
Pernambuco	0,272	9º	8º	10º	10º	11º	▲
Mato Grosso do Sul	0,271	10º	7º	8º	12º	13º	▲
Goiás	0,251	11º	15º	14º	8º	10º	▼
Espírito Santo	0,241	12º	12º	11º	9º	9º	▼
Pará	0,198	13º	11º	12º	14º	12º	▼
Tocantins	0,172	14º	18º	21º	22º	21º	▲
Piauí	0,172	15º	16º	23º	24º	26º	▲
Rio Grande do Norte	0,152	16º	21º	16º	15º	17º	▲
Bahia	0,148	17º	13º	13º	13º	8º	▼
Amazonas	0,143	18º	25º	17º	17º	18º	=
Paraíba	0,143	19º	14º	15º	16º	15º	▼
Rondônia	0,135	20º	19º	25º	23º	24º	▲
Sergipe	0,128	21º	17º	18º	18º	16º	▼
Acre	0,128	22º	24º	26º	25º	25º	▲
Mato Grosso	0,123	23º	22º	22º	21º	19º	▼
Amapá	0,110	24º	23º	20º	20º	22º	▼
Alagoas	0,097	25º	20º	24º	26º	27º	▲
Maranhão	0,084	26º	26º	19º	19º	20º	▼
Roraima	0,039	27º	27º	27º	27º	23º	▼

Região	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,547**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Centro-Oeste	**0,167**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Nordeste	**0,111**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
Norte	**0,080**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

Índice de Resultados

UF	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**0,978**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
SANTA CATARINA	**0,496**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
PARANÁ	**0,432**	**3º**	**3º**	**4º**	**3º**	**4º**	▲
RIO GRANDE DO SUL	**0,429**	**4º**	**6º**	**5º**	**6º**	**5º**	▲
RIO DE JANEIRO	**0,428**	**5º**	**4º**	**3º**	**5º**	**3º**	▼
Minas Gerais	0,414	6º	5º	6º	4º	6º	=
Ceará	0,322	7º	7º	8º	9º	9º	▲
Espírito Santo	0,303	8º	8º	9º	8º	10º	▲
Goiás	0,297	9º	10º	10º	10º	13º	▲
Bahia	0,246	10º	11º	12º	14º	12º	▲
Distrito Federal	0,241	11º	15º	14º	12º	7º	▼
Rio Grande do Norte	0,237	12º	9º	11º	13º	15º	▲
Mato Grosso do Sul	0,212	13º	14º	16º	19º	18º	▲
Amazonas	0,203	14º	12º	7º	7º	8º	▼
Pernambuco	0,188	15º	13º	13º	15º	14º	▼
Paraíba	0,174	16º	17º	18º	11º	11º	▼
Pará	0,170	17º	16º	17º	16º	16º	▼
Sergipe	0,169	18º	18º	19º	17º	19º	▲
Mato Grosso	0,164	19º	20º	15º	18º	17º	▼
Alagoas	0,141	20º	19º	26º	26º	23º	▲
Rondônia	0,106	21º	24º	22º	22º	21º	=
Piauí	0,100	22º	21º	20º	21º	20º	▼
Roraima	0,074	23º	22º	24º	20º	22º	▼
Tocantins	0,062	24º	27º	27º	27º	27º	▲
Amapá	0,040	25º	23º	23º	24º	25º	=
Acre	0,037	26º	25º	21º	25º	26º	=
Maranhão	0,028	27º	26º	25º	23º	24º	▼

Região	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**0,962**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,540**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,221**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Centro-Oeste	**0,202**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
Norte	**0,031**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=



4. Dimensão Capacidades

4.1 Capital Humano - Graduação

O capital humano, entendido como o grau de qualificação da força de trabalho, é um fator essencial para a inovação, ao fornecer o estoque de conhecimento passível de aplicação no desenvolvimento de produtos, serviços, tecnologias e processos. Sua contribuição se estende tanto à elevação da produtividade quanto, de forma mais ampla, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

A literatura econômica aponta que o nível de educação da força de trabalho, medido tanto em seu aspecto quantitativo (como anos de estudo, grau de escolaridade e quantidade de instituições de ensino) quanto em sua dimensão qualitativa (por exemplo, o desempenho em avaliações educacionais), é uma das variáveis essenciais para a formação e a mensuração do capital humano de determinada localidade (Diebolt; Hippe, 2019; Suseno *et al.*, 2020). Nesse contexto, destaca-se o papel das universidades como centros produtores de pesquisa e conhecimento científico incorporados à força de trabalho da região.

O indicador de *Capital Humano – Graduação* mensura, portanto, a oferta de profissionais qualificados nas áreas tecnológicas, consideradas de maior capacidade de contribuição para o processo inovativo. Nesse sentido, são enfatizados os cursos de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). O indicador é composto pelas seguintes variáveis:

i) Quantidade de concluintes do Ensino Superior na área CTEM;

ii) População da UF;

iii) Média obtida no Conceito Médio de Graduação (CGM), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), que integra o Índice Geral de Cursos (IGC) e avalia a qualidade dos cursos de graduação.

Com base nessas variáveis, o indicador de *Capital Humano – Graduação* é formado por dois subindicadores. O primeiro deles mede a proporção de alunos concluintes de cursos de graduação nas áreas CTEM em relação ao total da população local (isto é, a quantidade de concluintes *per capita*), ponderada pela participação da UF no total nacional de concluintes em áreas CTEM. Já o segundo subindicador mensura a qualidade dos cursos de graduação em áreas CTEM do estado. Ele é calculado pela média do Conceito Médio de Graduação, ponderada pela taxa de participação dos cursos CTEM no total de cursos oferecidos na UF.

Em 2026, São Paulo manteve o primeiro lugar em *Capital Humano – Graduação*, seguido, respectivamente, pelos estados de Minas Gerais (2º) e Santa Catarina (3º). Em contraposição, as três últimas posições foram ocupadas pelo Acre (27º), por Roraima (26º) e pelo Piauí (25º). Em nível regional, o Sudeste ocupou o primeiro lugar, seguido, respectivamente, pelo Sul (2º), pelo Nordeste (3º), pelo Centro-Oeste (4º) e pelo Norte (5º). O *ranking* regional, portanto, manteve-se inalterado em relação ao ano anterior.

Na perspectiva dos últimos cinco anos (2022-2026), o Rio Grande do Norte (9º) foi o estado de maior destaque, avançando oito posições. O Distrito Federal (16º) também teve um significativo avanço, crescendo quatro colocações. Do lado oposto, Rondônia (17º) registrou o maior declínio, com queda de quatro colocações no mesmo período, seguido pelo Amazonas (15º), com recuo de três colocações. Já na comparação com o ano anterior, o Maranhão (22º) foi a UF com maior avanço, ascendendo duas colocações.

No *ranking* regional, o Sudeste, o Sul e o Nordeste mantiveram-se, respectivamente, na primeira, na segunda e na terceira colocações na comparação quinquenal 2026-2022. O Centro-Oeste, por sua vez, subiu uma posição, alcançando o quarto lugar, enquanto o Norte caiu para a quinta colocação.

Subindicadores:

Indicador da Quantidade de Capital Humano – Graduação: quantidade *per capita* de concluintes do Ensino Superior em áreas tecnológicas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática – CTEM) da UF, ponderada pela participação de concluintes em áreas tecnológicas da UF no total de concluintes em áreas tecnológicas do país.

Indicador de Qualidade da Formação – Graduação: média do estado no Conceito Médio de Graduação (componente do IGC), ponderada pela participação da quantidade de cursos tecnológicos da UF no total de cursos de Ensino Superior da UF.

Fontes:

INEP (MEC). Anos: 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Capital Humano - Graduação

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
MINAS GERAIS	**0,591**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
SANTA CATARINA	**0,556**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**4º**	▲
RIO GRANDE DO SUL	**0,548**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	**5º**	▲
ESPÍRITO SANTO	**0,510**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	**3º**	▼
Paraná	0,458	6º	7º	6º	7º	7º	▲
Rio de Janeiro	0,443	7º	6º	7º	6º	6º	▼
Sergipe	0,407	8º	8º	8º	8º	8º	=
Rio Grande do Norte	0,359	9º	9º	10º	14º	17º	▲
Paraíba	0,354	10º	11º	14º	12º	9º	▼
Ceará	0,322	11º	10º	11º	13º	10º	▼
Bahia	0,313	12º	12º	12º	10º	11º	▼
Mato Grosso do Sul	0,298	13º	14º	13º	15º	15º	▲
Pará	0,269	14º	15º	15º	16º	14º	=
Amazonas	0,262	15º	13º	9º	9º	12º	▼
Distrito Federal	0,253	16º	16º	19º	20º	20º	▲
Rondônia	0,240	17º	17º	16º	11º	13º	▼
Goiás	0,231	18º	18º	17º	17º	16º	▼
Pernambuco	0,224	19º	19º	20º	19º	19º	=
Mato Grosso	0,205	20º	20º	18º	18º	18º	▼
Amapá	0,173	21º	21º	24º	22º	21º	=
Maranhão	0,161	22º	24º	22º	23º	24º	▲
Alagoas	0,161	23º	22º	21º	21º	22º	▼
Tocantins	0,159	24º	23º	23º	24º	23º	▼
Piauí	0,125	25º	25º	25º	26º	27º	▲
Roraima	0,027	26º	27º	26º	27º	26º	=
Acre	0,000	27º	26º	27º	25º	25º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,561**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,145**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Centro-Oeste	**0,056**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	**5º**	▲
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	**4º**	▼

4.2 Capital Humano – Pós-Graduação

A elevação da escolaridade é um fator fundamental para a qualificação da mão de obra, contribuindo, consequentemente, para a elevação do capital humano disponível em uma região. Nesse sentido, a continuidade da qualificação da força de trabalho por meio da pós-graduação constitui uma etapa adicional que expande significativamente o estoque de conhecimento passível de incorporação ao sistema produtivo, maximizando o potencial inovador das atividades econômicas em determinada localidade.

O indicador de *Capital Humano – Pós-Graduação* mensura essa dimensão do ecossistema inovador por meio da avaliação da quantidade e da qualidade do processo de formação da mão de obra pós-graduada. Pelos mesmos motivos apresentados para o indicador *Capital Humano – Graduação*, ele também enfatiza os cursos das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), sendo composto pelas seguintes variáveis:

i) Quantidade de titulados em pós-graduação em cursos da área CTEM;

ii) População da UF;

iii) Média obtida no Conceito Médio da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos cursos de pós-graduação.

Dois subindicadores compõem o indicador de *Capital Humano – Pós-Graduação*. O primeiro deles relaciona-se ao aspecto quantitativo, mensurando o total de pós-graduados em cursos CTEM em termos *per capita* na UF, considerando a participação da UF no total de titulados nessas áreas no Brasil. Já o segundo subindicador mensura a qualidade da formação de pós-graduação nas UFs. O nível geral de capital humano de pós-graduados em cada UF é obtido pela média entre esses dois subindicadores.

Em 2026, São Paulo preservou a primeira colocação, seguido, novamente, pelo Rio de Janeiro (2º) e pelo Rio Grande do Sul (3º). Já no polo oposto do *ranking*, as três últimas posições foram ocupadas pelo Amapá (27º), por Roraima (26º) e por Rondônia (25º), de maneira idêntica ao ano anterior. Na perspectiva regional, o Sudeste ocupou o primeiro lugar, seguido pelo Sul (2º), pelo Nordeste (3º), pelo Centro-Oeste (4º) e pelo Norte (5º), repetindo, dessa maneira, os posicionamentos observados nos últimos quatro anos.

Na comparação entre 2022 e 2026, Alagoas (19º) foi o estado que mais avançou, com um salto de cinco posições. Além disso, o Tocantins (22º) subiu três posições e o Pará (11º) também se destacou, com crescimento de duas colocações. No mesmo horizonte temporal, a Bahia (13º), Mato Grosso (21º), o Maranhão (23º), o Acre (24º) e Rondônia (25º) apresentaram as maiores quedas, com recuo de duas colocações. Já na comparação 2026-2025, o único avanço foi a ascensão de uma posição do Piauí (20º), enquanto, no sentido inverso, Mato Grosso (21º) registrou recuo de uma posição.

Subindicadores:

Indicador da Quantidade de Capital Humano – Pós-Graduação: quantidade de titulados na pós-graduação em áreas tecnológicas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) em termos *per capita* em relação à população local da UF, ponderada pela participação de titulados em áreas tecnológicas da UF no total de titulados em áreas tecnológicas do país.

Indicador de Qualidade da Formação – Pós-Graduação: média de todos os cursos de pós-graduação da UF na avaliação quadrienal de cursos.

Fontes:

CAPES (MEC). Anos: 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Capital Humano - Pós-Graduação

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,936**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,737**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
MINAS GERAIS	**0,596**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	**5º**	▲
PARANÁ	**0,538**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	**4º**	▼
Distrito Federal	0,489	6º	6º	7º	7º	7º	▲
Santa Catarina	0,486	7º	7º	6º	6º	6º	▼
Pernambuco	0,419	8º	8º	8º	8º	8º	=
Ceará	0,376	9º	9º	9º	10º	9º	=
Rio Grande do Norte	0,334	10º	10º	10º	9º	10º	=
Pará	0,308	11º	11º	12º	12º	13º	▲
Espírito Santo	0,303	12º	12º	11º	11º	12º	=
Bahia	0,283	13º	13º	13º	14º	11º	▼
Paraíba	0,266	14º	14º	14º	13º	14º	=
Goiás	0,261	15º	15º	15º	15º	16º	▲
Mato Grosso do Sul	0,233	16º	16º	16º	16º	15º	▼
Sergipe	0,226	17º	17º	17º	17º	17º	=
Amazonas	0,197	18º	18º	18º	18º	18º	=
Alagoas	0,158	19º	19º	20º	20º	24º	▲
Piauí	0,156	20º	21º	21º	21º	20º	=
Mato Grosso	0,141	21º	20º	19º	19º	19º	▼
Tocantins	0,140	22º	22º	22º	22º	25º	▲
Maranhão	0,085	23º	23º	23º	23º	21º	▼
Acre	0,041	24º	24º	24º	24º	22º	▼
Rondônia	0,029	25º	25º	25º	25º	23º	▼
Roraima	0,012	26º	26º	26º	26º	26º	=
Amapá	0,000	27º	27º	27º	27º	27º	=

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,689**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,309**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Centro-Oeste	**0,243**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

4.3 Inserção de Mestres e Doutores

A inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho é um mecanismo imprescindível para o fortalecimento das capacidades produtivas e inovativas de uma economia. Esse indicador busca evidenciar em que medida profissionais com formação acadêmica avançada estão sendo absorvidos pelas atividades econômicas, contribuindo para a difusão de conhecimento e para o aprimoramento dos processos produtivos. Ao refletir a articulação entre o sistema educacional e o setor produtivo, a métrica também sinaliza o potencial das regiões para transformar qualificação em ganhos efetivos de produtividade e competitividade.

Nesse contexto, a presença desses profissionais em diferentes segmentos da economia tende a favorecer a geração e a disseminação de inovações, além de impulsionar o desenvolvimento de atividades com maior valor agregado. Como destacado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2010), a formação e a inserção de recursos humanos altamente qualificados são fatores-chave para o avanço científico, tecnológico e econômico do país, especialmente quando associados a ambientes que estimulam a inovação.

Nesse sentido, o indicador de *Inserção de Mestres e Doutores* computa a participação dessa mão de obra altamente qualificada na Indústria e em setores mais propensos à inovação tecnológica, como Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Duas variáveis compõem o indicador:

i) A quantidade de trabalhadores mestres e doutores formalmente empregados na Indústria ou em atividades de TIC e PD&I;

ii) A quantidade total de empregados formais na Indústria e em atividades de TIC e PD&I.

A associação dessas duas variáveis permite aferir a proporção de mestres e doutores com vínculos formais nos setores mencionados. A medida é ajustada pela participação da UF na quantidade total de mestres e doutores inseridos nos setores em questão em nível nacional.

No *ranking* de 2026, o Rio de Janeiro permaneceu na liderança entre as 27 unidades federativas, mantendo o desempenho observado nos anos recentes. Na sequência, São Paulo (2º) e o Distrito Federal (3º) completaram as primeiras posições. Nas últimas colocações, ficaram Roraima (27º), Alagoas (26º) e o Tocantins (25º). Em termos regionais, o Sudeste seguiu na primeira posição, seguido pelo Sul (2º), pelo Nordeste (3º), pelo Centro-Oeste (4º) e pelo Norte (5º).

Na análise dos últimos cinco anos (2022-2026), o Rio Grande do Norte (18º) e Rondônia (21º) foram os estados com maior avanço, cada um com ganho de cinco posições no período. O Amapá (19º) também apresentou evolução, com crescimento de três colocações. Por sua vez, o Acre (23º) registrou a principal variação negativa, com recuo de dez posições. No âmbito regional, o Sul, o Sudeste e o Norte mantiveram suas posições, enquanto o Nordeste avançou uma colocação, alcançando o terceiro lugar, e o Centro-Oeste passou a ocupar a quarta posição.

Na comparação anual (2026-2025), o Amapá (19º) apresentou o maior avanço, subindo três posições. Minas Gerais (4º) e Rondônia (21º) também registraram desempenho positivo,

com crescimento de duas colocações. Em sentido contrário, Mato Grosso (22º) e o Acre (23º) apresentaram as maiores retrações no período, ambos com recuo de duas posições. Em nível regional, o Nordeste avançou uma posição, ocupando a terceira colocação, enquanto o Centro-Oeste passou para a quarta posição.

Subindicadores:

Indicador de Inserção de Mestres e Doutores: participação de mestres e doutores empregados na Indústria e em atividades de TIC e PD&I da UF no total de empregados nesses mesmos setores na UF, ponderada pela participação da UF no total nacional de mestres e doutores empregados na Indústria e em atividades de TIC e PD&I.

Fonte:

RAIS (MTE). Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Inserção de Mestres e Doutores

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
RIO DE JANEIRO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
SÃO PAULO	**0,816**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
DISTRITO FEDERAL	**0,184**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
MINAS GERAIS	**0,109**	**4º**	**6º**	**6º**	**6º**	**5º**	▲
RIO GRANDE DO SUL	**0,104**	**5º**	**4º**	**5º**	**4º**	**6º**	▲
Paraná	0,098	6º	5º	4º	5º	4º	▼
Santa Catarina	0,065	7º	7º	7º	7º	8º	▲
Pernambuco	0,051	8º	8º	8º	8º	7º	▼
Amazonas	0,042	9º	9º	9º	9º	9º	=
Espírito Santo	0,020	10º	10º	10º	10º	11º	▲
Ceará	0,019	11º	11º	11º	11º	10º	▼
Bahia	0,015	12º	12º	13º	12º	12º	=
Goiás	0,010	13º	13º	12º	13º	14º	▲
Pará	0,009	14º	14º	14º	14º	16º	▲
Paraíba	0,006	15º	16º	15º	15º	15º	=
Mato Grosso do Sul	0,005	16º	15º	17º	16º	17º	▲
Sergipe	0,004	17º	17º	18º	18º	18º	▲
Rio Grande do Norte	0,004	18º	18º	16º	20º	23º	▲
Amapá	0,002	19º	22º	22º	22º	22º	▲
Piauí	0,001	20º	19º	19º	21º	21º	▲
Rondônia	0,001	21º	23º	26º	23º	26º	▲
Mato Grosso	0,001	22º	20º	21º	25º	24º	▲
Acre	0,000	23º	21º	20º	17º	13º	▼
Maranhão	0,000	24º	24º	24º	27º	20º	▼
Tocantins	0,000	25º	25º	23º	26º	27º	▲
Alagoas	0,000	26º	27º	27º	19º	19º	▼
Roraima	0,000	27º	26º	25º	24º	25º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,144**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,031**	**3º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	▲
Centro-Oeste	**0,026**	**4º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	▼
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

4.4 Investimento e Financiamento Público em Ciência e Tecnologia

A inovação se caracteriza por um significativo grau de incerteza quanto ao êxito e à rentabilidade das soluções de negócios elaboradas pelas firmas. Esse problema é agravado, frequentemente, pelos altos custos de pesquisa, desenvolvimento e acesso ao conhecimento vinculados à conceptualização e à implementação de novos produtos e processos.

Nesse contexto, fontes externas às firmas podem exercer um importante papel na mitigação de custos, riscos e incertezas, além de facilitar o acesso ao conhecimento no âmbito dos sistemas de inovação, isto é, as redes de atores públicos e privados que interagem na produção, na difusão e no uso econômico de novos conhecimentos e tecnologias em determinada área geográfica. Historicamente, o Estado tem sido um ator de expressiva relevância nesse sentido, por meio de instrumentos como a canalização de investimentos para iniciativas e setores potencialmente inovadores da economia nacional (Cassiolato; Lastres, 2017; Mazzucato, 2011).

O indicador de *Investimento e Financiamento Público em Ciência & Tecnologia (C&T)* visa mensurar esse fator, sendo composto por cinco variáveis:

i) Despesas públicas empenhadas em C&T;

ii) Despesas públicas empenhadas totais;

iii) População;

iv) Subvenção para *startups* (FINEP[2]);

v) Financiamento para inovação (BNDES[3]).

Ele é composto por dois subindicadores: i) investimento público em C&T; e ii) financiamento público para inovação. O subindicador de financiamento público é obtido da média entre o valor de subvenção *per capita* para *startups* da FINEP na UF e o valor desembolsado per capita pelo BNDES para inovação na UF. Já o subindicador de investimento público em C&T consiste na participação das despesas públicas empenhadas em C&T nas despesas públicas totais da UF, ponderada pela participação da UF nas despesas públicas empenhadas em C&T do país. Com base nisso, é calculada a média dos dois subindicadores, resultando no indicador final.

Em 2026, São Paulo foi o líder em *Investimento e Financiamento Público em C&T*, seguido pelo Paraná (2º) e pelo Rio Grande do Sul (3º), configurando, assim, estabilidade nas três primeiras colocações em relação a 2025. Do lado oposto do *ranking*, Rondônia ocupou a última posição, atrás do Piauí (26º) e de Roraima (25º). Entre as regiões, o Sudeste foi o primeiro colocado, seguido, respectivamente, pelo Sul (2º), pelo Centro-Oeste (3º), pelo Nordeste (4º) e pelo Norte (5º).

[2] Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
[3] Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na perspectiva dos últimos cinco anos (2022-2026), o *ranking* de *Investimento e Financiamento Público em C&T* passou por significativas alterações. Nesse sentido, os maiores avanços, de nove posições, foram alcançados por Goiás (9º), Mato Grosso (10º) e pelo Maranhão (16º). Cabe mencionar, ainda, os saltos de oito colocações do Rio Grande do Norte (12º) e de Mato Grosso do Sul (15º). Na direção oposta, Roraima (25º) teve o maior recuo no horizonte temporal considerado, regredindo 20 colocações. Já no *ranking* das grandes regiões brasileiras, a única variação registrada no quinquênio foi a troca de posições entre o Nordeste (4º) e o Norte (5º).

Em relação a 2025, o maior crescimento entre as UFs foi alcançado pelo Rio Grande do Norte (12º), com avanço de 12 colocações. O Espírito Santo (5º), o Amazonas (11º) e o Maranhão (16º), com salto de cinco lugares, também registraram crescimento significativo. Já o maior recuo foi registrado por Rondônia (27º), com queda de dez colocações, enquanto Mato Grosso do Sul (15º) e o Pará (22º) regrediram sete lugares. Por fim, o *ranking* das regiões permaneceu inalterado entre 2025 e 2026.

Subindicadores:

Indicador de Financiamento para Inovação: média entre o valor dos financiamentos para *startups* e o valor desembolsado para inovação em termos *per capita* na UF.

Indicador de Investimento Público em C&T: participação do valor das despesas públicas empenhadas em C&T nas despesas públicas empenhadas totais da UF, ponderada pela participação do valor das despesas públicas empenhadas em C&T da UF nas despesas públicas empenhadas em C&T do país.

Fontes:

FINBRA (Tesouro Nacional). Anos: 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
FINEP. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
BNDES. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Investimento e Financiamento Público em Ciência e Tecnologia

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
PARANÁ	**0,648**	**2º**	**2º**	**3º**	**7º**	**7º**	▲
RIO GRANDE DO SUL	**0,585**	**3º**	**3º**	**2º**	**2º**	**6º**	▲
SANTA CATARINA	**0,579**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	**2º**	▼
ESPÍRITO SANTO	**0,378**	**5º**	**10º**	**11º**	**12º**	**10º**	▲
Rio de Janeiro	0,374	6º	5º	5º	4º	4º	▼
Ceará	0,258	7º	6º	8º	8º	11º	▲
Minas Gerais	0,208	8º	7º	6º	6º	9º	▲
Goiás	0,141	9º	9º	10º	9º	18º	▲
Mato Grosso	0,127	10º	12º	7º	20º	19º	▲
Amazonas	0,107	11º	16º	13º	18º	14º	▲
Rio Grande do Norte	0,101	12º	24º	14º	16º	20º	▲
Distrito Federal	0,088	13º	11º	9º	3º	3º	▼
Pernambuco	0,073	14º	14º	16º	14º	13º	▼
Mato Grosso do Sul	0,070	15º	8º	17º	21º	23º	▲
Maranhão	0,040	16º	21º	26º	22º	25º	▲
Paraíba	0,038	17º	13º	12º	11º	22º	▲
Sergipe	0,028	18º	19º	21º	19º	21º	▲
Amapá	0,027	19º	20º	25º	24º	24º	▲
Bahia	0,025	20º	18º	19º	17º	17º	▼
Tocantins	0,024	21º	23º	24º	26º	27º	▲
Pará	0,023	22º	15º	18º	13º	8º	▼
Acre	0,011	23º	26º	22º	23º	15º	▼
Alagoas	0,009	24º	22º	15º	15º	16º	▼
Roraima	0,003	25º	27º	23º	27º	5º	▼
Piauí	0,002	26º	25º	20º	10º	12º	▼
Rondônia	0,000	27º	17º	27º	25º	26º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,788**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Centro-Oeste	**0,119**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Nordeste	**0,080**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	▲
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	▼

4.5 Infraestrutura

A infraestrutura constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação, reunindo condições tecnológicas, institucionais e físicas para viabilizar a geração e a aplicação do conhecimento.

Aspectos como a conectividade digital, a disponibilidade de energia, a logística, o acesso à tecnologia da informação e os ambientes de pesquisa exercem influência direta na capacidade de empresas e de instituições de desenvolverem novos produtos, processos e modelos de negócio.

Nesse sentido, a infraestrutura desempenha um papel estratégico na criação de um ambiente favorável à inovação, ampliando a competitividade e a capacidade de adaptação das organizações às transformações de caráter tecnológico.

O Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index* – GII), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), incorpora a infraestrutura como um de seus pilares de análise, contemplando indicadores relacionados à tecnologia da informação e da comunicação, à infraestrutura geral e à sustentabilidade ecológica.

O indicador de *Infraestrutura* visa mensurar esses aspectos, levando em conta 13 variáveis:

i) Acesso à internet banda larga;

ii) Velocidade média da conexão de banda larga;

iii) Cobertura de municípios com fibra óptica;

iv) Número de parques tecnológicos;

v) Número de incubadoras;

vi) Número de aceleradoras;

vii) Área territorial;

viii) População;

ix) Participação das rodovias classificadas como boas ou ótimas no total de quilômetros de rodovias;

x) Volume de carga paga por transporte ferroviário de origem e destino;

xi) Volume de carga paga por aeroporto de origem e destino;

xii) Número de assentos disponíveis por aeroporto de origem e destino;

xiii) Peso líquido da carga de transporte por portos.

No *ranking* de 2026, São Paulo ocupou a primeira colocação, substituindo o Rio de Janeiro, que passou para o segundo lugar. O Rio Grande do Sul, por sua vez, manteve a terceira posição, a mesma que ocupa nos últimos cinco anos. As três últimas colocações foram ocupadas por Mato Grosso (27º), Roraima (26º) e pelo Acre (25º). Na perspectiva regional, o Sudeste permaneceu na liderança, seguido pelo Sul. Na sequência, apareceram o Nordeste (3º), o Centro-Oeste (4º) e o Norte (5º).

Na comparação dos últimos cinco anos (2022–2026), Alagoas (9º) registrou o maior avanço, com um salto de 11 posições. Destacam-se, ainda, Goiás (13º) e Sergipe (18º), ambos com avanço de nove posições. Em sentido contrário, Roraima apresentou a maior queda, com recuo de 18 posições, passando a ocupar a 26ª colocação no *ranking* atual. Entre as regiões, o Centro-Oeste caiu da terceira para a quarta posição, sendo ultrapassado pelo Nordeste, que assumiu o terceiro lugar. O Sudeste (1º), o Sul (2º) e o Norte (5º) mantiveram suas posições. Na comparação anual (2026–2025), o Tocantins (19º) registrou a maior variação positiva, avançando sete posições. Em contrapartida, o Pará (22º) e Mato Grosso (27º) apresentaram as maiores variações negativas, com perdas de nove e quatro posições, respectivamente. Na perspectiva regional, não houve alterações nesse período.

Subindicadores:

Indicador de Conectividade: média que considera o total de acessos à banda larga em termos *per capita* da UF, ponderada pela participação dos acessos da UF no país, a velocidade média da banda larga contratada e o percentual de municípios com disponibilidade de fibra óptica na UF.

Indicador de Cooperação: média entre o número de parques tecnológicos em termos *per capita* da UF, ajustado pela participação da UF no total de parques tecnológicos do país, e o número de incubadoras e aceleradoras em termos *per capita* da UF, ponderado pela participação da UF no total de incubadoras e aceleradoras do país.

Indicador de Logística: média composta pelo subindicador de aeroportos (calculado pela média entre as cargas pagas de origem e destino e os assentos de origem e destino da UF, ambos ajustados pela população local), pelo subindicador de rodovias (proporção de quilômetros de rodovias em bom ou ótimo estado na UF, ponderada pela relação entre o total de quilômetros de rodovias e a área territorial da UF), pelo subindicador de ferrovias (média das cargas pagas de origem e destino da UF em relação à sua área territorial) e pelo subindicador de portos (participação da carga total escoada pelos portos da UF no total do país).

Fontes:

ANAC. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
ANATEL. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
ANPROTEC. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
ANTAQ. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
ANTT. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
CNT. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Infraestrutura

UF	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**2º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,867**	**2º**	**1º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,699**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
PARANÁ	**0,657**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**5º**	▲
DISTRITO FEDERAL	**0,480**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	▼
Espírito Santo	0,414	6º	7º	7º	7º	7º	▲
Santa Catarina	0,392	7º	6º	6º	6º	6º	▼
Minas Gerais	0,336	8º	8º	9º	8º	10º	▲
Alagoas	0,329	9º	9º	8º	18º	20º	▲
Maranhão	0,180	10º	10º	10º	9º	9º	▼
Pernambuco	0,173	11º	12º	11º	10º	12º	▲
Mato Grosso do Sul	0,167	12º	11º	12º	13º	19º	▲
Goiás	0,155	13º	14º	14º	14º	22º	▲
Ceará	0,137	14º	17º	19º	15º	16º	▲
Rondônia	0,119	15º	16º	13º	20º	23º	▲
Rio Grande do Norte	0,118	16º	15º	16º	12º	13º	▼
Piauí	0,114	17º	18º	17º	11º	14º	▼
Sergipe	0,104	18º	19º	21º	27º	27º	▲
Tocantins	0,103	19º	26º	22º	26º	26º	▲
Paraíba	0,098	20º	20º	18º	24º	24º	▲
Bahia	0,094	21º	21º	20º	25º	11º	▼
Pará	0,049	22º	13º	15º	21º	15º	▼
Amapá	0,047	23º	24º	24º	17º	21º	▼
Amazonas	0,043	24º	27º	26º	23º	25º	▲
Acre	0,038	25º	22º	27º	16º	17º	▼
Roraima	0,037	26º	25º	25º	22º	8º	▼
Mato Grosso	0,000	27º	23º	23º	19º	18º	▼

Região	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,669**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,240**	**3º**	**3º**	**3º**	**4º**	**4º**	▲
Centro-Oeste	**0,169**	**4º**	**4º**	**4º**	**3º**	**3º**	▼
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

4.6 Instituições

A inovação não depende apenas de fatores internos, mas também do ambiente institucional em que ela ocorre. Instituições saudáveis proporcionam segurança jurídica, cooperação e previsibilidade, enquanto instituições fracas limitam a interação dos agentes, aumentam os custos de transação e fazem com que as empresas gastem mais recursos para enfrentar a burocracia, a corrupção e a incerteza regulatória (Rodríguez-Pose; Zhang, 2020).

O indicador de *Instituições* permite capturar os determinantes institucionais que impactam de maneira positiva o processo inovativo em uma região. Para isso, ele é composto por três variáveis:

i) Agilidade da Justiça do Trabalho;

ii) Digitalização dos Serviços Públicos;

iii) Saúde Fiscal do Setor Público, medida pela poupança corrente dos governos estaduais.

A variável Agilidade da Justiça do Trabalho mede a produtividade do sistema jurídico ao aferir a celeridade na tramitação dos processos — um fator essencial para a estabilidade e a fluidez do sistema jurídico. Já a variável Digitalização dos Serviços Públicos mensura o grau de conectividade digital dos serviços públicos, fator que confere maior transparência e rapidez à atuação do poder público. Finalmente, a variável Saúde Fiscal do Setor Público, ao medir a capacidade de uma UF de arcar com suas despesas, permite analisar sua segurança institucional e sua capacidade fiscal para a atração de investimentos.

Em 2026, o Rio de Janeiro manteve, pelo segundo ano consecutivo, a liderança entre as 27 unidades da Federação. Na sequência, São Paulo e o Rio Grande do Sul ocuparam, respectivamente, a segunda e a terceira posições. Na outra ponta, o Espírito Santo (27º), Alagoas (26º) e Sergipe (25º) ficaram nas últimas colocações. No aspecto regional, o Sudeste passou a ocupar a primeira posição, seguido pelo Sul, pelo Centro-Oeste, pelo Norte e pelo Nordeste, nessa ordem.

Considerando a evolução dos últimos cinco anos (2026-2022), o Piauí (9º) avançou 14 posições, seguido pelo Distrito Federal (14º), que ganhou 11 colocações. No sentido oposto, Santa Catarina (16º) registrou a maior variação negativa, com recuo de 12 posições. No recorte regional, o Sudeste passou a ocupar a primeira posição, antes pertencente ao Sul, que agora aparece na segunda colocação. Enquanto o Centro-Oeste se manteve estável, o Norte e o Nordeste também inverteram suas posições, com o Norte agora na quarta colocação e o Nordeste na quinta.

Na comparação anual (2026-2025), Goiás (7º) avançou 11 posições, registrando o maior crescimento do período. O Distrito Federal também se destacou, com progressão de sete posições, enquanto o Ceará e o Amazonas subiram cinco colocações. No sentido oposto, Santa Catarina (16º) apresentou a maior variação negativa, com retração de dez posições. No recorte regional, o Sudeste passou a ocupar a primeira posição, antes pertencente ao Sul, que agora aparece na segunda colocação. As demais regiões se mantiveram no mesmo patamar.

Subindicadores:

Indicador de Produtividade do Judiciário: : Índice de Produtividade Comparada (IP-C-Jus) da Justiça do Trabalho da UF, ponderado pelo porte do tribunal local (1,00 para grande; 0,75 para médio; e 0,50 para pequeno).

Indicador de Digitalização dos Serviços Públicos: grau de digitalização dos serviços públicos da UF.

Indicador de Capacidade Fiscal: nota no indicador de poupança corrente dos governos estaduais.

Fontes:

IPC-Jus (CNJ)[4] . Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
ABEP-TIC. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
Indicador II (Poupança Corrente) da CAPAG (Tesouro Nacional)[5]. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

[4] No caso de UFs com tribunais compartilhados, foi aplicado o mesmo dado para ambas.
[5] No caso de UFs sem informação na variável, foi utilizada a média apenas dos demais subindicadores.

Instituições

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
RIO DE JANEIRO	**1,000**	**1º**	**1º**	**8º**	**3º**	**6º**	▲
SÃO PAULO	**0,778**	**2º**	**2º**	**1º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,706**	**3º**	**4º**	**16º**	**1º**	**1º**	▼
MATO GROSSO DO SUL	**0,665**	**4º**	**3º**	**2º**	**9º**	**8º**	▲
PERNAMBUCO	**0,595**	**5º**	**5º**	**6º**	**8º**	**9º**	▲
Minas Gerais	0,591	6º	7º	26º	5º	3º	▼
Goiás	0,576	7º	18º	17º	4º	5º	▼
Acre	0,494	8º	11º	20º	21º	18º	▲
Piauí	0,489	9º	9º	15º	20º	23º	▲
Ceará	0,475	10º	15º	7º	13º	15º	▲
Tocantins	0,467	11º	12º	12º	15º	12º	▲
Pará	0,435	12º	10º	5º	12º	11º	▼
Paraná	0,362	13º	8º	3º	6º	7º	▼
Distrito Federal	0,320	14º	21º	9º	11º	25º	▲
Rondônia	0,307	15º	17º	22º	25º	24º	▲
Santa Catarina	0,301	16º	6º	4º	7º	4º	▼
Amapá	0,290	17º	14º	10º	14º	16º	▼
Mato Grosso	0,215	18º	19º	23º	24º	21º	▲
Amazonas	0,187	19º	24º	18º	19º	20º	▲
Bahia	0,171	20º	13º	11º	10º	10º	▼
Paraíba	0,125	21º	16º	14º	16º	13º	▼
Roraima	0,117	22º	26º	27º	27º	27º	▲
Rio Grande do Norte	0,076	23º	25º	19º	17º	17º	▼
Maranhão	0,065	24º	27º	13º	18º	19º	▼
Sergipe	0,048	25º	22º	24º	22º	14º	▼
Alagoas	0,022	26º	20º	25º	26º	26º	=
Espírito Santo	0,000	27º	23º	21º	23º	22º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	▲
Sul	**0,563**	**2º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	▼
Centro-Oeste	**0,356**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Norte	**0,340**	**4º**	**4º**	**5º**	**5º**	**5º**	▲
Nordeste	**0,000**	**5º**	**5º**	**4º**	**4º**	**4º**	▼



5. Dimensão Resultados

5.1 Competitividade Global

Em um cenário de maior integração entre mercados e intensificação da concorrência internacional, a competitividade mundial assume papel estratégico para a inserção econômica dos países nas cadeias globais de valor. O indicador de Competitividade Global, nesse contexto, procura refletir a capacidade das unidades federativas de se posicionarem no comércio exterior por meio da qualidade e do conteúdo tecnológico de seus fluxos comerciais. Ao observar a estrutura das exportações e importações, o indicador contribui para a compreensão não apenas do desempenho comercial, mas também do grau de sofisticação produtiva e do nível de integração às cadeias globais de valor.

Sob essa ótica, a participação de bens de maior intensidade tecnológica nas exportações tende a estar associada a economias mais dinâmicas e com maior capacidade de geração de valor. Em paralelo, a importação desses produtos pode indicar tanto esforços de modernização produtiva quanto desafios estruturais relacionados à produção doméstica. Conforme aponta a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016), a classificação das atividades econômicas segundo sua intensidade tecnológica constitui um importante instrumento para analisar o padrão de especialização produtiva e o nível de desenvolvimento tecnológico das economias.

Desse modo, o indicador de *Competitividade Global* analisa as exportações e importações de alta e média alta intensidade tecnológica, bem como a diversificação dos produtos exportados e dos países importadores das UFs do Brasil. A análise é embasada nas seguintes variáveis:

i) Diversidade de produtos tecnológicos exportados;

ii) Participação das exportações de alta e média alta intensidade tecnológica no total das exportações;

iii) Participação das importações de bens de capital com alta e média alta intensidade tecnológica no valor total das importações;

iv) Quantidade de países importadores do estado e do país;

v) Valores das exportações totais do estado e do país.

No *ranking* de 2026, São Paulo manteve a liderança entre as 27 unidades federativas, repetindo o desempenho observado nos anos anteriores. Na sequência, o Espírito Santo e Minas Gerais ocuparam, respectivamente, a segunda e a terceira posições. Na outra ponta, o Tocantins (27º), o Pará (26º) e o Maranhão (25º) figuraram nas últimas colocações. Sob a ótica regional, o Sudeste permaneceu na primeira posição, seguido pelo Sul, pelo Norte, pelo Centro-Oeste e pelo Nordeste, nessa ordem.

Considerando a evolução dos últimos cinco anos (2022-2026), Alagoas (10º) apresentou o avanço mais expressivo, com ganho de 15 posições. O Ceará (9º) também se destacou, com progressão de 14 colocações no período. Em sentido oposto, o Rio Grande do Norte (21º) registrou a maior variação negativa, com recuo de 11 posições. No recorte regional, o Sudeste e o

Sul mantiveram-se, respectivamente, nas duas primeiras posições, enquanto o Norte e o Centro-Oeste inverteram suas colocações: o primeiro avançou um posto, ao passo que o segundo recuou na mesma proporção.

Na comparação anual (2026-2025), o Distrito Federal (15º) apresentou o maior avanço, com elevação de nove posições. Alagoas (10º) e o Acre (13º) também registraram desempenhos positivos, com crescimento de seis posições cada. Por outro lado, Mato Grosso (18º) teve a maior retração no período, com queda de sete posições, seguido pelo Rio Grande do Norte (21º), que declinou seis postos, por Mato Grosso do Sul (14º), Rondônia (16º) e Amapá (24º), todos com recuo de quatro colocações. Em termos regionais, a configuração do *ranking* permaneceu praticamente estável em relação ao ano anterior, com exceção da alternância entre o Norte (3º) e o Centro-Oeste (4º).

Subindicadores

Indicador de Participação de Exportações Tecnológicas: participação das exportações de alta e média alta intensidade tecnológica nas exportações totais da UF, ponderada pela participação das exportações de alta e média alta intensidade tecnológica da UF nas exportações de alta e média alta intensidade tecnológica do país.

Indicador de Diversificação das Exportações Tecnológicas: Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) invertido das exportações tecnológicas da UF.

Indicador de Participação de Importações Tecnológicas: participação das importações de bens de capital de alta e média alta intensidade tecnológica nas importações totais da UF, ponderada pela participação dessas importações da UF no total das importações de bens de capital de alta e média alta intensidade tecnológica do país.

Indicador de Diversificação de Mercado: participação da quantidade de países importadores da UF no total de países importadores do país, ponderada pela participação do valor total das exportações da UF no total das exportações do país.

Fonte:
ComexStat (MDIC). Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Competitividade Global

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
ESPÍRITO SANTO	**0,461**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**3º**	▲
MINAS GERAIS	**0,452**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**2º**	▼
RIO GRANDE DO SUL	**0,403**	**4º**	**5º**	**4º**	**5º**	**4º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,394**	**5º**	**4º**	**5º**	**4º**	**5º**	=
Santa Catarina	0,356	6º	7º	7º	6º	7º	▲
Paraná	0,354	7º	6º	6º	7º	6º	▼
Goiás	0,230	8º	8º	9º	8º	8º	=
Ceará	0,220	9º	9º	8º	11º	23º	▲
Alagoas	0,207	10º	16º	10º	26º	25º	▲
Roraima	0,199	11º	13º	16º	19º	21º	▲
Amazonas	0,192	12º	14º	14º	15º	13º	▲
Acre	0,191	13º	19º	18º	17º	17º	▲
Mato Grosso do Sul	0,186	14º	10º	19º	21º	9º	▼
Distrito Federal	0,181	15º	24º	15º	12º	11º	▼
Rondônia	0,178	16º	12º	13º	14º	12º	▼
Paraíba	0,165	17º	17º	26º	25º	27º	▲
Mato Grosso	0,156	18º	11º	11º	13º	14º	▼
Sergipe	0,153	19º	21º	17º	18º	15º	▼
Piauí	0,105	20º	18º	22º	23º	20º	=
Rio Grande do Norte	0,102	21º	15º	12º	9º	10º	▼
Bahia	0,074	22º	23º	24º	20º	19º	▼
Pernambuco	0,062	23º	22º	21º	16º	16º	▼
Amapá	0,058	24º	20º	23º	22º	26º	▲
Maranhão	0,058	25º	25º	20º	10º	18º	▼
Pará	0,023	26º	26º	25º	24º	22º	▼
Tocantins	0,000	27º	27º	27º	27º	24º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,486**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Norte	**0,072**	**3º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	▲
Centro-Oeste	**0,059**	**4º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	▼
Nordeste	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

5.2 Empreendedorismo

O empreendedorismo é um pré-requisito fundamental para a inovação, pois se relaciona diretamente à capacidade de criar, gerir e transformar negócios de maneira contínua no ambiente econômico. Embora os avanços nas tecnologias de transportes e comunicações tenham facilitado a formação de redes de difusão do conhecimento entre diferentes regiões, a concentração geográfica de empreendimentos inovadores continua sendo um elemento importante para estimular o potencial inovador de uma região (Huggins; Thompson, 2015).

Nesses ecossistemas regionais de inovação, destaca-se o papel das *startups*, empreendimentos que se caracterizam pela adoção de tecnologias inovadoras, pelo desafio a paradigmas consolidados e pela proposição de soluções social e economicamente relevantes em contextos de incerteza. Em uma perspectiva mais ampla, o dinamismo do mercado regional, medido pelo saldo entre a abertura e o fechamento de empresas, indica o vigor do ambiente de negócios da região, revelando seu potencial empreendedor.

Com base nesses pilares conceituais, o indicador de *Empreendedorismo* é composto pelas seguintes variáveis:

i) Quantidade de *startups* na UF;

ii) População da UF;

iii) Saldo entre empresas abertas e fechadas na UF.

Com base nessas variáveis, dois subindicadores são construídos. O primeiro deles é a quantidade de *startups* na UF em escala *per capita*, ponderada pela representatividade da UF no total de *startups* do país. Já o segundo subindicador, calculado pela razão entre o saldo de empresas abertas e fechadas e a população da UF, captura o grau de rotatividade de seu ambiente de negócios. A média dos dois subindicadores fornece o valor do indicador de *Empreendedorismo* da UF.

Em 2026, São Paulo liderou o ranking de Empreendedorismo, seguido por Santa Catarina (2º) e Mato Grosso (3º). No extremo oposto, as três últimas colocações foram ocupadas, respectivamente, por Sergipe (25º), Alagoas (26º) e pelo Maranhão (27º). Na escala regional, por sua vez, o índice foi encabeçado pelo Sudeste (1º), enquanto o Centro-Oeste e o Sul ocuparam, respectivamente, a segunda e a terceira colocações, seguidos pelo Norte (4º) e pelo Nordeste (5º).

Na comparação dos últimos cinco anos, o Tocantins (10º) registrou o maior avanço, com salto de 17 colocações em relação a 2022. Cabe mencionar, também, a significativa ascensão de Mato Grosso (3º), de 13 posições no mesmo período, enquanto o Rio Grande do Sul (11º) e Rondônia (14º) subiram 12 lugares. Os maiores recuos, por sua vez, foram os da Paraíba (20º), com queda de 15 colocações, e de Pernambuco (21º), com retrocesso de 13 lugares. Na perspectiva das grandes regiões brasileiras, o *ranking* de *Empreendedorismo* registrou quatro alterações. O Centro-Oeste (2º) avançou três posições, enquanto o Sul (3º), o Norte (4º) e o Nordeste (5º) regrediram um posto cada.

O Tocantins (10º) também liderou na variação interanual 2026-2025, avançando 16 colocações no período considerado. Destaca-se, ainda, o salto de 13 posições de Rondônia (14º). O Amazonas (12º), por sua vez, registrou a maior queda, de oito lugares, seguido por Alagoas (26º), que regrediu sete postos. Por fim, no que tange à escala regional, o Centro-Oeste (2º) avançou uma colocação, enquanto o Sul caiu do segundo para o terceiro lugar.

Subindicadores:

Indicador de *startups*: total de *startups* em termos *per capita* na UF, ponderado pela participação da UF no total de *startups* do país.

Indicador de Rotatividade de Negócios: saldo entre a quantidade de empresas abertas e fechadas em termos *per capita* na UF.

Fontes:

ABStartups. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
Receita Federal. Ano: 2026.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Empreendedorismo

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**2º**	**1º**	=
SANTA CATARINA	**0,577**	**2º**	**2º**	**3º**	**1º**	**2º**	=
MATO GROSSO	**0,484**	**3º**	**5º**	**4º**	**5º**	**16º**	▲
GOIÁS	**0,420**	**4º**	**11º**	**9º**	**10º**	**15º**	▲
PARANÁ	**0,397**	**5º**	**3º**	**7º**	**9º**	**9º**	▲
Distrito Federal	0,299	6º	16º	16º	12º	4º	▼
Mato Grosso do Sul	0,278	7º	8º	12º	8º	12º	▲
Espírito Santo	0,274	8º	7º	8º	7º	7º	▼
Rio de Janeiro	0,244	9º	6º	5º	6º	6º	▼
Tocantins	0,226	10º	26º	21º	27º	27º	▲
Rio Grande do Sul	0,206	11º	20º	15º	20º	23º	▲
Amazonas	0,203	12º	4º	2º	3º	3º	▼
Minas Gerais	0,195	13º	12º	13º	11º	19º	▲
Rondônia	0,154	14º	27º	23º	21º	26º	▲
Roraima	0,153	15º	9º	14º	13º	10º	▼
Amapá	0,106	16º	10º	10º	14º	11º	▼
Rio Grande do Norte	0,077	17º	14º	17º	22º	25º	▲
Piauí	0,073	18º	13º	11º	18º	17º	▼
Bahia	0,064	19º	23º	24º	23º	20º	▲
Paraíba	0,056	20º	22º	22º	4º	5º	▼
Pernambuco	0,053	21º	15º	20º	16º	8º	▼
Pará	0,052	22º	18º	18º	15º	13º	▼
Acre	0,050	23º	17º	6º	19º	21º	▼
Ceará	0,050	24º	21º	26º	25º	14º	▼
Sergipe	0,037	25º	25º	25º	24º	24º	▼
Alagoas	0,017	26º	19º	27º	26º	18º	▼
Maranhão	0,000	27º	24º	19º	17º	22º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Centro-Oeste	**0,528**	**2º**	**3º**	**3º**	**3º**	**5º**	▲
Sul	**0,521**	**3º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	▼
Norte	**0,059**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**3º**	▼
Nordeste	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**4º**	▼

5.3 Produção Científica

A produção científica desempenha um papel relevante na inovação. Mansfield (1991) evidencia que uma parcela significativa das inovações industriais não teria sido desenvolvida sem a contribuição de pesquisas acadêmicas. O autor ainda revela que a produção científica não se limita à criação de invenções, mas também abrange a formulação de teorias, descobertas, métodos e instrumentos que aumentam a capacidade intelectual das empresas, reduzindo incertezas, custos e riscos. Portanto, a produção científica não apenas antecede a inovação, mas integra o processo inovativo de forma contínua e interativa.

Dessa forma, o indicador de *Produção Científica* integra a mensuração da quantidade e da qualidade das publicações científicas, refletindo um panorama mais amplo do avanço científico. As variáveis consideradas são:

i) Quantidade de artigos publicados em periódicos de áreas tecnológicas;

ii) Impacto científico das universidades (participação das publicações realizadas pelas universidades presentes no estado entre os 10% mais citados da mesma área de conhecimento);

iii) População.

Em 2026, São Paulo liderou o *ranking*, seguido pelo Rio de Janeiro (2º) e pelo Rio Grande do Sul (3º). Já do lado oposto, as três últimas colocações foram ocupadas, respectivamente, pelo Acre (27º), por Roraima (26º) e pelo Amapá (25º). Na escala regional, por sua vez, o índice foi encabeçado pelo Sudeste (1º), enquanto o Sul e o Nordeste ocuparam, respectivamente, a segunda e a terceira colocações, seguidos pelo Centro-Oeste (4º) e pelo Norte (5º).

Na comparação dos últimos cinco anos (2022-2026), o Espírito Santo (7º) e o Pará (8º) registraram os maiores avanços, com salto de sete colocações em relação a 2022. Os maiores recuos, por sua vez, foram os do Ceará (15º) e de Pernambuco (17º), com queda de cinco lugares cada. Na perspectiva das grandes regiões brasileiras, o *ranking* manteve-se inalterado entre 2022 e 2026.

A Bahia (11º) liderou na variação interanual 2026-2025, crescendo quatro colocações no período considerado. Os demais estados que avançaram foram o Espírito Santo (7º), o Pará (8º), a Paraíba (12º) e Goiás (16º), com progressão de uma posição cada. Em sentido oposto, o Ceará (15º) caiu três colocações, enquanto o Distrito Federal (9º) e Mato Grosso do Sul (13º) recuaram duas posições cada e Pernambuco (17º) perdeu uma colocação. Por fim, no que tange à escala regional, o *ranking* permaneceu estável entre 2025 e 2026.

Subindicadores:

Indicador da Quantidade de Publicações Científicas: quantidade de artigos científicos em áreas tecnológicas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) publicados em periódicos, em termos *per capita* na UF, ponderada pela participação da UF no total de artigos publicados em áreas tecnológicas do país.

Indicador de Impacto Científico: : impacto científico das publicações que figuram entre os 10% mais relevantes nas áreas de *Biomedical and Health Sciences, Life and Earth Sciences, Mathematics and Computer Science, Physical Sciences and Engineering* (CWTS Leiden *Ranking*).

Fontes:

CAPES (MEC). Anos: 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
IBGE. Anos: 2021 e 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.
Leiden *Ranking*. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Produção Científica

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO DE JANEIRO	**0,895**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,723**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
PARANÁ	**0,620**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
MINAS GERAIS	**0,593**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**6º**	▲
Santa Catarina	0,584	6º	6º	6º	6º	5º	▼
Espírito Santo	0,546	7º	8º	7º	7º	14º	▲
Pará	0,542	8º	9º	13º	13º	15º	▲
Distrito Federal	0,497	9º	7º	8º	9º	11º	▲
Rio Grande do Norte	0,480	10º	10º	10º	8º	7º	▼
Bahia	0,467	11º	15º	9º	11º	9º	▼
Paraíba	0,460	12º	13º	11º	10º	8º	▼
Mato Grosso do Sul	0,457	13º	11º	14º	17º	17º	▲
Alagoas	0,445	14º	14º	19º	18º	18º	▲
Ceará	0,438	15º	12º	16º	14º	10º	▼
Goiás	0,407	16º	17º	15º	16º	13º	▼
Pernambuco	0,385	17º	16º	12º	12º	12º	▼
Sergipe	0,360	18º	18º	17º	15º	20º	▲
Amazonas	0,035	19º	19º	18º	19º	19º	=
Mato Grosso	0,017	20º	20º	20º	20º	16º	▼
Maranhão	0,008	21º	21º	21º	23º	23º	▲
Piauí	0,007	22º	22º	23º	22º	21º	▼
Tocantins	0,006	23º	23º	22º	21º	22º	▼
Rondônia	0,002	24º	24º	25º	25º	27º	▲
Amapá	0,002	25º	25º	24º	26º	24º	▼
Roraima	0,001	26º	26º	26º	24º	25º	▼
Acre	0,000	27º	27º	27º	27º	26º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,688**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,384**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Centro-Oeste	**0,298**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

5.4 Intensidade Tecnológica e Criativa

Os setores industriais de maior intensidade tecnológica exercem papel estratégico na dinâmica produtiva, uma vez que demandam elevados investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), além de contribuírem diretamente para ganhos de produtividade e competitividade. Paralelamente, as atividades da economia criativa, baseadas em conhecimento, capital intelectual e originalidade, também se destacam por sua capacidade de gerar valor econômico e promover o desenvolvimento regional. Nesse contexto, indicadores que capturam o desempenho desses segmentos tornam-se fundamentais para analisar a estrutura produtiva e o grau de sofisticação econômica dos territórios, evidenciando a complementaridade entre inovação tecnológica e criatividade como vetores do desenvolvimento (UNCTAD, 2010).

Assim, o indicador de *Intensidade Tecnológica e Criativa* considera três variáveis na análise:

i) Quantidade de vínculos empregatícios formais em setores de alta e média alta intensidade tecnológica[6] ;

ii) Quantidade de vínculos empregatícios formais em setores criativos[7];

iii) Total de vínculos empregatícios formais.

Em 2026, Santa Catarina (1º), o Rio Grande do Sul (2º) e São Paulo (3º) ocuparam as primeiras posições no indicador. Em contraposição, o Acre (27º), o Tocantins (26º) e o Amapá (25º) figuraram nas últimas colocações. Em nível regional, o Sul manteve a liderança do *ranking*, seguido, respectivamente, pelo Sudeste (2º) e pelo Nordeste (3º), enquanto o Centro-Oeste e o Norte permaneceram na quarta e na quinta posições, respectivamente.

Na perspectiva dos últimos cinco anos (2022-2026), o Rio Grande do Norte (12º) destacou-se com avanço de três posições no *ranking*, seguido por Mato Grosso do Sul (16º) e Rondônia (17º), que subiram duas colocações cada. Em sentido oposto, o Distrito Federal (15º) e a Paraíba (19º) registraram recuos de quatro e três posições, respectivamente.

Na comparação com o ano anterior (2026-2025), Mato Grosso do Sul (16º) e Rondônia (17º) foram os estados com maior avanço, ambos com ganho de três posições. Em contrapartida, a Paraíba (19º) apresentou a maior queda, com recuo de três colocações, seguida por Alagoas (20º), com queda de duas posições.

[6] Os setores de média alta e alta intensidade tecnológica foram determinados pela taxonomia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2016). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-taxonomy-of-economic-activities-based-on-r-d-intensity_5jlv73sqqp8r-en. Acesso em: 29 ago. 2026.

[7] Os setores criativos foram determinados pela taxonomia da Fundação João Pinheiro e do Observatório P7 Criativo no Radar da Economia Criativa (2018). Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/24.8_Radar_arquivo_final.pdf. Acesso em: 29 ago. 2026.

Subindicadores:

Indicador de Intensidade Tecnológica: participação da quantidade de empregos formais em setores de média alta e alta intensidade tecnológica no total de empregos formais da UF, ponderada pela participação da UF no total de empregos formais dos setores de média alta e alta intensidade tecnológica do país.

Indicador de Intensidade Criativa: participação da quantidade de empregos formais em setores criativos no total de empregos formais da UF, ponderada pela participação da UF no total de empregos formais dos setores criativos do país.

Fonte:

RAIS (MTE). Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Intensidade Tecnológica e Criativa

UF	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
SANTA CATARINA	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
RIO GRANDE DO SUL	**0,896**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
SÃO PAULO	**0,880**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
PARANÁ	**0,755**	**4º**	**4º**	**5º**	**5º**	**5º**	▲
CEARÁ	**0,672**	**5º**	**5º**	**4º**	**4º**	**4º**	▼
Amazonas	0,631	6º	6º	6º	6º	6º	=
Minas Gerais	0,570	7º	7º	7º	7º	7º	=
Rio de Janeiro	0,529	8º	8º	8º	8º	8º	=
Pernambuco	0,476	9º	9º	9º	10º	10º	▲
Goiás	0,442	10º	10º	10º	11º	9º	▼
Espírito Santo	0,426	11º	11º	11º	12º	12º	▲
Rio Grande do Norte	0,400	12º	12º	14º	15º	15º	▲
Sergipe	0,399	13º	13º	12º	13º	13º	=
Bahia	0,357	14º	14º	13º	14º	14º	=
Distrito Federal	0,300	15º	15º	15º	9º	11º	▼
Mato Grosso do Sul	0,197	16º	19º	19º	19º	18º	▲
Rondônia	0,194	17º	20º	17º	22º	19º	▲
Piauí	0,178	18º	17º	18º	17º	17º	▼
Paraíba	0,174	19º	16º	16º	16º	16º	▼
Alagoas	0,169	20º	18º	20º	20º	20º	=
Pará	0,118	21º	21º	22º	23º	22º	▲
Mato Grosso	0,107	22º	22º	21º	21º	21º	▼
Maranhão	0,095	23º	23º	23º	24º	23º	=
Roraima	0,084	24º	25º	24º	18º	24º	=
Amapá	0,040	25º	24º	25º	26º	26º	▲
Tocantins	0,030	26º	26º	26º	25º	25º	▼
Acre	0,000	27º	27º	27º	27º	27º	=

Região	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
Sul	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sudeste	**0,788**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,217**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	=
Centro-Oeste	**0,101**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	=
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=

5.5 Propriedade Intelectual

A garantia da propriedade intelectual, por meio de modalidades como patentes de invenção, marcas, desenhos industriais e outros tipos de ativos imateriais, é vista historicamente como um estímulo crucial à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, ao permitir que empresas e inventores obtenham retornos proporcionais aos investimentos e riscos assumidos durante o processo criativo de bens, serviços, tecnologias e processos.

No estágio contemporâneo de globalização e digitalização das economias, os direitos de propriedade intelectual sobre ativos intangíveis, baseados no conhecimento, têm adquirido relevância cada vez maior para a competitividade e a posição de mercado das empresas (Buainain *et al.*, 2019). Sob uma perspectiva sistêmica, uma arquitetura institucional robusta de garantia da propriedade intelectual, que equilibre o estímulo à inovação e sua difusão social, contribui para o desenvolvimento econômico e a satisfação das necessidades da sociedade (Buainain *et al.*, 2019; Papageorgiadis; Sharma, 2016).

Nesse contexto, o indicador de *Propriedade Intelectual* mede o avanço dos registros de proteção de ativos imateriais, capturando o desenvolvimento das invenções por meio de sua formalização. O indicador é composto pelas seguintes variáveis:

i) Depósitos de patentes;

ii) Registros de contratos de pesquisa;

iii) Depósitos de desenho industrial;

iv) Depósitos de marcas;

v) População.

Essas variáveis compõem dois subindicadores: Patentes; e Contratos, Desenhos Industriais e Marcas. Dada a importância do patenteamento para o processo de inovação e a apropriação de conhecimento, o subindicador de Patentes é calculado em termos *per capita* e ponderado pela participação da UF no total de patentes do país. O subindicador de Contratos, Desenhos Industriais e Marcas, por sua vez, agrega a quantidade de registros dessas três categorias em termos *per capita*, com valores ponderados pela participação da UF no total de contratos, desenhos industriais e marcas do Brasil. A média desses dois subindicadores corresponde ao indicador geral de *Propriedade Intelectual*.

Em 2026, São Paulo ocupou novamente o 1º lugar, seguido por Santa Catarina (2º) e Minas Gerais (3º), mantendo-se, assim, as três primeiras colocações em relação ao ano anterior. Já as três últimas posições foram ocupadas pelo Acre (27º), por Roraima (26º) e por Rondônia (25º). Na escala regional, o Sudeste manteve-se na liderança, seguido pelo Sul (2º). O Nordeste, por sua vez, ascendeu uma colocação em relação a 2025, chegando ao 3º lugar do *ranking*,

enquanto o Centro-Oeste foi o 4º colocado, caindo uma posição na comparação com o ano anterior. Por fim, o Norte manteve-se na quinta colocação.

Considerando os últimos cinco anos (2022-2026), o Piauí foi a unidade federativa que apresentou a maior evolução, avançando cinco colocações ao sair do 24º para o 19º lugar. O Amapá (23º) registrou uma expressiva evolução de três posições, seguido por Minas Gerais (3º) e pela Paraíba (10º), que também avançaram significativamente, saltando duas posições nos últimos cinco anos. Em contrapartida, Alagoas (22º) teve a maior retração no período considerado, retrocedendo quatro colocações. Em âmbito regional, a única mudança foi a troca de posições entre o Nordeste (3º), com avanço de uma posição, e o Centro-Oeste (4º), com queda de um lugar.

No que tange à variação anual em relação a 2025, o Rio Grande do Norte (15º), o Piauí (19º), o Maranhão (21º) e o Amapá (23º) registraram os saltos mais significativos, de duas colocações. Do outro lado, Alagoas (22º) recuou três posições, enquanto Mato Grosso (16º) e o Tocantins (24º) retrocederam duas colocações.

Subindicadores:

Indicador de Patentes: quantidade de patentes em termos *per capita* na UF, ponderada pela participação da UF na quantidade total de patentes do país.

Indicador de Contratos, Desenhos Industriais e Marcas: soma de contratos, desenhos industriais e marcas em termos *per capita* na UF, ponderada pela participação da UF na quantidade total de contratos, desenhos industriais e marcas do país.

Fontes:

INPI. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
IBGE. Anos: 2021, 2022 (dado replicado para 2023), 2024 e 2025.

Propriedade Intelectual

UF	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
SANTA CATARINA	**0,258**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
MINAS GERAIS	**0,248**	**3º**	**3º**	**4º**	**5º**	**5º**	▲
RIO GRANDE DO SUL	**0,219**	**4º**	**5º**	**3º**	**3º**	**4º**	=
PARANÁ	**0,218**	**5º**	**4º**	**5º**	**4º**	**3º**	▼
Rio de Janeiro	0,169	6º	6º	6º	6º	6º	=
Distrito Federal	0,054	7º	7º	9º	7º	7º	=
Goiás	0,044	8º	8º	7º	8º	8º	=
Espírito Santo	0,034	9º	10º	8º	9º	9º	=
Paraíba	0,034	10º	9º	11º	11º	12º	▲
Pernambuco	0,031	11º	11º	10º	10º	10º	▼
Bahia	0,025	12º	12º	12º	13º	11º	▼
Ceará	0,017	13º	13º	13º	14º	14º	▲
Mato Grosso do Sul	0,014	14º	15º	15º	15º	15º	▲
Rio Grande do Norte	0,013	15º	17º	16º	16º	16º	▲
Mato Grosso	0,012	16º	14º	14º	12º	13º	▼
Sergipe	0,009	17º	16º	17º	17º	17º	=
Pará	0,006	18º	18º	18º	18º	19º	▲
Piauí	0,006	19º	21º	23º	24º	24º	▲
Amazonas	0,005	20º	20º	21º	20º	20º	=
Maranhão	0,004	21º	23º	22º	21º	21º	=
Alagoas	0,003	22º	19º	20º	19º	18º	▼
Amapá	0,002	23º	25º	27º	27º	26º	▲
Tocantins	0,002	24º	22º	19º	23º	22º	▼
Rondônia	0,002	25º	24º	24º	22º	23º	▼
Roraima	0,000	26º	26º	25º	25º	27º	▲
Acre	0,000	27º	27º	26º	26º	25º	▼

Região	Índice 2026	Ranking 2026	Ranking 2025	Ranking 2024	Ranking 2023	Ranking 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Sul	**0,464**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Nordeste	**0,077**	**3º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	▲
Centro-Oeste	**0,070**	**4º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	▼
Norte	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=



5.6 Sustentabilidade Ambiental

Na atualidade, agendas como a transição energética e a valorização da biodiversidade tornaram-se incontornáveis para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico. Consequentemente, o entendimento da inovação passou a incorporar crescentemente considerações de sustentabilidade ambiental e social, para além da visão estritamente econômica (Barbieri *et al.*, 2010). Nesse contexto, atividades, produtos, serviços e processos orientados simultaneamente pela preservação do meio ambiente, pela eficiência energética e por ganhos de competitividade assumiram um papel ainda mais relevante no processo inovador e no desenvolvimento econômico, de modo geral.

Tendo em vista essas considerações, o indicador de *Sustentabilidade Ambiental* é composto pelas seguintes variáveis, que mensuram o compromisso com a inovação verde e a governança ambiental em cada uma das UFs brasileiras:

i) Quantidade de empresas com certificação ambiental (ISO 14001) em relação à quantidade total de empresas;

ii) Capacidade de geração de energia renovável (biomassa, eólica, hídrica e solar) em relação à capacidade total de geração de energia;

iii) Despesas públicas empenhadas em gestão ambiental em relação às despesas públicas empenhadas totais.

Essas três variáveis compõem, respectivamente, três subindicadores. O subindicador de *Certificação Ambiental* considera os dados de certificação ISO 14001 para mensurar o compromisso das empresas da UF com a produção de bens e a provisão de serviços com impacto ambiental reduzido. O subindicador de *Capacidade Geracional de Energia Renovável*, por sua vez, expressa o engajamento da UF na geração de energia renovável em relação à sua capacidade total de geração. Por fim, o subindicador *Despesas Públicas em Gestão Ambiental* estima o compromisso do setor público com a gestão ambiental, considerando a proporção do orçamento destinado a esses fins em relação às despesas públicas totais da UF. O indicador de *Sustentabilidade Ambiental* corresponde à média dos três subindicadores.

O líder no *ranking* de *Sustentabilidade Ambiental* em 2026 foi, novamente, o estado de São Paulo, seguido pelo Ceará (2º) e por Minas Gerais (3º), mantendo-se, dessa maneira, as três primeiras colocações em relação ao ano anterior. As três últimas posições, por sua vez, também foram idênticas às de 2025, sendo ocupadas, respectivamente, pelo Amapá (25º), pelo Acre (26º) e por Roraima (27º). Já entre as grandes regiões brasileiras, o Sudeste foi o primeiro colocado, seguido pelo Nordeste (2º). O Norte, por sua vez, assumiu o terceiro lugar, avançando uma posição em relação a 2025, enquanto o Sul foi o quarto colocado, recuando uma colocação. Por fim, o Centro-Oeste ocupou a quinta posição.

Na perspectiva dos últimos cinco anos (2026-2022), o Rio de Janeiro (5º) foi a UF que mais avançou em *Sustentabilidade Ambiental*, com salto de 12 colocações. O Ceará (2º) também se destacou nesse aspecto, com ascensão de oito lugares no mesmo período. Na direção oposta, Rondônia (14º) foi a UF que mais retrocedeu no *ranking*, caindo sete colocações. O Pa-

raná (9º) e Santa Catarina (17º) também tiveram declínios significativos, de cinco posições, no horizonte temporal considerado. No que tange às grandes regiões do país, a única variação observada, de maneira idêntica à registrada em 2026-2025, foi a troca de posições entre o Norte (3º) e o Sul (4º).

Já na comparação interanual 2026-2025, o *ranking* de Sustentabilidade Ambiental foi marcado por considerável estabilidade, pois somente cinco UFs registraram alterações. O Amazonas (15º) conquistou o maior avanço, com ascensão de três colocações, seguido pelo Rio de Janeiro (5º) com salto de uma posição. Em contraste, Santa Catarina (17º) recuou duas posições, enquanto o Rio Grande do Norte (6º) e Mato Grosso do Sul (18º) caíram uma colocação.

Subindicadores:

Indicador de Certificação Ambiental: participação de empresas com ISO 14001 no total de empresas da UF, ponderada pela participação da UF no total de empresas com ISO 14001 do país.

Indicador de Capacidade Geracional de Energia Renovável: participação da capacidade geracional de energia renovável na capacidade total de geração de energia da UF, ponderada pela participação da capacidade geracional de energia renovável da UF na capacidade geracional de energia renovável total do país.

Indicador de Despesas Públicas em Gestão Ambiental: participação das despesas públicas em gestão ambiental nas despesas públicas totais da UF, ponderada pela participação da UF nas despesas públicas em gestão ambiental do país.

Fontes:

RAIS (MTE). Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
INMETRO. Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
FINBRA (Tesouro Nacional). Anos: 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
EPE (MME). Anos: 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

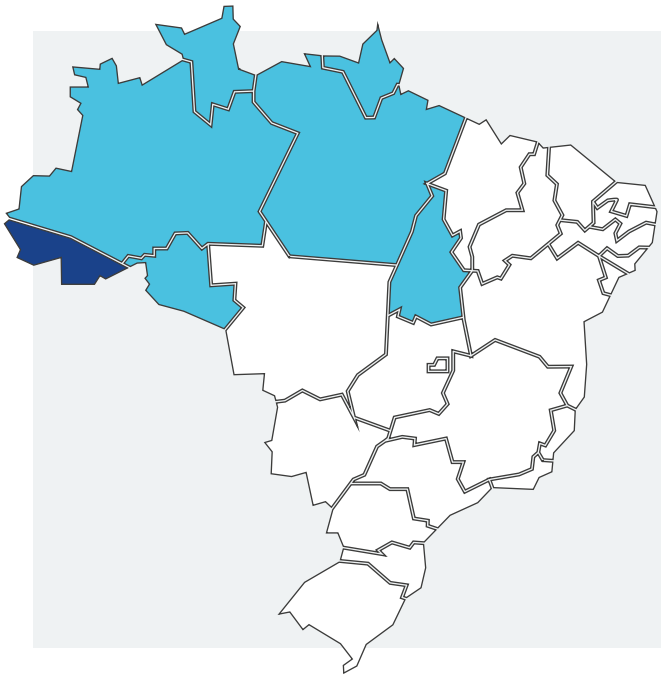
Sustentabilidade Ambiental

UF	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
SÃO PAULO	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
CEARÁ	**0,469**	**2º**	**2º**	**5º**	**7º**	**10º**	▲
MINAS GERAIS	**0,434**	**3º**	**3º**	**2º**	**2º**	**2º**	▼
BAHIA	**0,413**	**4º**	**4º**	**3º**	**3º**	**3º**	▼
RIO DE JANEIRO	**0,293**	**5º**	**6º**	**4º**	**10º**	**17º**	▲
Rio Grande do Norte	0,276	6º	5º	6º	6º	5º	▼
Pará	0,221	7º	7º	7º	5º	6º	▼
Piauí	0,206	8º	8º	8º	9º	9º	▲
Paraná	0,161	9º	9º	9º	4º	4º	▼
Paraíba	0,135	10º	10º	10º	15º	13º	▲
Goiás	0,111	11º	11º	12º	8º	8º	▼
Rio Grande do Sul	0,100	12º	12º	11º	12º	11º	▼
Mato Grosso	0,083	13º	13º	13º	17º	14º	▲
Rondônia	0,079	14º	14º	14º	11º	7º	▼
Amazonas	0,078	15º	18º	17º	19º	18º	▲
Pernambuco	0,064	16º	16º	16º	14º	16º	=
Santa Catarina	0,063	17º	15º	15º	13º	12º	▼
Mato Grosso do Sul	0,058	18º	17º	18º	16º	15º	▼
Espírito Santo	0,040	19º	19º	21º	21º	20º	▲
Tocantins	0,033	20º	20º	19º	18º	19º	▼
Sergipe	0,029	21º	21º	22º	20º	27º	▲
Distrito Federal	0,027	22º	22º	20º	24º	23º	▲
Alagoas	0,011	23º	23º	23º	22º	21º	▼
Maranhão	0,010	24º	24º	24º	25º	25º	▲
Amapá	0,009	25º	25º	26º	23º	24º	▼
Acre	0,007	26º	26º	25º	26º	22º	▼
Roraima	0,000	27º	27º	27º	27º	26º	▼

Região	Índice 2026	*Ranking* 2026	*Ranking* 2025	*Ranking* 2024	*Ranking* 2023	*Ranking* 2022	Comparação 2026 - 2022
Sudeste	**1,000**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	=
Nordeste	**0,592**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	=
Norte	**0,051**	**3º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	▲
Sul	**0,040**	**4º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	▼
Centro-Oeste	**0,000**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	**5º**	=



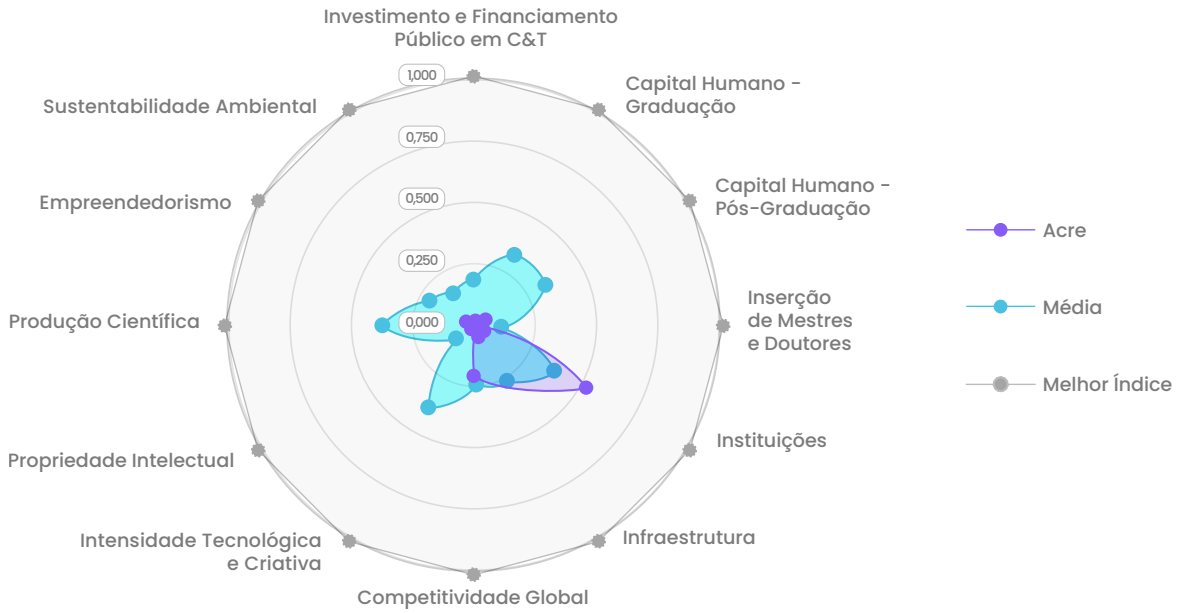
6. Resultados por Unidade Federativa



Acre

24º *Ranking* Brasil
5º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



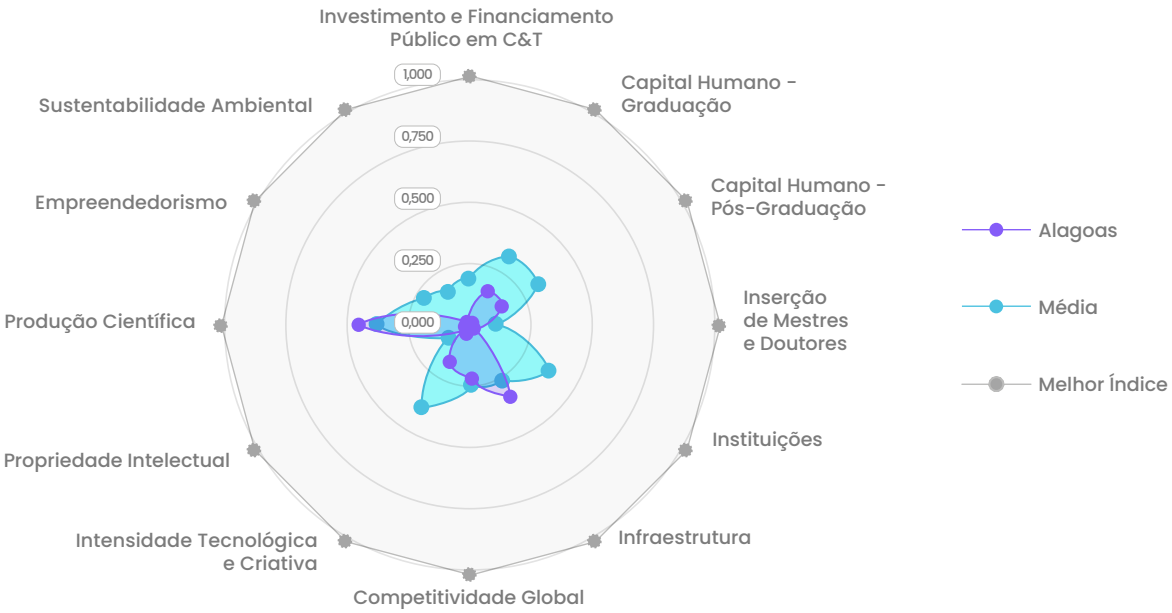
Índice de Capacidades	22º	Índice de Resultados	26º
Capital Humano – Graduação	27º	Competitividade Global	13º
Capital Humano – Pós-Graduação	24º	Empreendedorismo	23º
Inserção de Mestres e Doutores	23º	Produção Científica	27º
Investimento e Financiamento Público em C&T	23º	Intensidade Tecnológica e Criativa	27º
Infraestrutura	25º	Propriedade Intelectual	27º
Instituições	8ª	Sustentabilidade Ambiental	26º



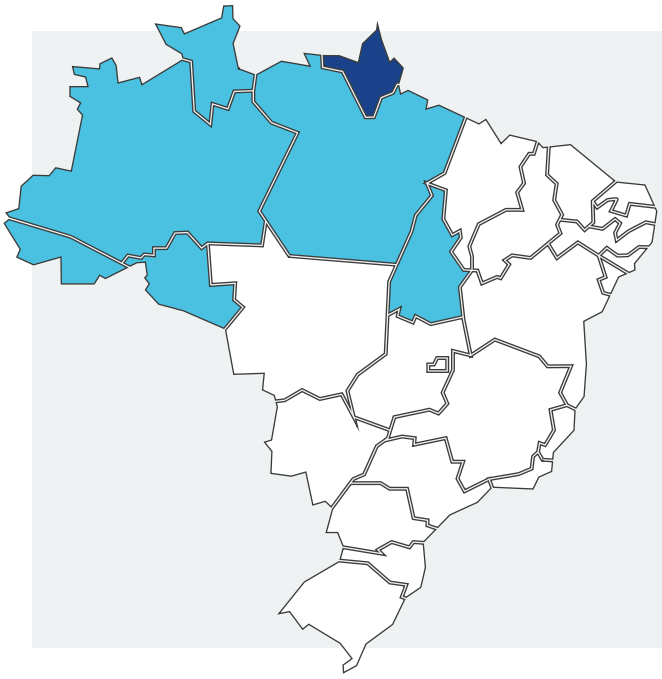
Alagoas

22º *Ranking* Brasil
8º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



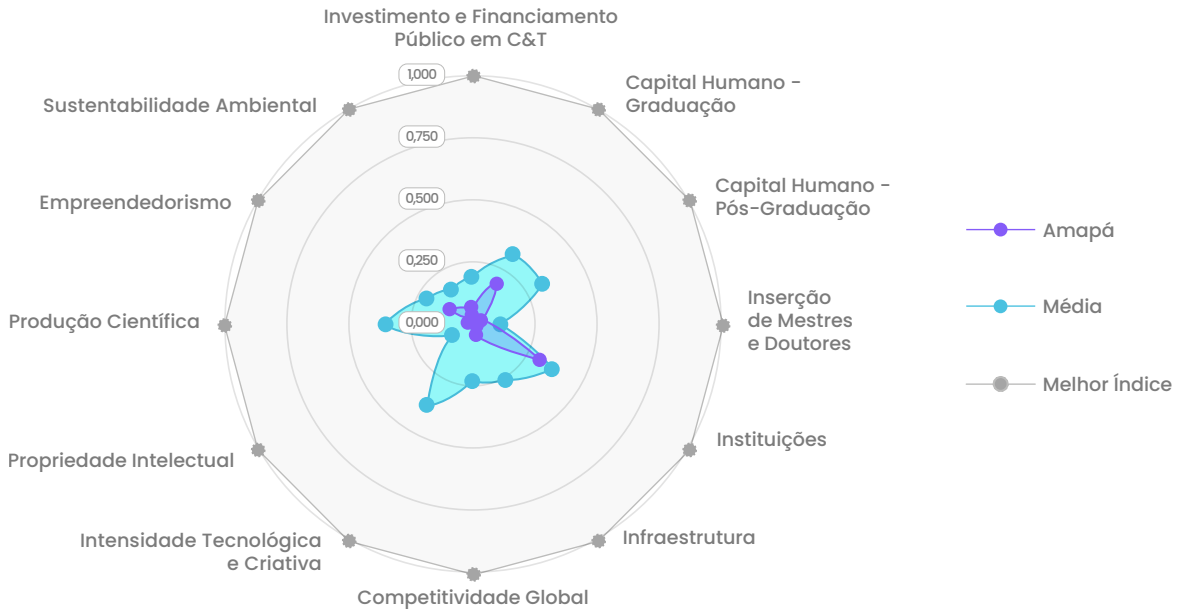
Índice de Capacidades	25º	Índice de Resultados	20º
Capital Humano – Graduação	23º	Competitividade Global	10º
Capital Humano – Pós-Graduação	19º	Empreendedorismo	26º
Inserção de Mestres e Doutores	26º	Produção Científica	14º
Investimento e Financiamento Público em C&T	24º	Intensidade Tecnológica e Criativa	20º
Infraestrutura	9º	Propriedade Intelectual	22º
Instituições	26º	Sustentabilidade Ambiental	23º



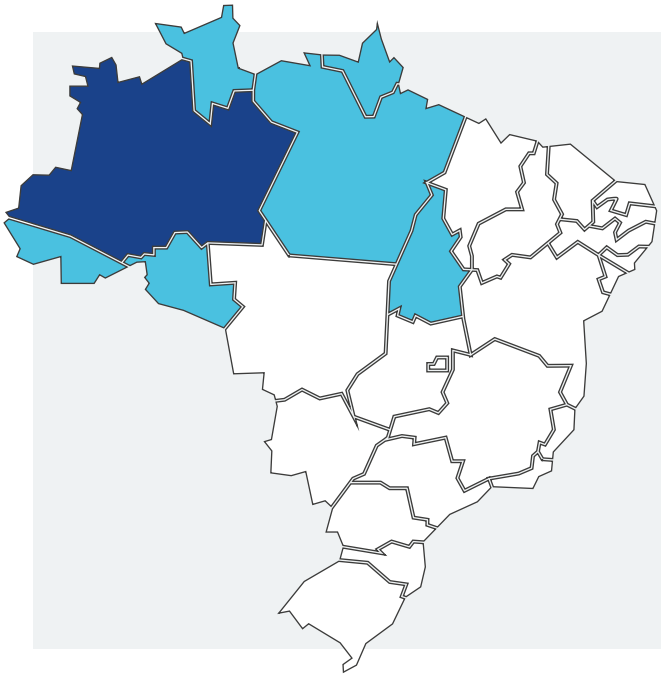
Amapá

25º *Ranking* Brasil
6º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



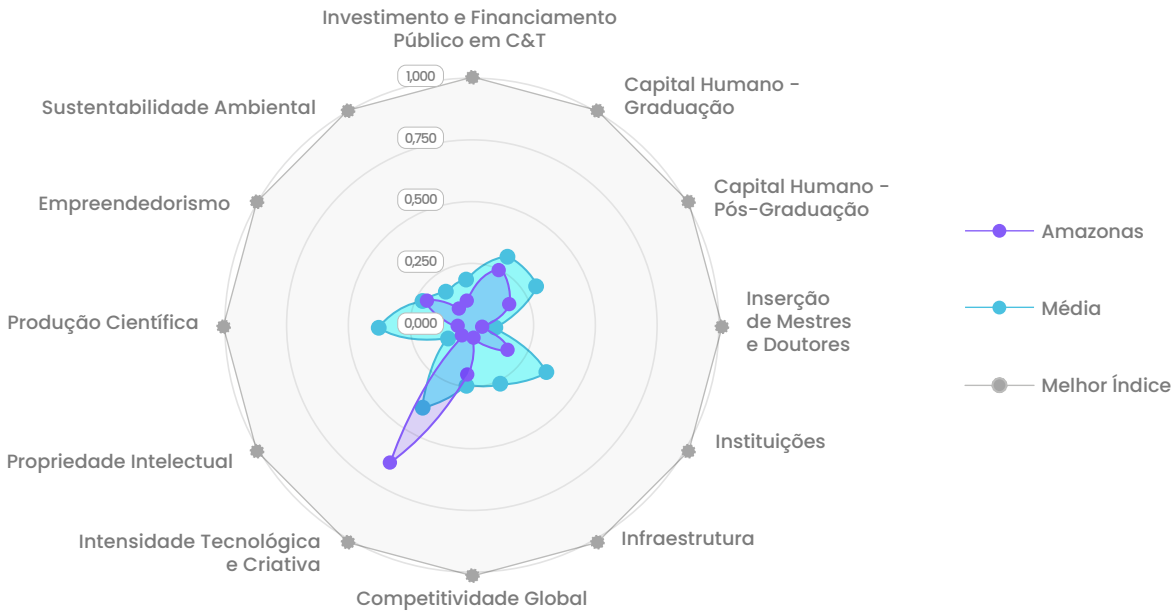
Índice de Capacidades	24º	Índice de Resultados	25º
Capital Humano – Graduação	21º	Competitividade Global	24º
Capital Humano – Pós-Graduação	27º	Empreendedorismo	16º
Inserção de Mestres e Doutores	19º	Produção Científica	25º
Investimento e Financiamento Público em C&T	19º	Intensidade Tecnológica e Criativa	25º
Infraestrutura	23º	Propriedade Intelectual	23º
Instituições	17º	Sustentabilidade Ambiental	25º



Amazonas

16º *Ranking* Brasil
2º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



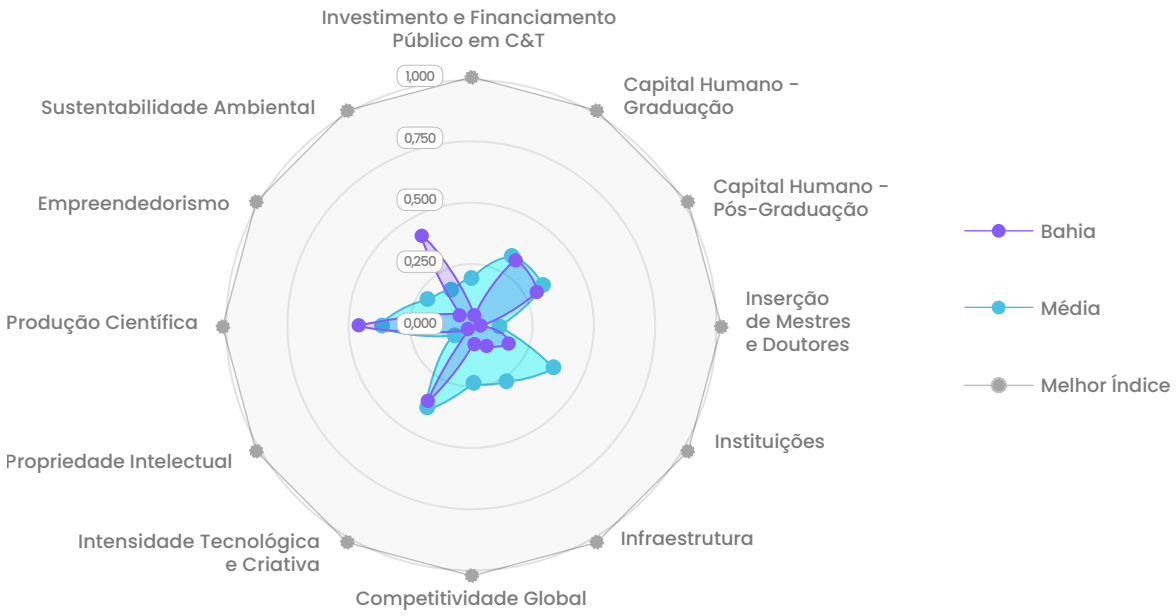
Índice de Capacidades	18º	Índice de Resultados	14º
Capital Humano – Graduação	15º	Competitividade Global	12º
Capital Humano – Pós-Graduação	18º	Empreendedorismo	12º
Inserção de Mestres e Doutores	9º	Produção Científica	19º
Investimento e Financiamento Público em C&T	11º	Intensidade Tecnológica e Criativa	6º
Infraestrutura	24º	Propriedade Intelectual	20º
Instituições	19º	Sustentabilidade Ambiental	15º



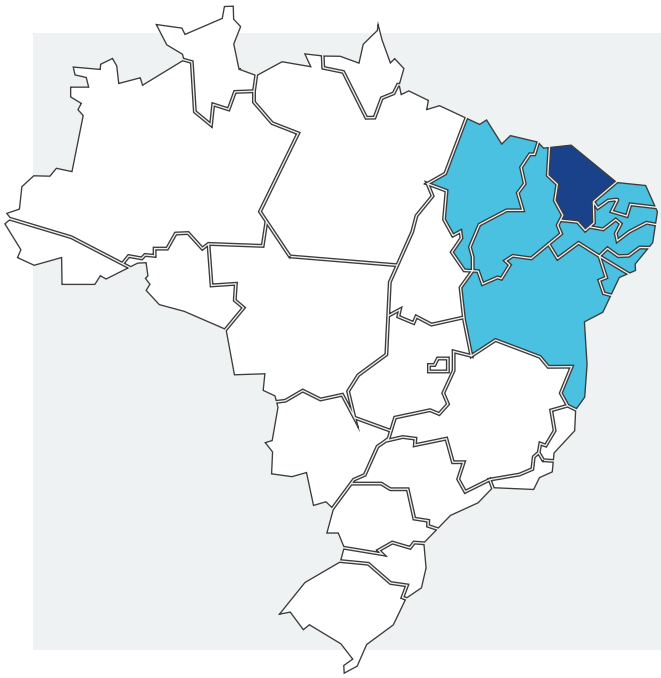
Bahia

13º *Ranking* Brasil
3º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



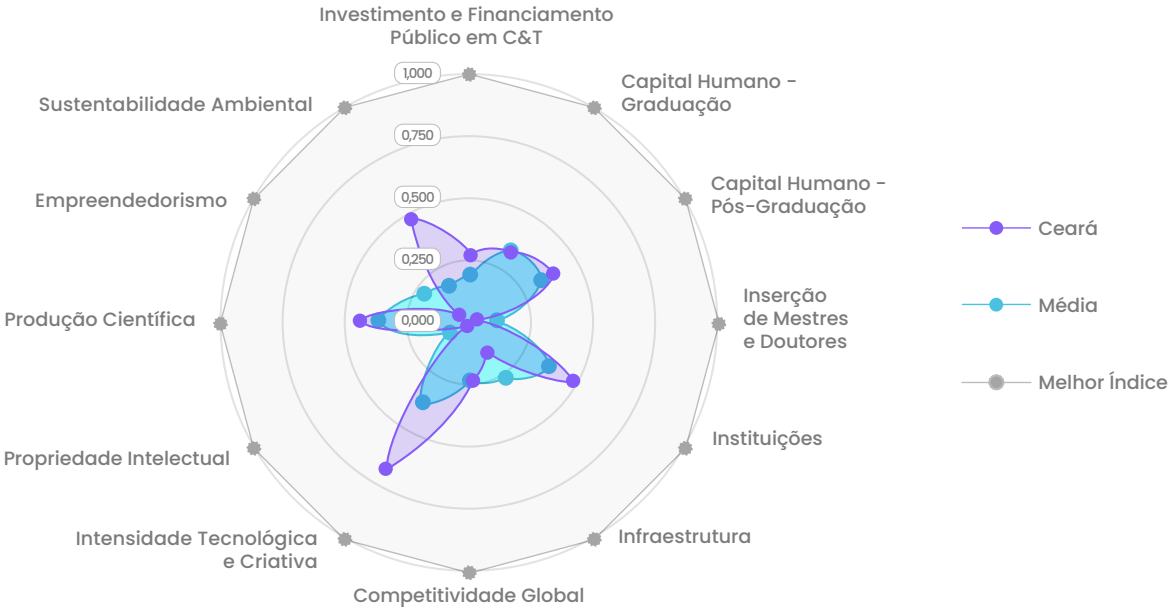
Índice de Capacidades	17º	Índice de Resultados	10º
Capital Humano – Graduação	12º	Competitividade Global	22º
Capital Humano – Pós-Graduação	13º	Empreendedorismo	19º
Inserção de Mestres e Doutores	12º	Produção Científica	11º
Investimento e Financiamento Público em C&T	20º	Intensidade Tecnológica e Criativa	14º
Infraestrutura	21º	Propriedade Intelectual	12º
Instituições	20º	Sustentabilidade Ambiental	4º



Ceará

7º *Ranking* Brasil
1º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	8º	Índice de Resultados	7º
Capital Humano – Graduação	11º	Competitividade Global	9º
Capital Humano – Pós-Graduação	9º	Empreendedorismo	24º
Inserção de Mestres e Doutores	11º	Produção Científica	15º
Investimento e Financiamento Público em C&T	7º	Intensidade Tecnológica e Criativa	5º
Infraestrutura	14º	Propriedade Intelectual	13º
Instituições	10º	Sustentabilidade Ambiental	2º

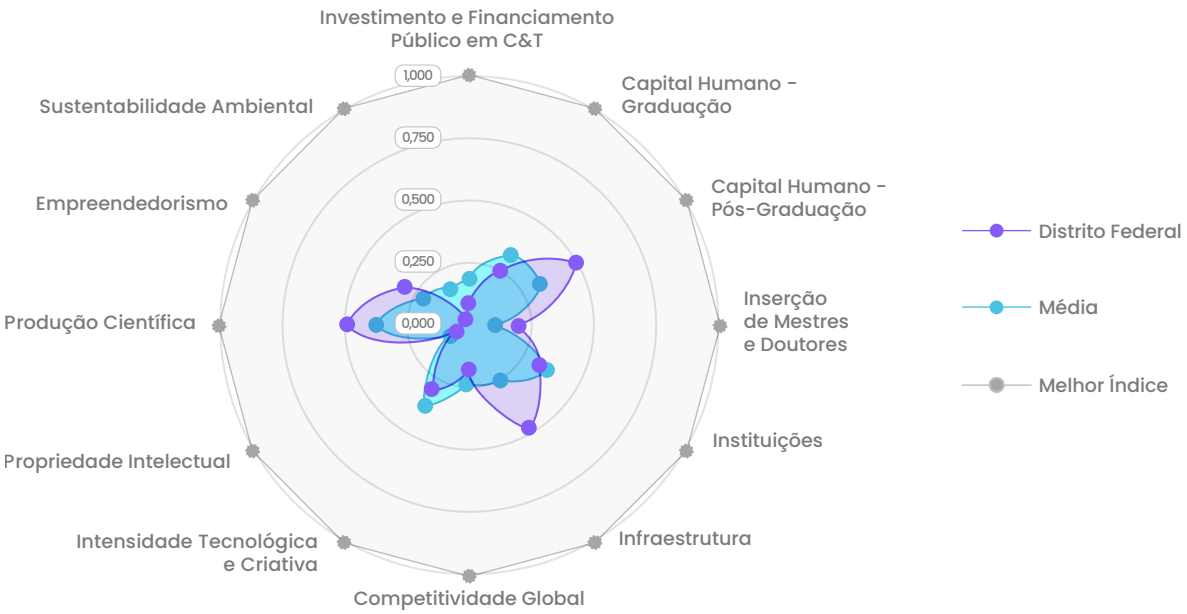


Distrito Federal

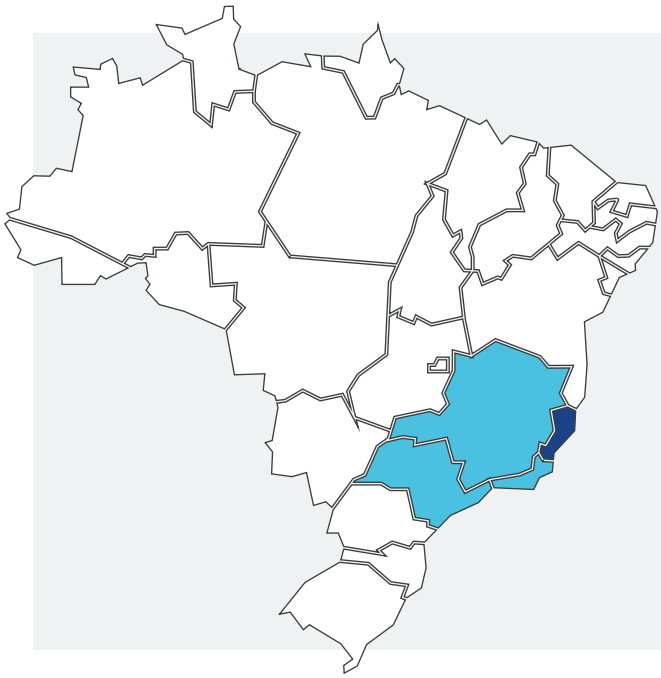
10º *Ranking* Brasil

2º *Ranking* Centro-Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



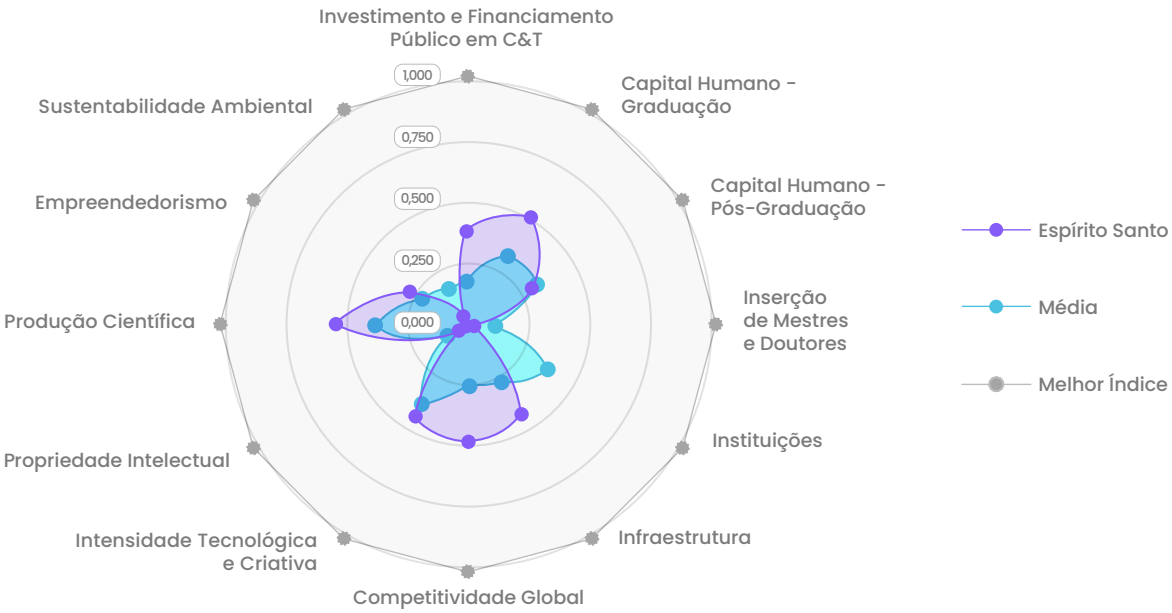
Índice de Capacidades	7º	Índice de Resultados	11º
Capital Humano – Graduação	16º	Competitividade Global	15º
Capital Humano – Pós-Graduação	6º	Empreendedorismo	6º
Inserção de Mestres e Doutores	3º	Produção Científica	9º
Investimento e Financiamento Público em C&T	13º	Intensidade Tecnológica e Criativa	15º
Infraestrutura	5º	Propriedade Intelectual	7º
Instituições	14º	Sustentabilidade Ambiental	22º



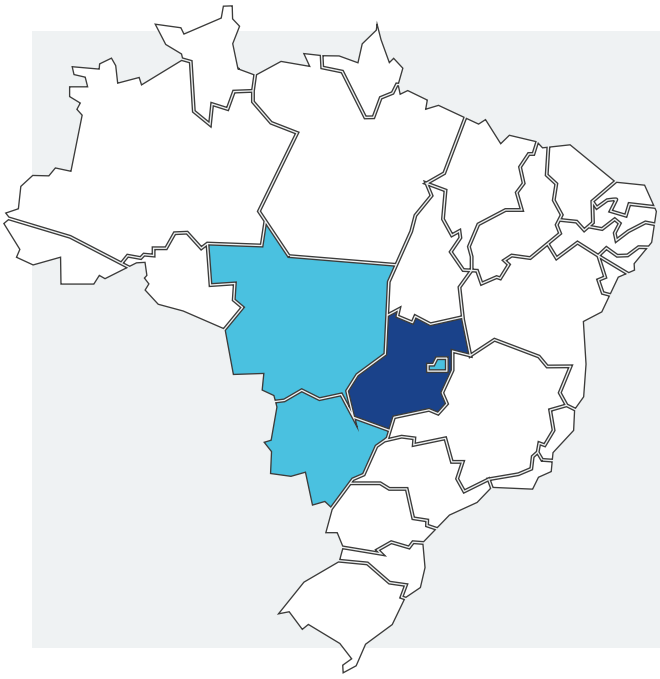
Espírito Santo

9º *Ranking* Brasil
4º *Ranking* Sudeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	12º	Índice de Resultados	8º
Capital Humano – Graduação	5º	Competitividade Global	2º
Capital Humano – Pós-Graduação	12º	Empreendedorismo	8º
Inserção de Mestres e Doutores	10º	Produção Científica	7º
Investimento e Financiamento Público em C&T	5º	Intensidade Tecnológica e Criativa	11º
Infraestrutura	6º	Propriedade Intelectual	9º
Instituições	27º	Sustentabilidade Ambiental	19º

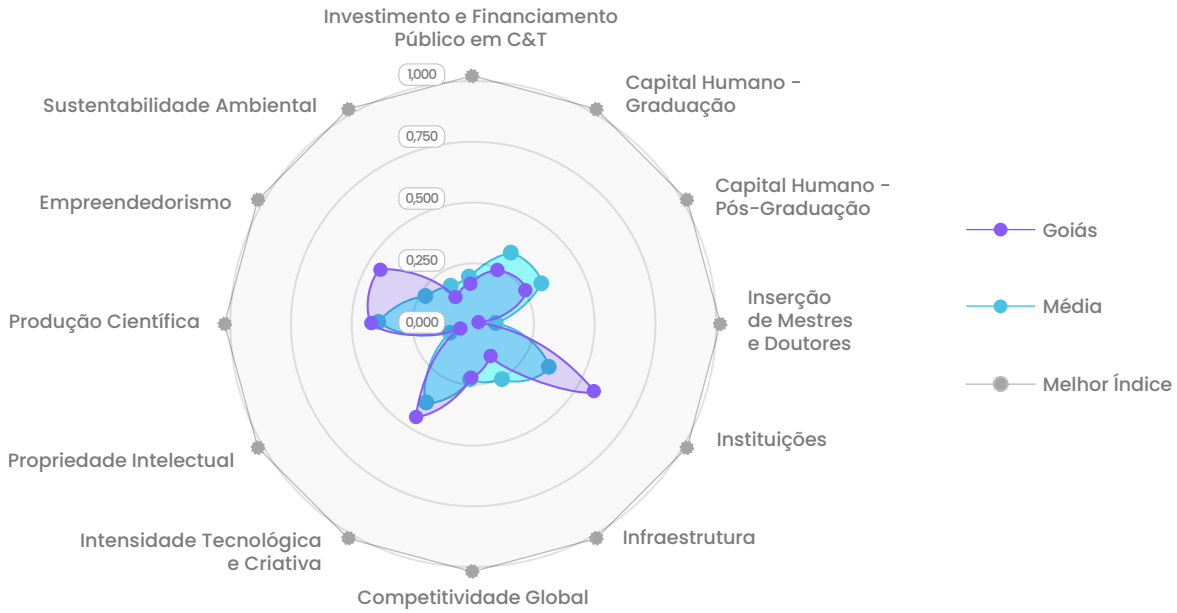


Goiás

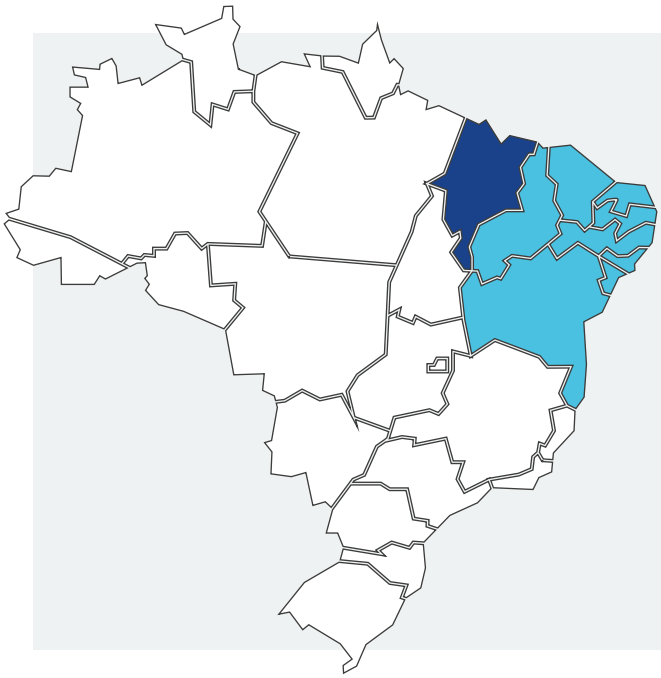
8º *Ranking* Brasil

1º *Ranking* Centro-Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



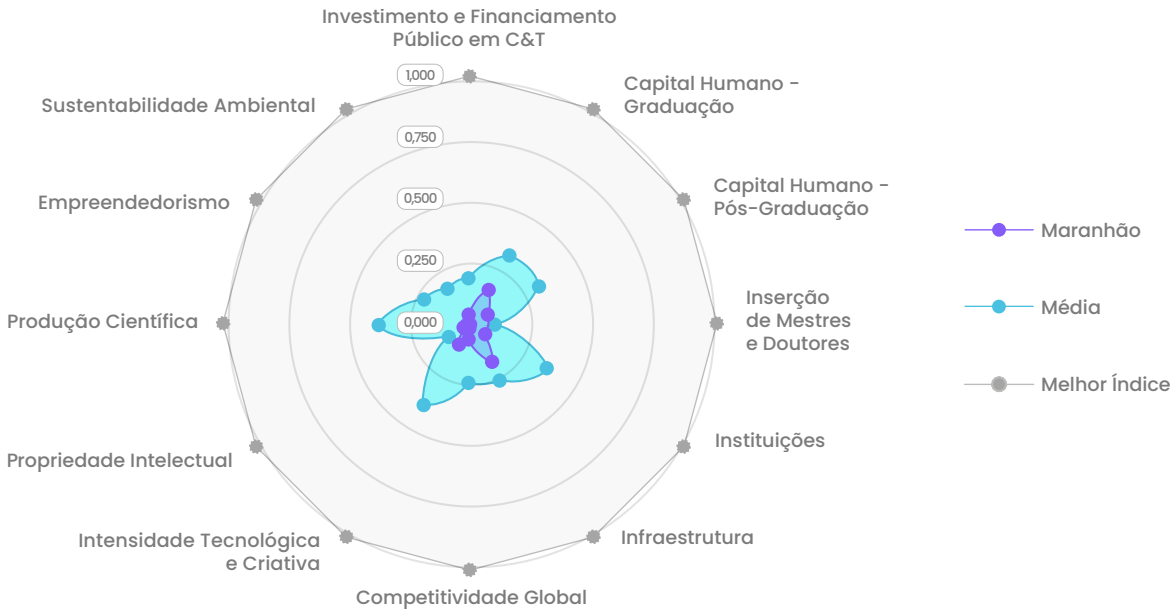
Índice de Capacidades	11º	Índice de Resultados	9º
Capital Humano – Graduação	18º	Competitividade Global	8º
Capital Humano – Pós-Graduação	15º	Empreendedorismo	4º
Inserção de Mestres e Doutores	13º	Produção Científica	16º
Investimento e Financiamento Público em C&T	9º	Intensidade Tecnológica e Criativa	10º
Infraestrutura	13º	Propriedade Intelectual	8º
Instituições	7º	Sustentabilidade Ambiental	11º



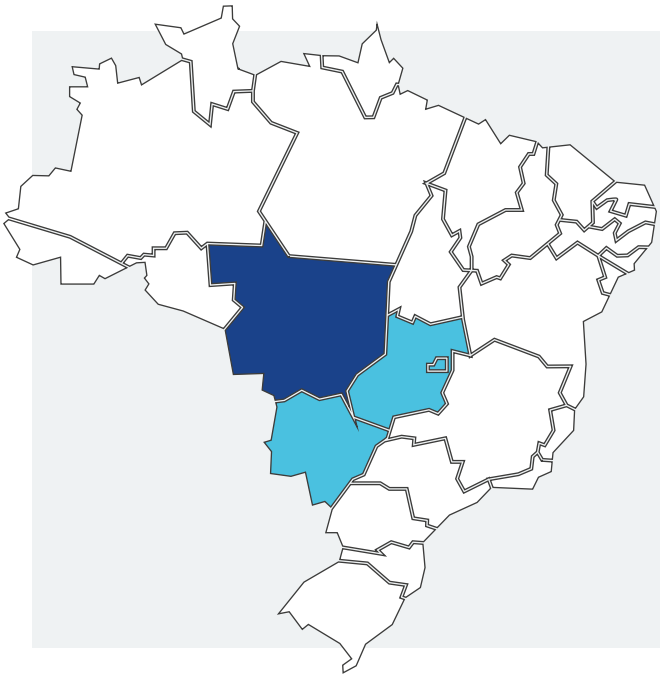
Maranhão

27º *Ranking* Brasil
9º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	26º	Índice de Resultados	27º
Capital Humano – Graduação	22º	Competitividade Global	25º
Capital Humano – Pós-Graduação	23º	Empreendedorismo	27º
Inserção de Mestres e Doutores	24º	Produção Científica	21º
Investimento e Financiamento Público em C&T	16º	Intensidade Tecnológica e Criativa	23º
Infraestrutura	10º	Propriedade Intelectual	21º
Instituições	24º	Sustentabilidade Ambiental	24º

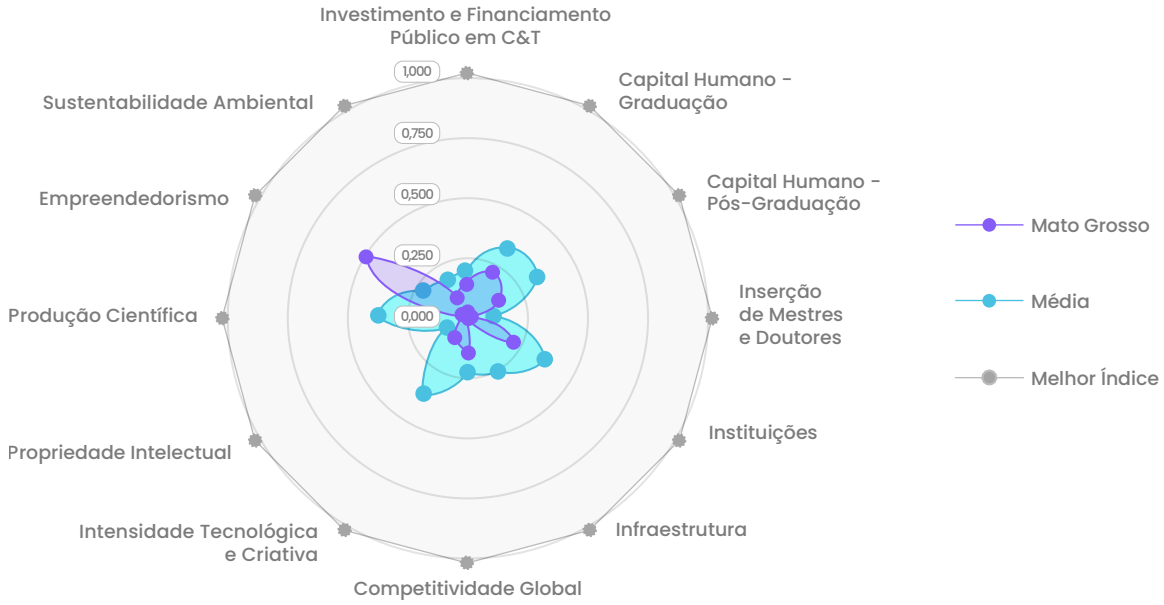


Mato Grosso

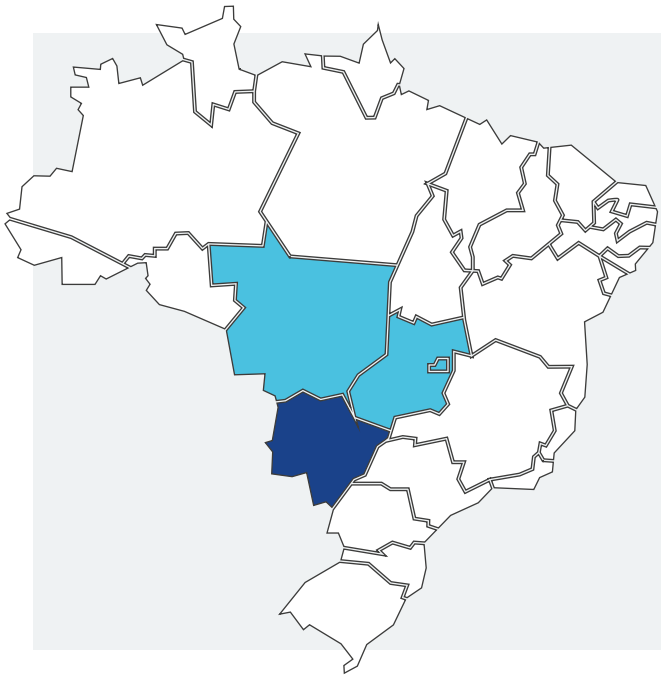
19º *Ranking* Brasil

4º *Ranking* Centro-Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	23º	Índice de Resultados	19º
Capital Humano – Graduação	20º	Competitividade Global	18º
Capital Humano – Pós-Graduação	21º	Empreendedorismo	3º
Inserção de Mestres e Doutores	22º	Produção Científica	20º
Investimento e Financiamento Público em C&T	10º	Intensidade Tecnológica e Criativa	22º
Infraestrutura	27º	Propriedade Intelectual	16º
Instituições	18º	Sustentabilidade Ambiental	13º

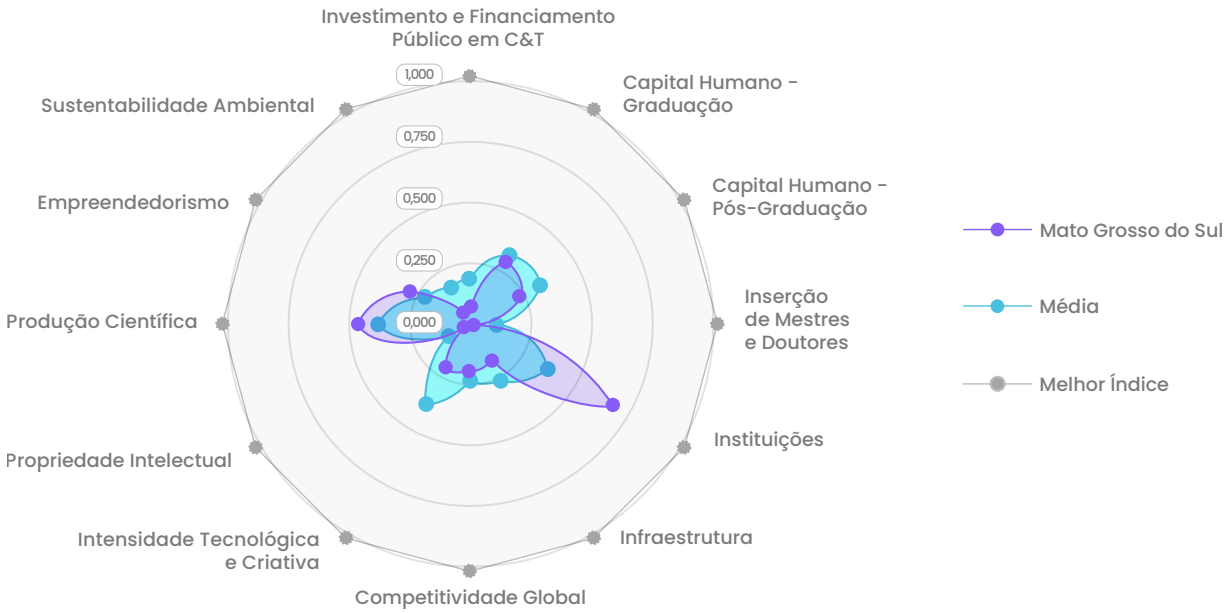


Mato Grosso do Sul

11º *Ranking* Brasil

3º *Ranking* Centro-Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



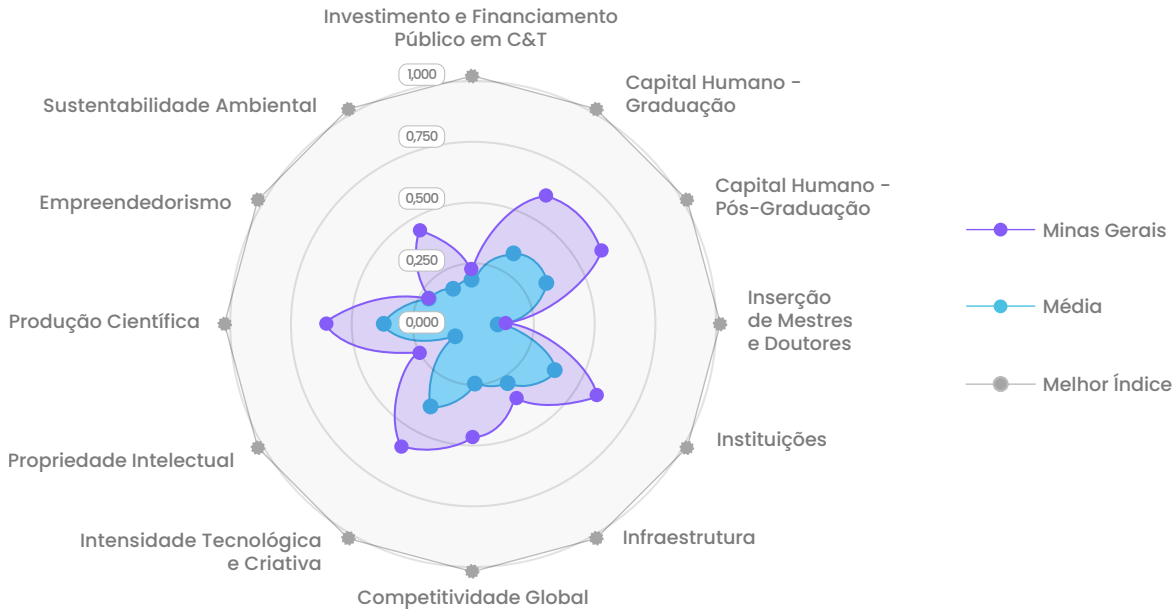
Índice de Capacidades	10º	Índice de Resultados	13º
Capital Humano – Graduação	13º	Competitividade Global	14º
Capital Humano – Pós-Graduação	16º	Empreendedorismo	7º
Inserção de Mestres e Doutores	16º	Produção Científica	13º
Investimento e Financiamento Público em C&T	15º	Intensidade Tecnológica e Criativa	16º
Infraestrutura	12º	Propriedade Intelectual	14º
Instituições	4º	Sustentabilidade Ambiental	18º



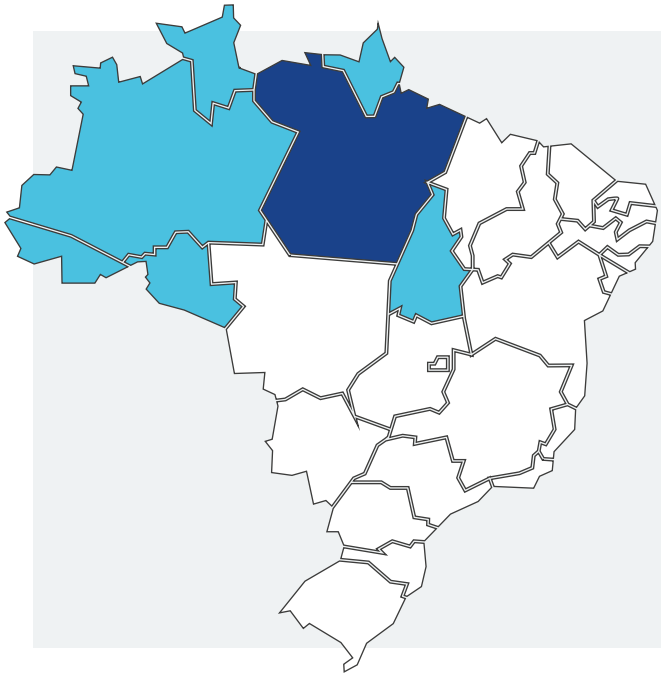
Minas Gerais

6º *Ranking* Brasil
3º *Ranking* Sudeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



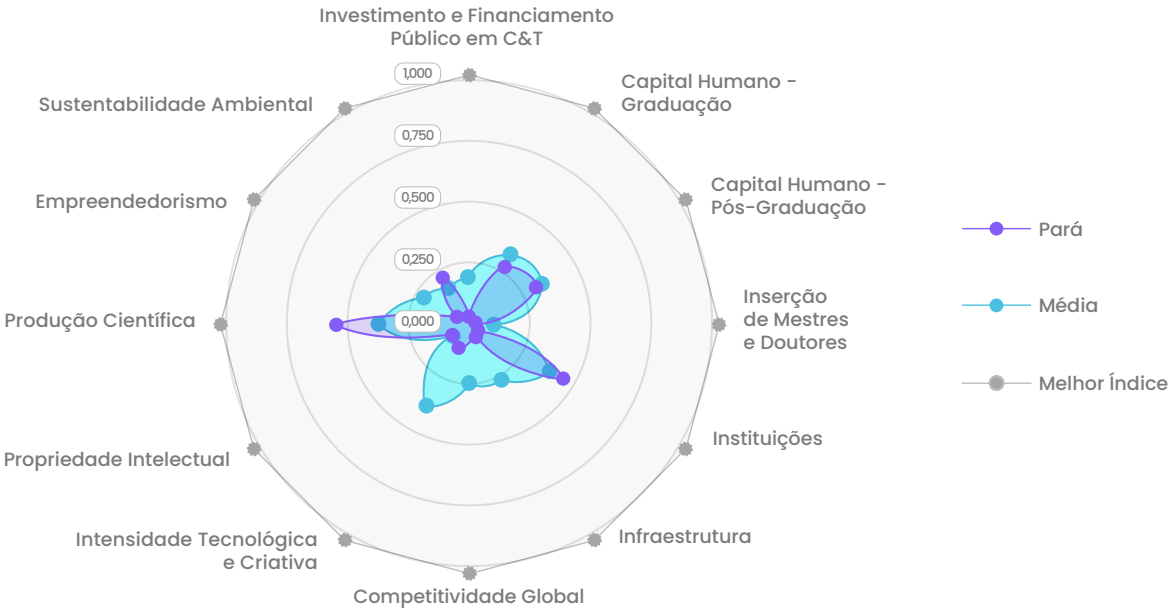
Índice de Capacidades	5º	Índice de Resultados	6º
Capital Humano – Graduação	2º	Competitividade Global	3º
Capital Humano – Pós-Graduação	4º	Empreendedorismo	13º
Inserção de Mestres e Doutores	4º	Produção Científica	5º
Investimento e Financiamento Público em C&T	8º	Intensidade Tecnológica e Criativa	7º
Infraestrutura	8º	Propriedade Intelectual	3º
Instituições	6º	Sustentabilidade Ambiental	3º



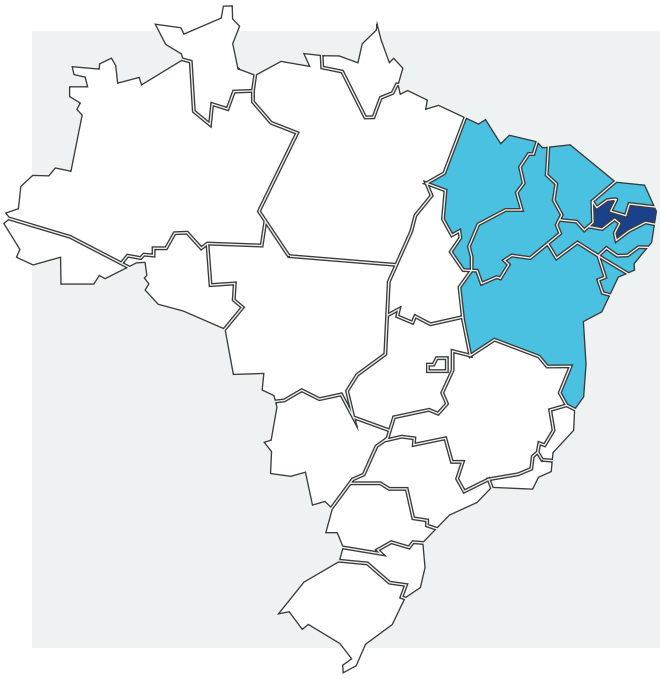
Pará

15º *Ranking* Brasil
1º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



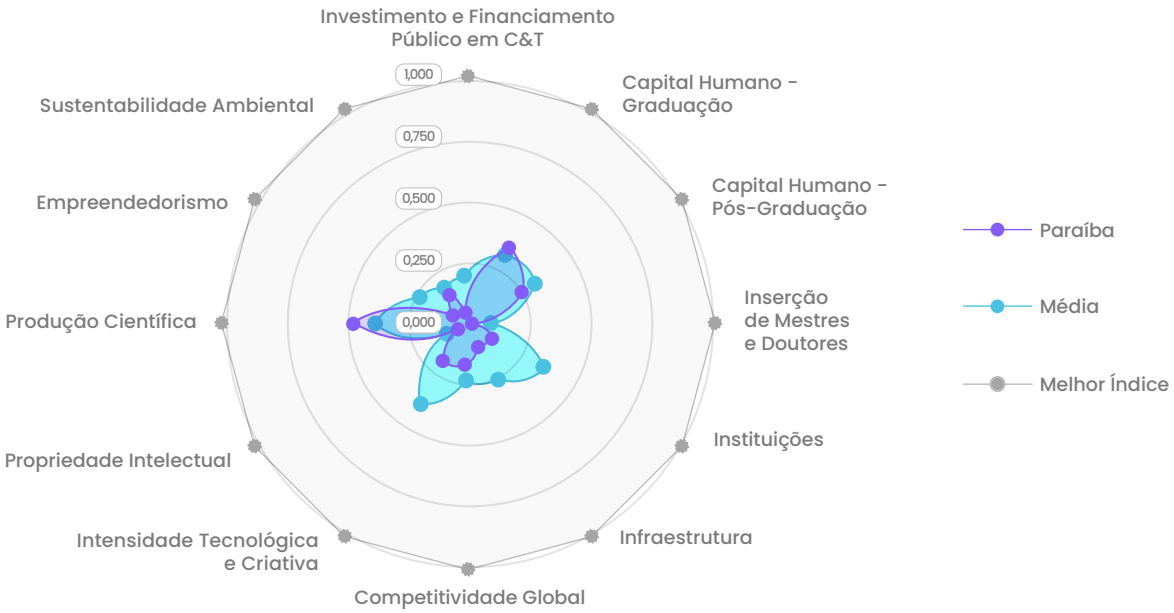
Índice de Capacidades	13º	Índice de Resultados	17º
Capital Humano – Graduação	14º	Competitividade Global	26º
Capital Humano – Pós-Graduação	11º	Empreendedorismo	22º
Inserção de Mestres e Doutores	14º	Produção Científica	8º
Investimento e Financiamento Público em C&T	22º	Intensidade Tecnológica e Criativa	21º
Infraestrutura	22º	Propriedade Intelectual	18º
Instituições	12º	Sustentabilidade Ambiental	7º



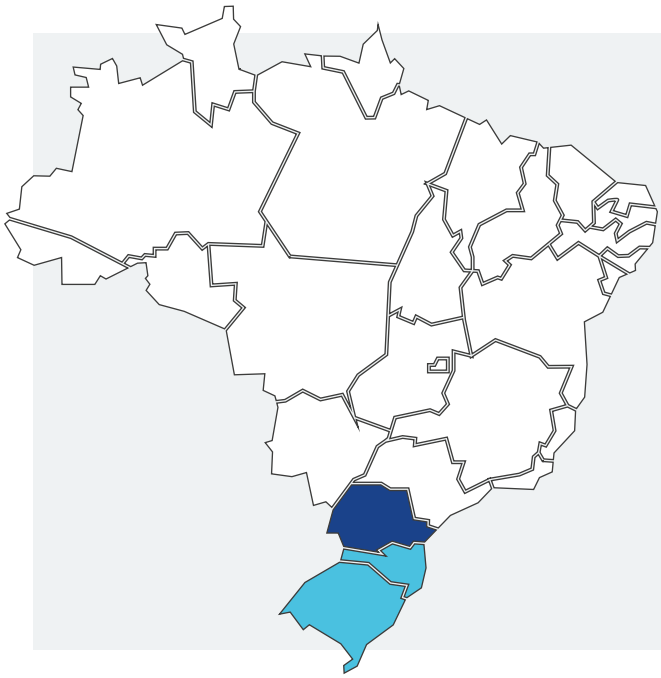
Paraíba

17º *Ranking* Brasil
5º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



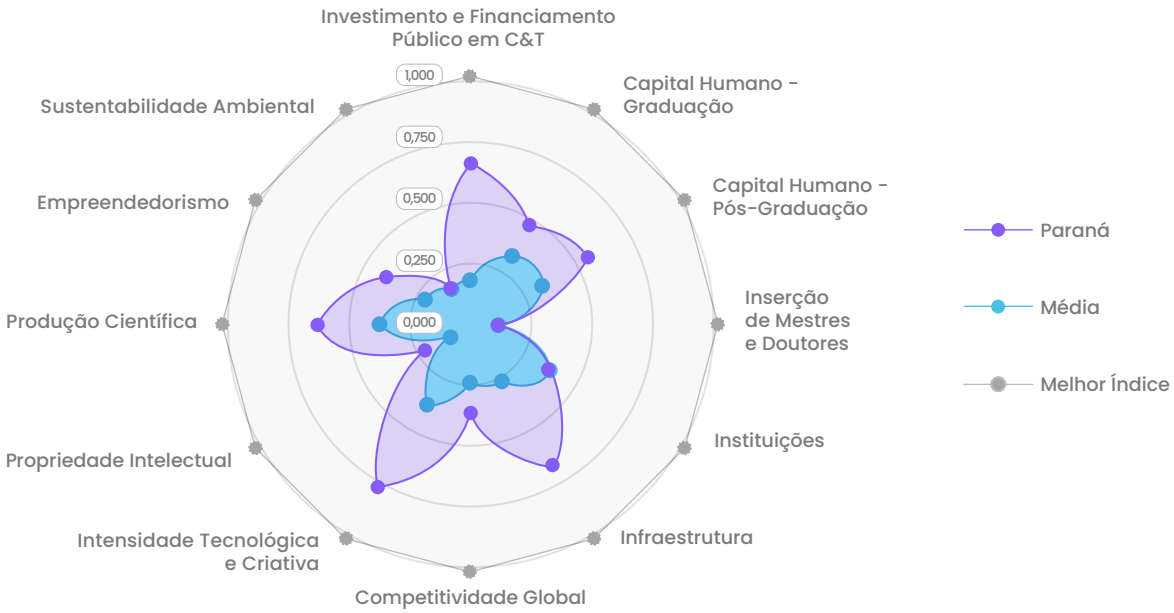
Índice de Capacidades	19º	Índice de Resultados	16º
Capital Humano – Graduação	10º	Competitividade Global	17º
Capital Humano – Pós-Graduação	14º	Empreendedorismo	20º
Inserção de Mestres e Doutores	15º	Produção Científica	12º
Investimento e Financiamento Público em C&T	17º	Intensidade Tecnológica e Criativa	19º
Infraestrutura	20º	Propriedade Intelectual	10º
Instituições	21º	Sustentabilidade Ambiental	10º



Paraná

5º *Ranking* Brasil
3º *Ranking* Sul

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



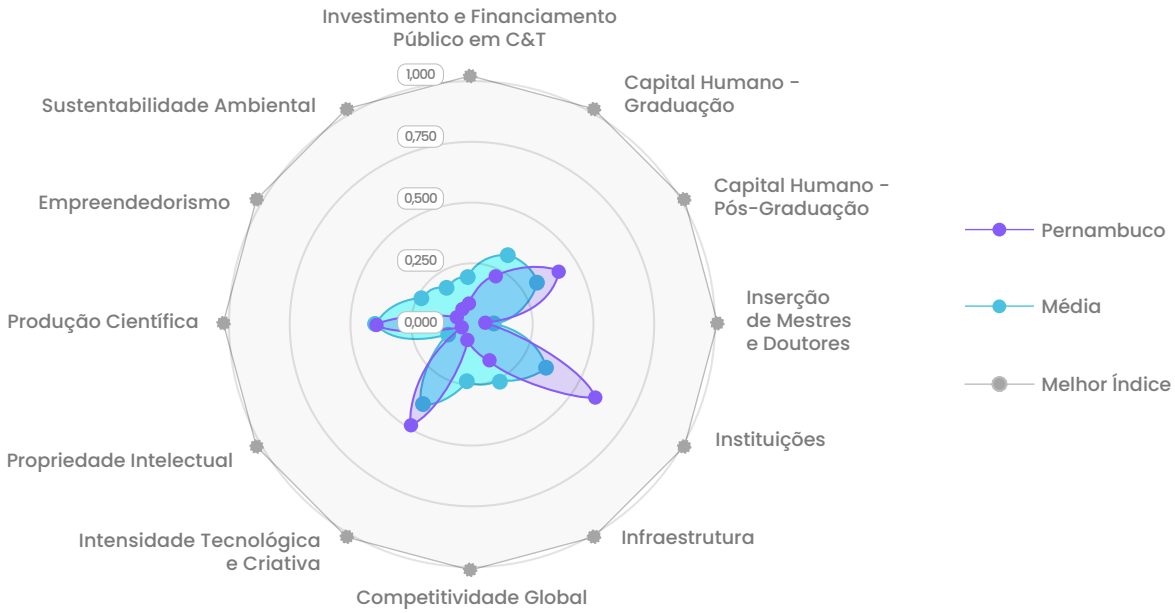
Índice de Capacidades	4º	Índice de Resultados	3º
Capital Humano – Graduação	6º	Competitividade Global	7º
Capital Humano – Pós-Graduação	5º	Empreendedorismo	5º
Inserção de Mestres e Doutores	6º	Produção Científica	4º
Investimento e Financiamento Público em C&T	2º	Intensidade Tecnológica e Criativa	4º
Infraestrutura	4º	Propriedade Intelectual	5º
Instituições	13º	Sustentabilidade Ambiental	9º



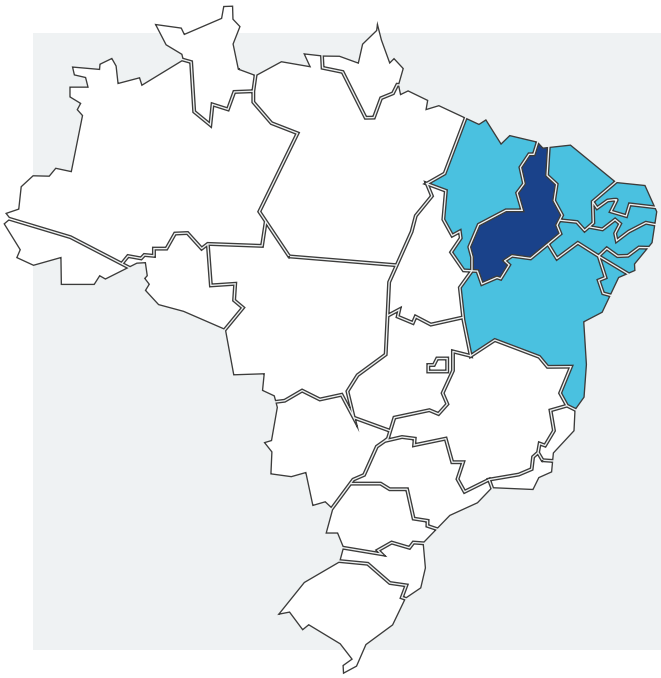
Pernambuco

12º *Ranking* Brasil
2º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



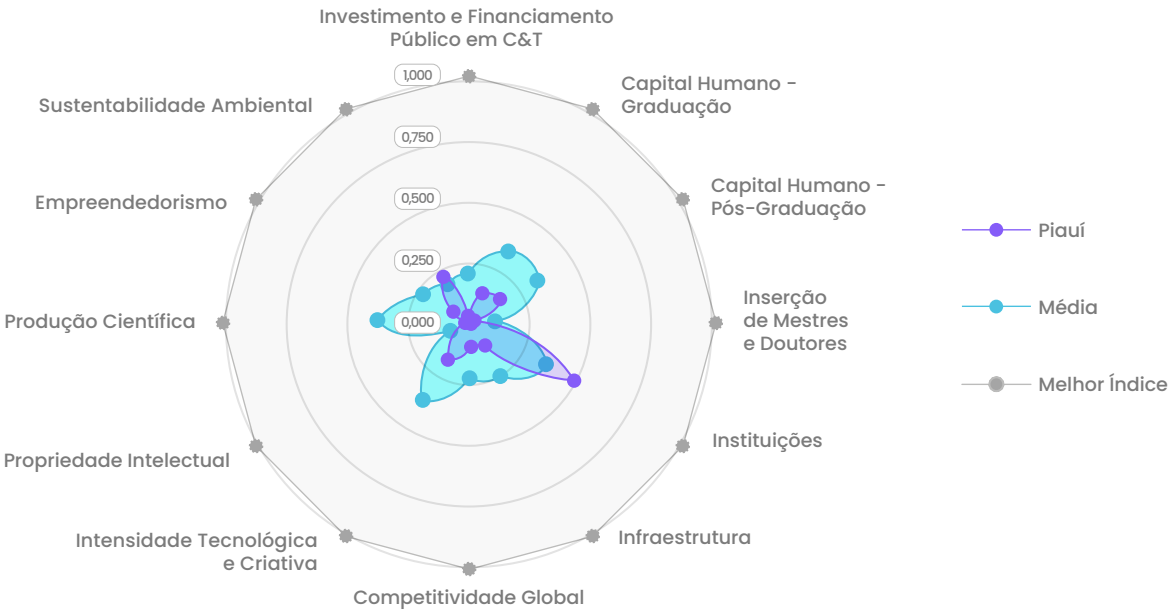
Índice de Capacidades	9º	Índice de Resultados	15º
Capital Humano – Graduação	19º	Competitividade Global	23º
Capital Humano – Pós-Graduação	8º	Empreendedorismo	21º
Inserção de Mestres e Doutores	8º	Produção Científica	17º
Investimento e Financiamento Público em C&T	14º	Intensidade Tecnológica e Criativa	9º
Infraestrutura	11º	Propriedade Intelectual	11º
Instituições	5º	Sustentabilidade Ambiental	16º



Piauí

20º *Ranking* Brasil
7º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



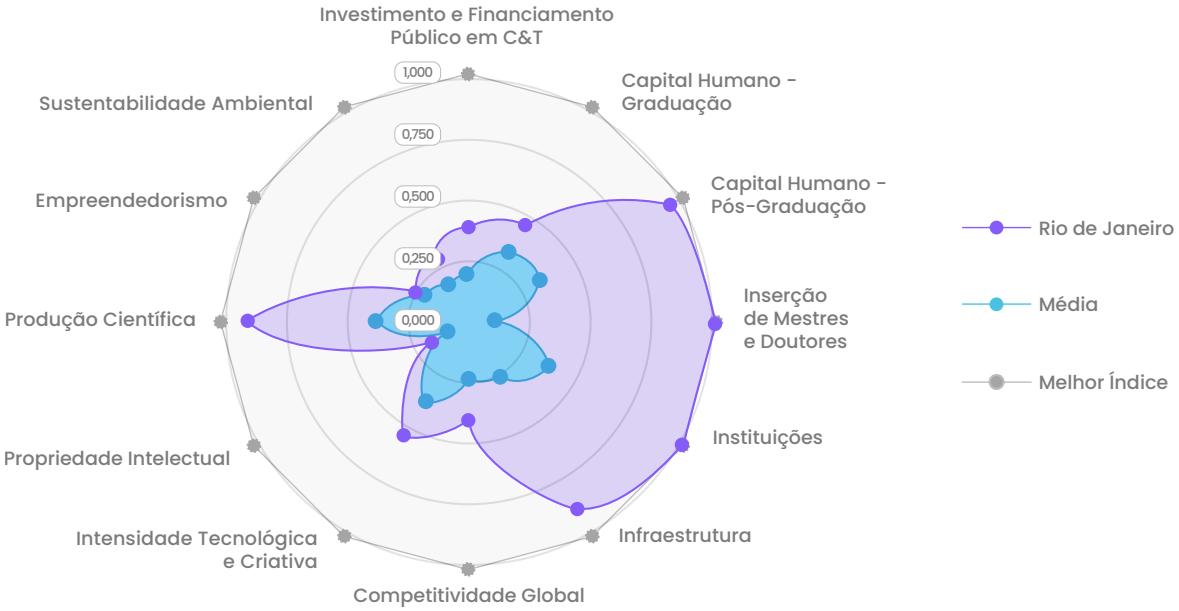
Índice de Capacidades	15º	Índice de Resultados	22º
Capital Humano – Graduação	25º	Competitividade Global	20º
Capital Humano – Pós-Graduação	20º	Empreendedorismo	18º
Inserção de Mestres e Doutores	20º	Produção Científica	22º
Investimento e Financiamento Público em C&T	26º	Intensidade Tecnológica e Criativa	18º
Infraestrutura	17º	Propriedade Intelectual	19º
Instituições	9º	Sustentabilidade Ambiental	8º



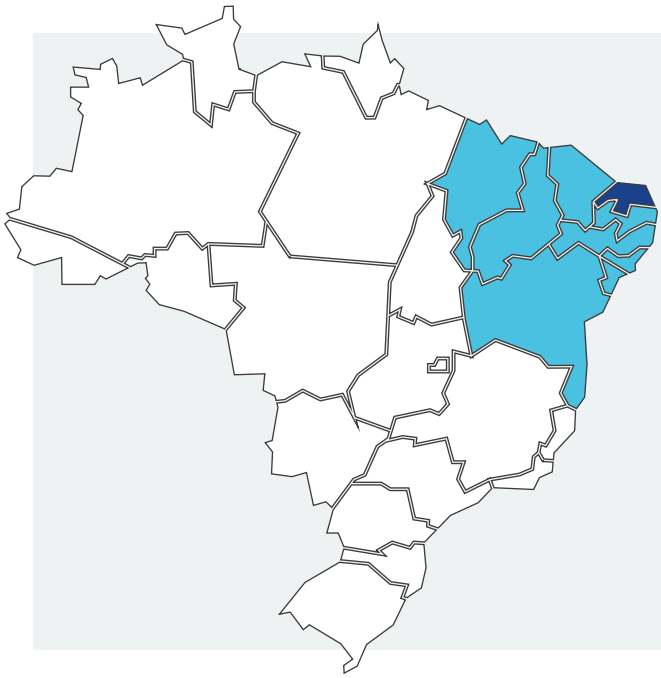
Rio de Janeiro

2º *Ranking* Brasil
2º *Ranking* Sudeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



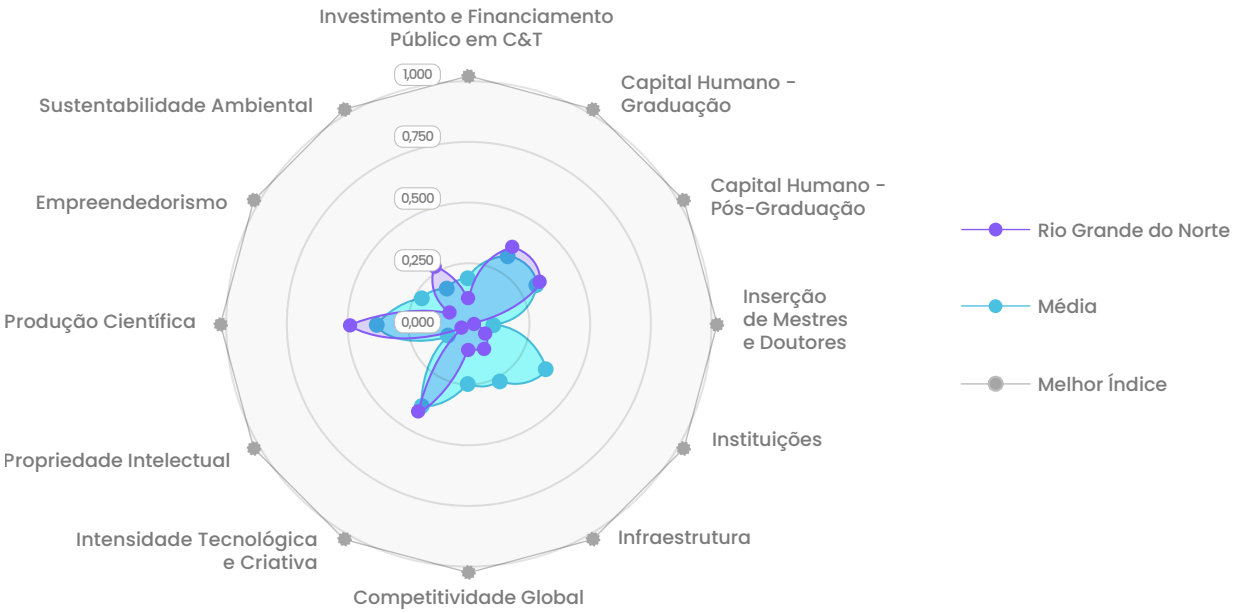
Índice de Capacidades	2º	Índice de Resultados	5º
Capital Humano – Graduação	7º	Competitividade Global	5º
Capital Humano – Pós-Graduação	2º	Empreendedorismo	9º
Inserção de Mestres e Doutores	1º	Produção Científica	2º
Investimento e Financiamento Público em C&T	6º	Intensidade Tecnológica e Criativa	8º
Infraestrutura	2º	Propriedade Intelectual	6º
Instituições	1º	Sustentabilidade Ambiental	5º



Rio Grande do Norte

14º *Ranking* Brasil
4º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



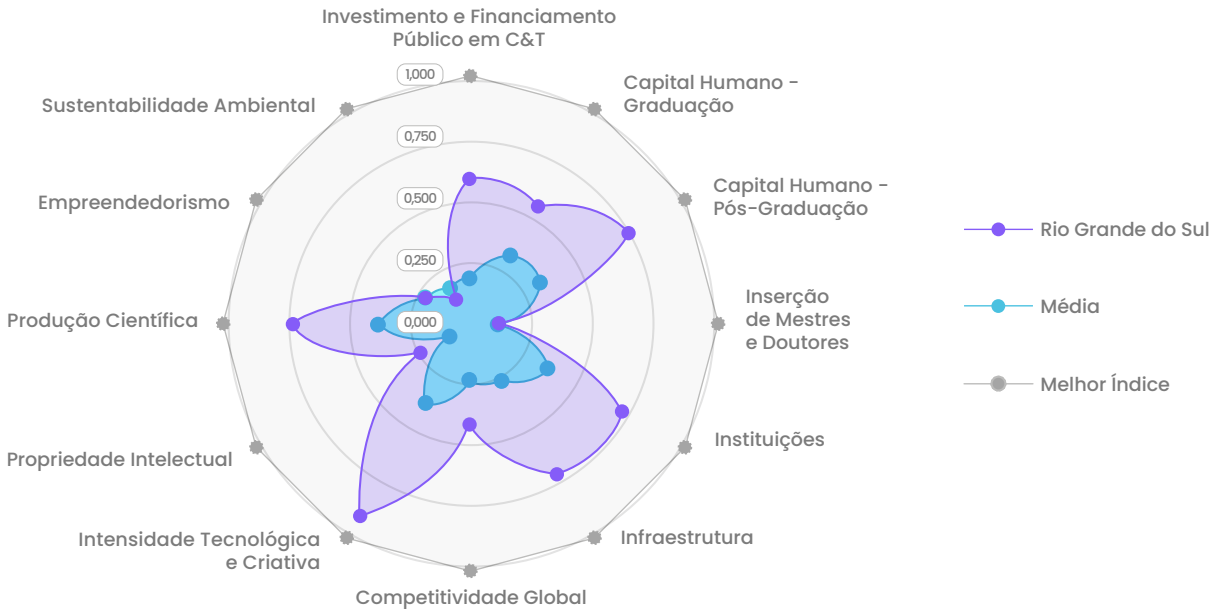
Índice de Capacidades	16º	Índice de Resultados	12º
Capital Humano – Graduação	9º	Competitividade Global	21º
Capital Humano – Pós-Graduação	10º	Empreendedorismo	17º
Inserção de Mestres e Doutores	18º	Produção Científica	10º
Investimento e Financiamento Público em C&T	12º	Intensidade Tecnológica e Criativa	12º
Infraestrutura	16º	Propriedade Intelectual	15º
Instituições	23º	Sustentabilidade Ambiental	6º



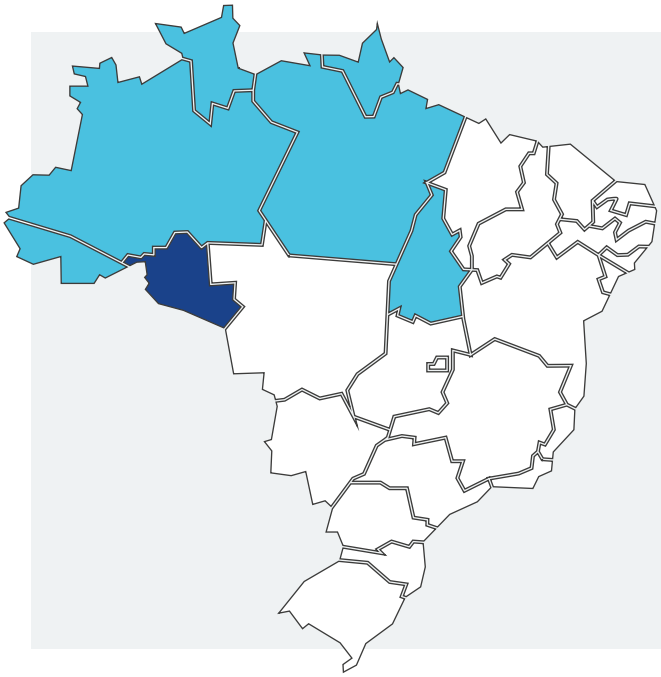
Rio Grande do Sul

3º *Ranking* Brasil
1º *Ranking* Sul

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



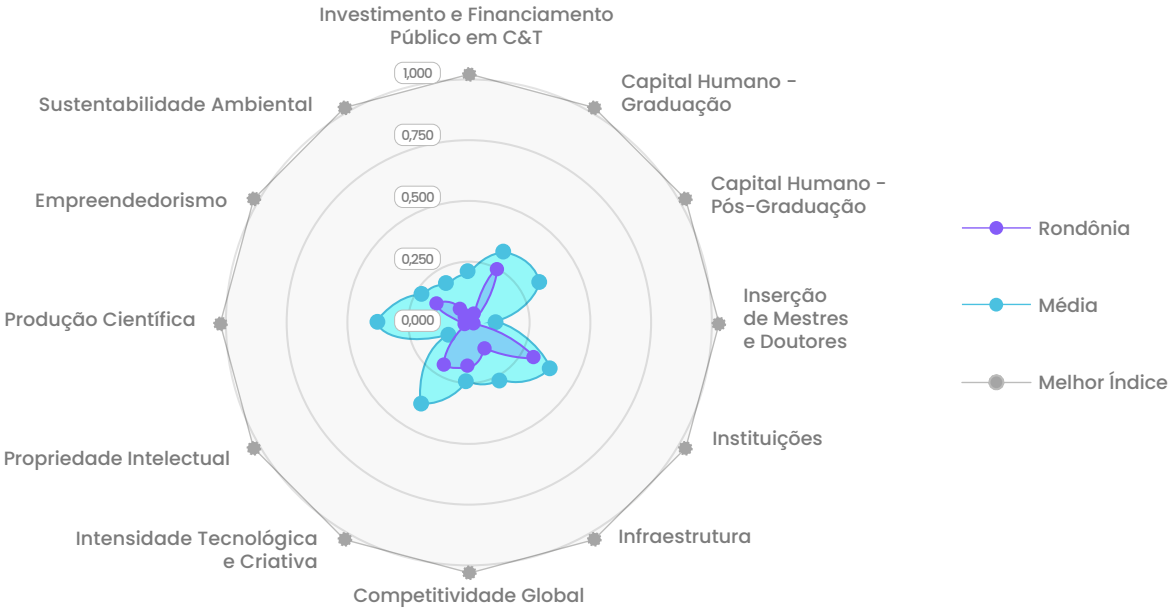
Índice de Capacidades	3º	Índice de Resultados	4º
Capital Humano – Graduação	4º	Competitividade Global	4º
Capital Humano – Pós-Graduação	3º	Empreendedorismo	11º
Inserção de Mestres e Doutores	5º	Produção Científica	3º
Investimento e Financiamento Público em C&T	3º	Intensidade Tecnológica e Criativa	2º
Infraestrutura	3º	Propriedade Intelectual	4º
Instituições	3º	Sustentabilidade Ambiental	12º



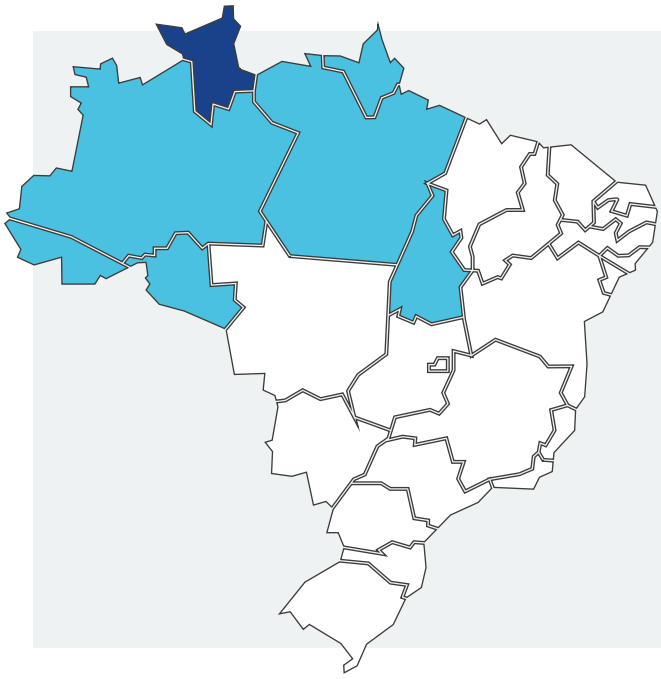
Rondônia

21º *Ranking* Brasil
3º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



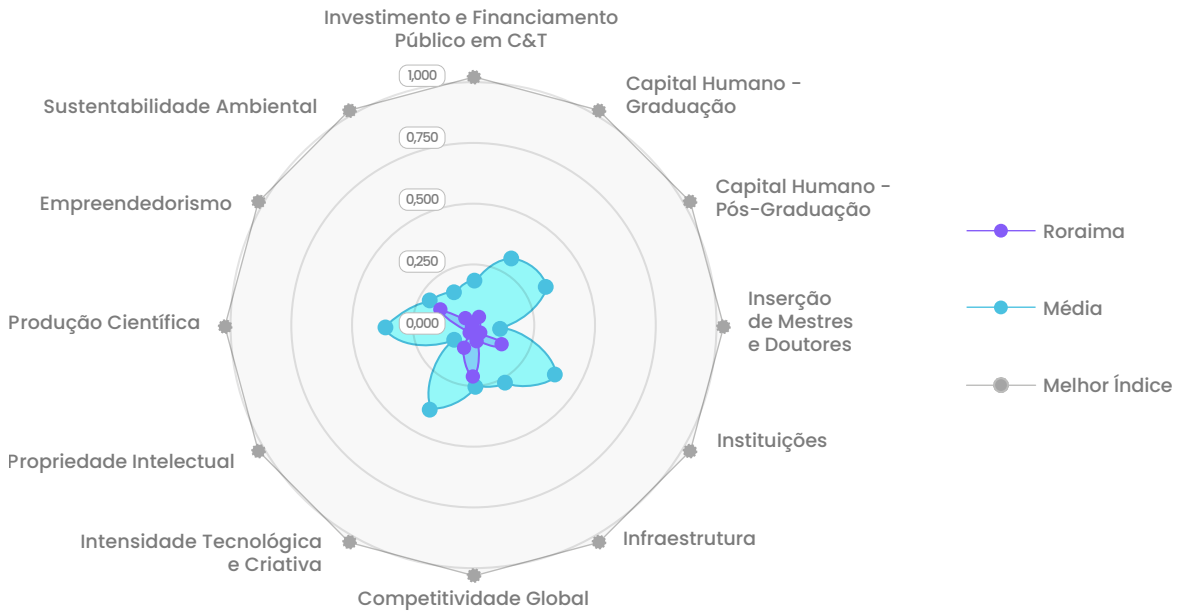
Índice de Capacidades	20º	Índice de Resultados	21º
Capital Humano – Graduação	17º	Competitividade Global	16º
Capital Humano – Pós-Graduação	25º	Empreendedorismo	14º
Inserção de Mestres e Doutores	21º	Produção Científica	24º
Investimento e Financiamento Público em C&T	27º	Intensidade Tecnológica e Criativa	17º
Infraestrutura	15º	Propriedade Intelectual	25º
Instituições	15º	Sustentabilidade Ambiental	14º



Roraima

26º *Ranking* Brasil
7º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



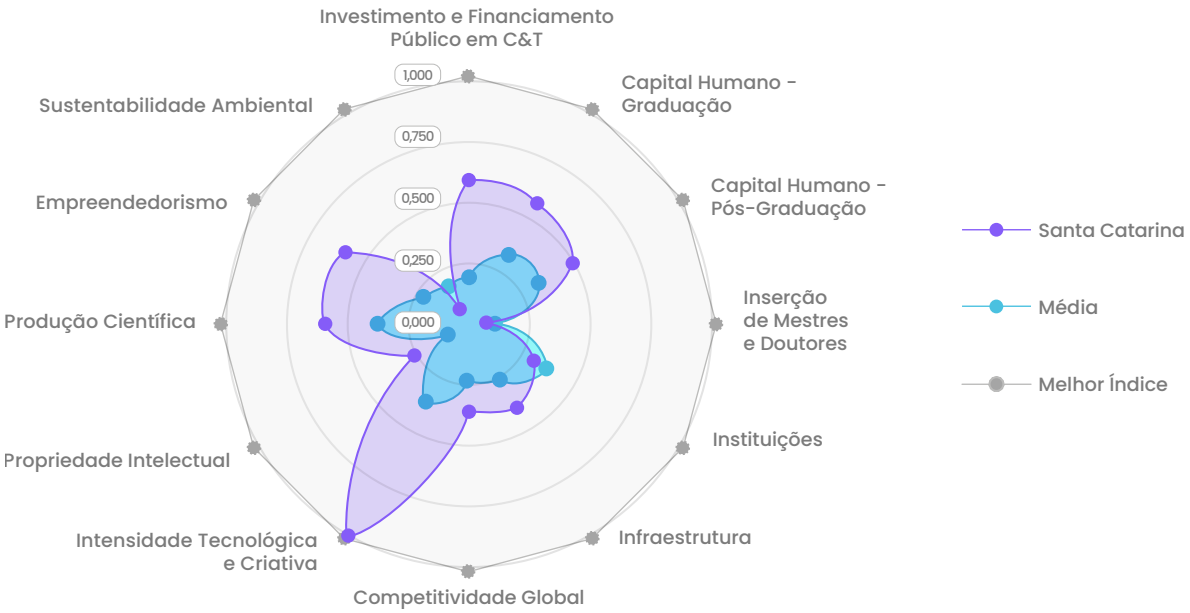
Índice de Capacidades	27º	Índice de Resultados	23º
Capital Humano – Graduação	26º	Competitividade Global	11º
Capital Humano – Pós-Graduação	26º	Empreendedorismo	15º
Inserção de Mestres e Doutores	27º	Produção Científica	26º
Investimento e Financiamento Público em C&T	25º	Intensidade Tecnológica e Criativa	24º
Infraestrutura	26º	Propriedade Intelectual	26º
Instituições	22º	Sustentabilidade Ambiental	27º



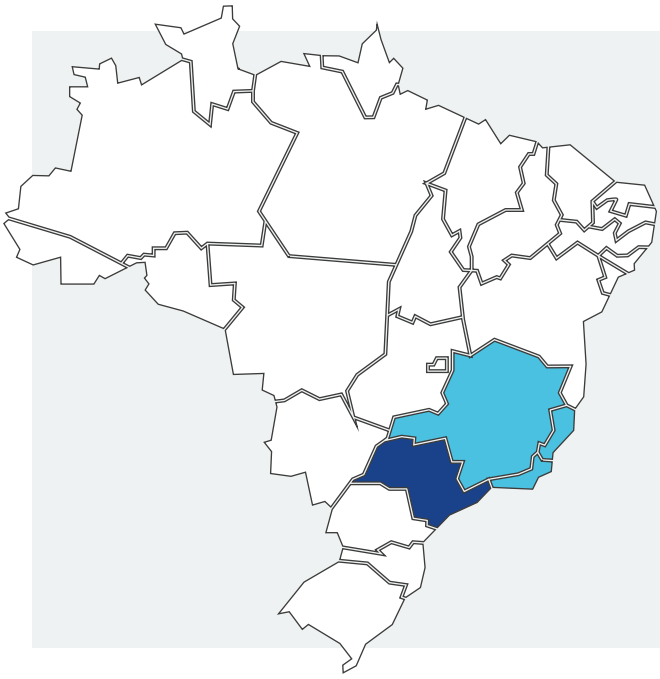
Santa Catarina

4º *Ranking* Brasil
2º *Ranking* Sul

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



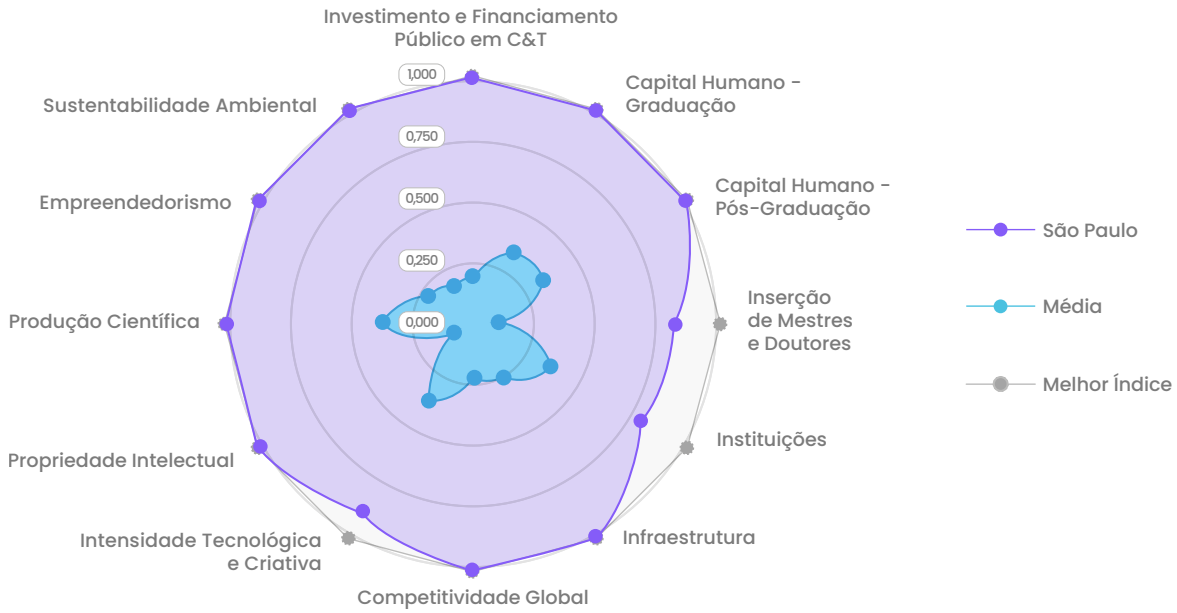
Índice de Capacidades	6º	Índice de Resultados	2º
Capital Humano – Graduação	3º	Competitividade Global	6º
Capital Humano – Pós-Graduação	7º	Empreendedorismo	2º
Inserção de Mestres e Doutores	7º	Produção Científica	6º
Investimento e Financiamento Público em C&T	4º	Intensidade Tecnológica e Criativa	1º
Infraestrutura	7º	Propriedade Intelectual	2º
Instituições	16º	Sustentabilidade Ambiental	17º



São Paulo

1º *Ranking* Brasil
1º *Ranking* Sudeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



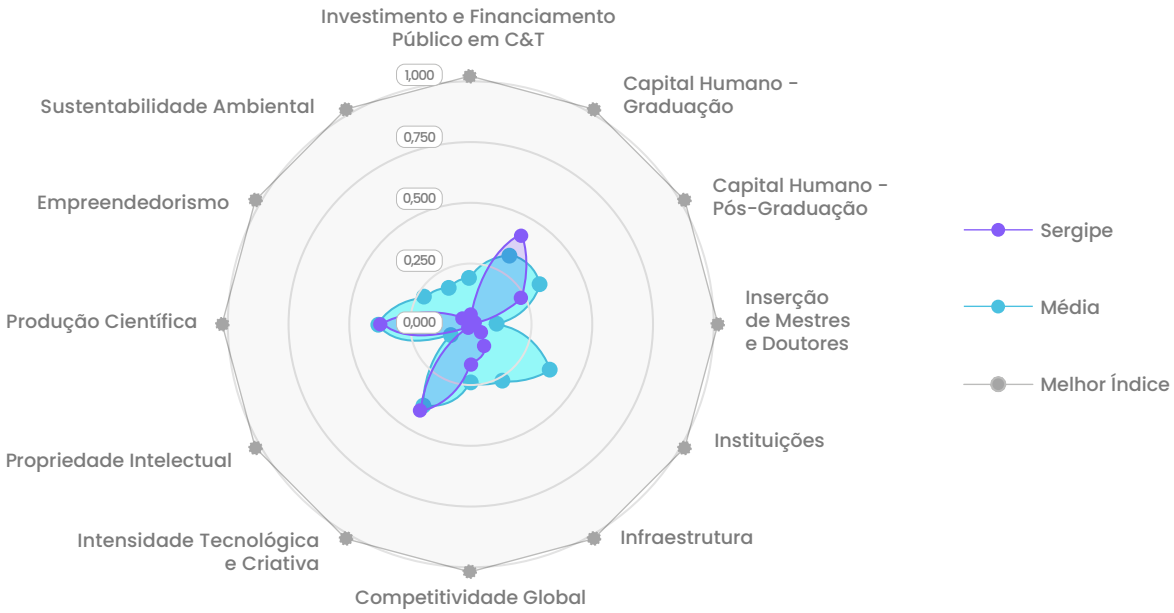
Índice de Capacidades	1º	Índice de Resultados	1º
Capital Humano – Graduação	1º	Competitividade Global	1º
Capital Humano – Pós-Graduação	1º	Empreendedorismo	1º
Inserção de Mestres e Doutores	2º	Produção Científica	1º
Investimento e Financiamento Público em C&T	1º	Intensidade Tecnológica e Criativa	3º
Infraestrutura	1º	Propriedade Intelectual	1º
Instituições	2º	Sustentabilidade Ambiental	1º



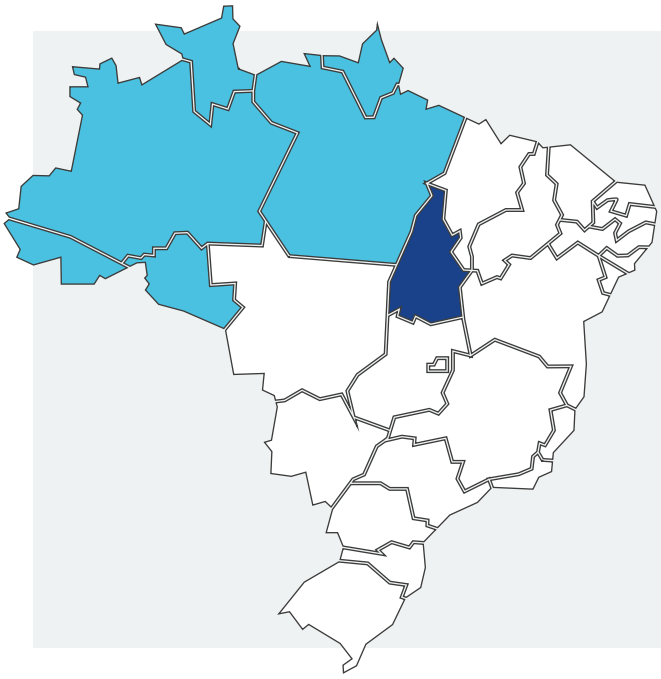
Sergipe

18º *Ranking* Brasil
6º *Ranking* Nordeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



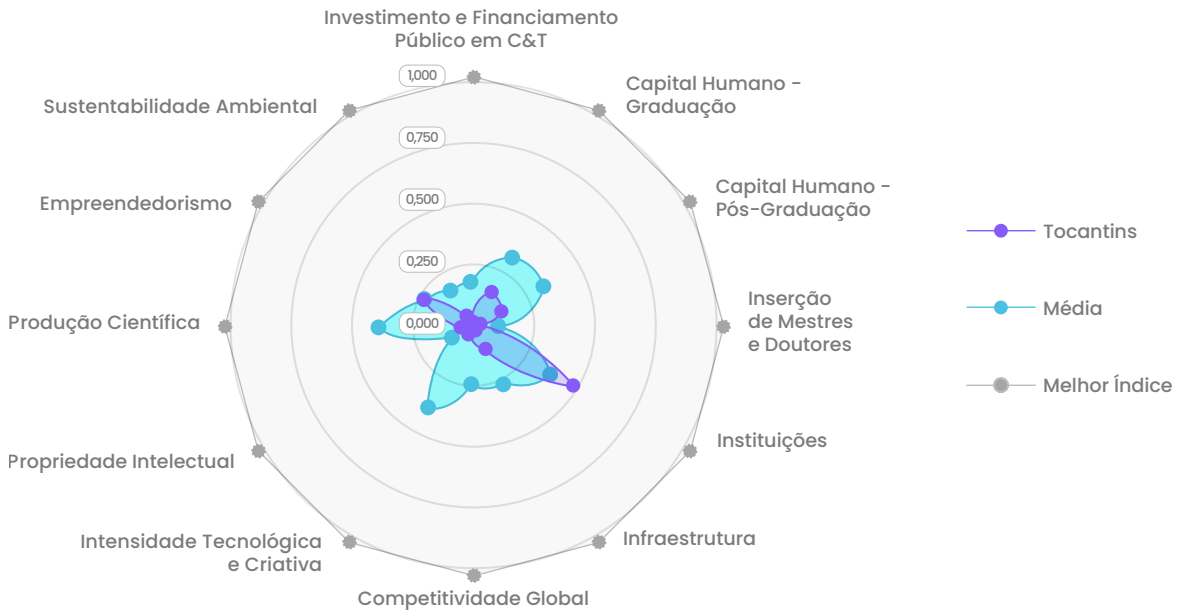
Índice de Capacidades	21º	Índice de Resultados	18º
Capital Humano – Graduação	8º	Competitividade Global	19º
Capital Humano – Pós-Graduação	17º	Empreendedorismo	25º
Inserção de Mestres e Doutores	17º	Produção Científica	18º
Investimento e Financiamento Público em C&T	18º	Intensidade Tecnológica e Criativa	13º
Infraestrutura	18º	Propriedade Intelectual	17º
Instituições	25º	Sustentabilidade Ambiental	21º



Tocantins

23º *Ranking* Brasil
4º *Ranking* Norte

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	14º	Índice de Resultados	24º
Capital Humano – Graduação	24º	Competitividade Global	27º
Capital Humano – Pós-Graduação	22º	Empreendedorismo	10º
Inserção de Mestres e Doutores	25º	Produção Científica	23º
Investimento e Financiamento Público em C&T	21º	Intensidade Tecnológica e Criativa	26º
Infraestrutura	19º	Propriedade Intelectual	24º
Instituições	11º	Sustentabilidade Ambiental	20º



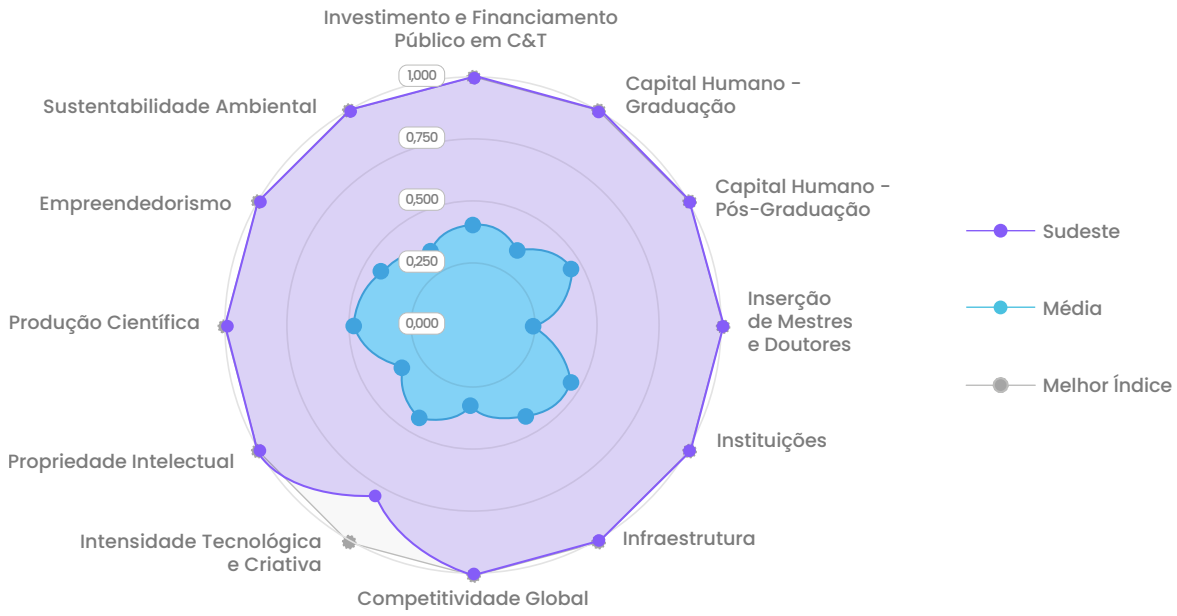
7. Desempenho por Região



Sudeste

1º *Ranking* Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



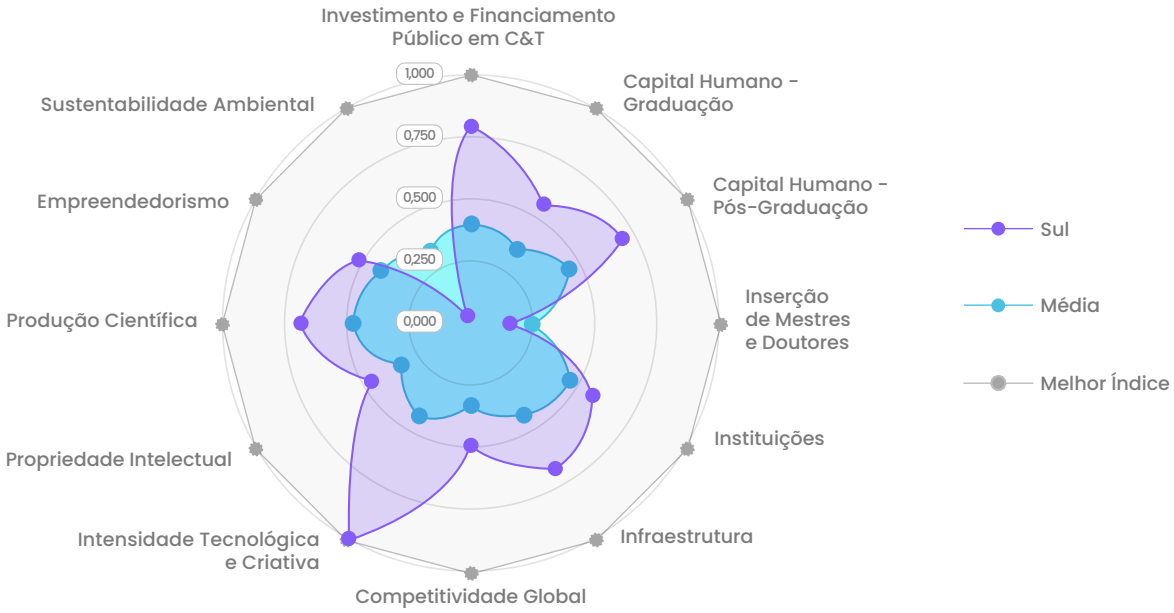
Índice de Capacidades	1º	Índice de Resultados	1º
Capital Humano – Graduação	1º	Competitividade Global	1º
Capital Humano – Pós-Graduação	1º	Empreendedorismo	1º
Inserção de Mestres e Doutores	1º	Produção Científica	1º
Investimento e Financiamento Público em C&T	1º	Intensidade Tecnológica e Criativa	2º
Infraestrutura	1º	Propriedade Intelectual	1º
Instituições	1º	Sustentabilidade Ambiental	1º



Sul

2º Ranking Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



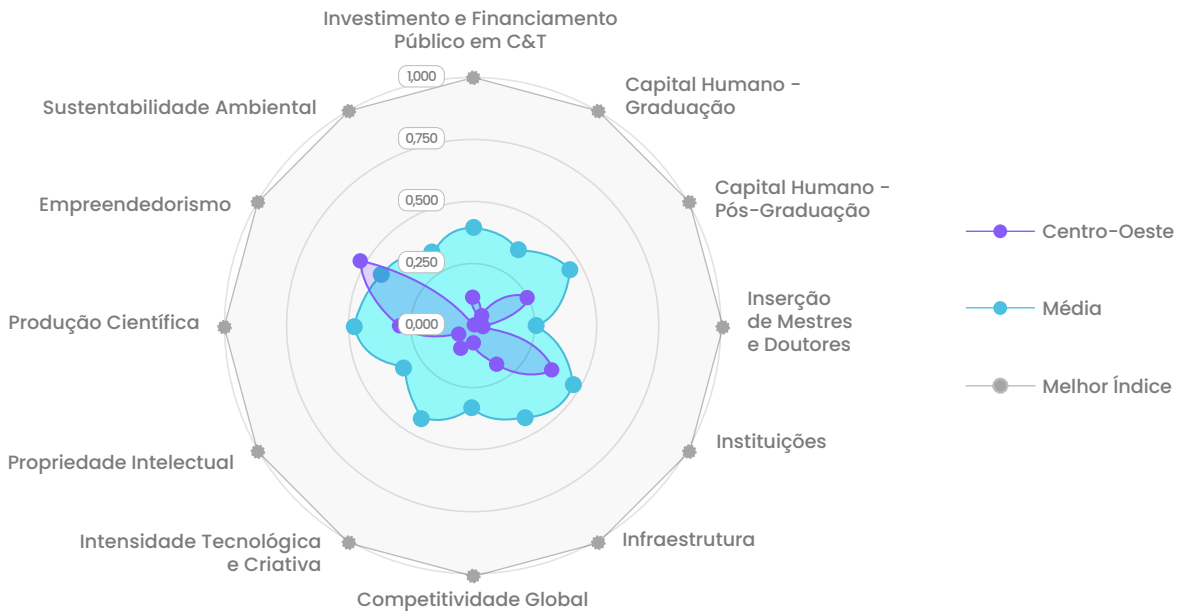
Índice de Capacidades	2º	Índice de Resultados	2º
Capital Humano – Graduação	2º	Competitividade Global	2º
Capital Humano – Pós-Graduação	2º	Empreendedorismo	3º
Inserção de Mestres e Doutores	2º	Produção Científica	2º
Investimento e Financiamento Público em C&T	2º	Intensidade Tecnológica e Criativa	1º
Infraestrutura	2º	Propriedade Intelectual	2º
Instituições	2º	Sustentabilidade Ambiental	4º



Centro-Oeste

3º *Ranking* Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



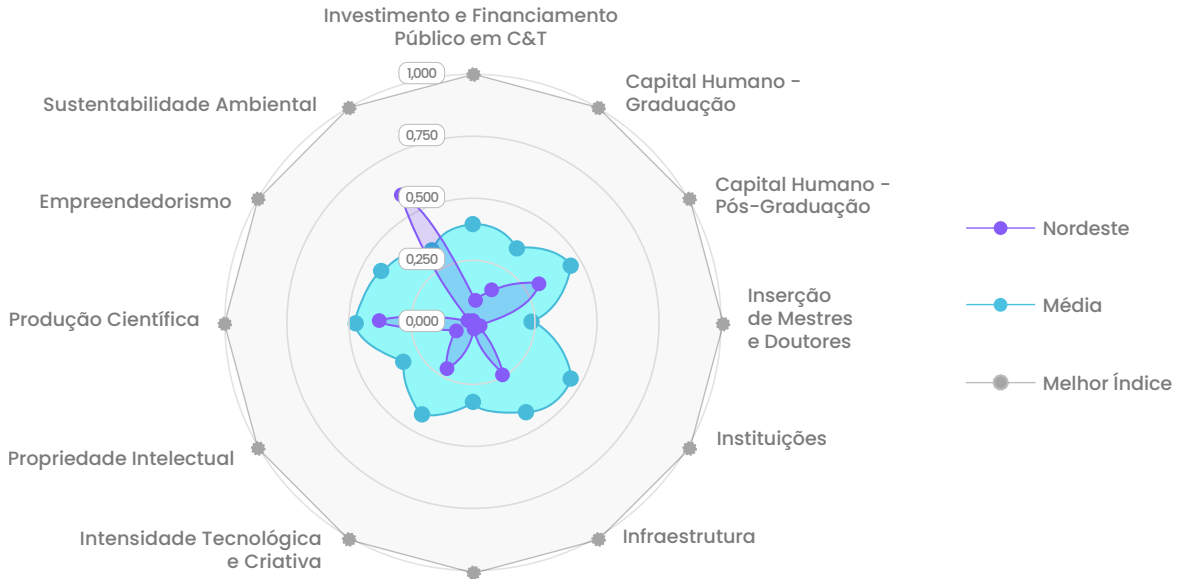
Índice de Capacidades	3º	Índice de Resultados	4º
Capital Humano – Graduação	4º	Competitividade Global	4º
Capital Humano – Pós-Graduação	4º	Empreendedorismo	2º
Inserção de Mestres e Doutores	4º	Produção Científica	4º
Investimento e Financiamento Público em C&T	3º	Intensidade Tecnológica e Criativa	4º
Infraestrutura	4º	Propriedade Intelectual	4º
Instituições	3º	Sustentabilidade Ambiental	5º



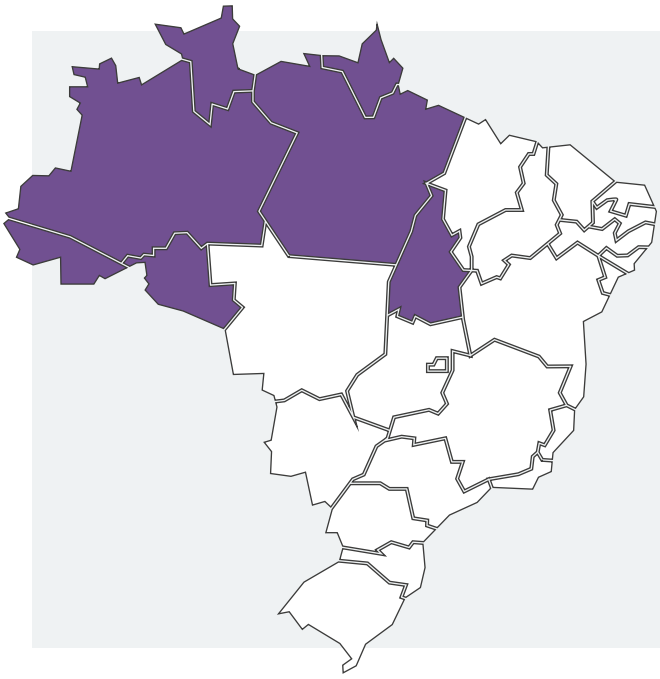
Nordeste

4º Ranking Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	4º	Índice de Resultados	3º
Capital Humano – Graduação	3º	Competitividade Global	5º
Capital Humano – Pós-Graduação	3º	Empreendedorismo	5º
Inserção de Mestres e Doutores	3º	Produção Científica	3º
Investimento e Financiamento Público em C&T	4º	Intensidade Tecnológica e Criativa	3º
Infraestrutura	3º	Propriedade Intelectual	3º
Instituições	5º	Sustentabilidade Ambiental	2º



Norte

5º *Ranking* Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



Índice de Capacidades	5º	Índice de Resultados	5º
Capital Humano – Graduação	5º	Competitividade Global	3º
Capital Humano – Pós-Graduação	5º	Empreendedorismo	4º
Inserção de Mestres e Doutores	5º	Produção Científica	5º
Investimento e Financiamento Público em C&T	5º	Intensidade Tecnológica e Criativa	5º
Infraestrutura	5º	Propriedade Intelectual	5º
Instituições	4º	Sustentabilidade Ambiental	3º



Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as the fundamental cause of long-run growth: working paper series. **National Bureau of Economic Research**, 2004. Disponível em: https://www.nber.org/papers/w10481. Acesso em: 26 ago. 2026.

ALVES, E. P. M.; SOUZA, C. A. C. A economia criativa no Brasil: o capitalismo brasileiro contemporâneo. **Latitude**, Maceió-AL, v. 6, n. 2, 2018. DOI: 10.28998/lte.2012.n.2.876. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/latitude/article/view/876. Acesso em: 26 ago. 2026.

AREND, M.; CARIO, S. A. F.; ENDERLE, R. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, [*S.l.*], v. 23, n. 1(41), 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12381. Acesso em: 26 ago. 2026.

BARBIERI, J.; VASCONCELOS, I.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, V. Innovation and sustainability: new models and propositions. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, 2010, p.146-154.

BRESCIANI, S. *et al*. Innovation, environmental sustainability and economic development: DEA-Bootstrap and multilevel analysis to compare two regions. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 172, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162521004728. Acesso em: 26 ago. 2026.

BUAINAIN, M.; SOUZA, R.; VIEIRA, A.; BUENO, C.; FERRARI, V.; SABINO, W. **Propriedade intelectual e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Ideia D e Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, 2019.

BURGESS, R. *et al*. Innovation, growth, and the environment. **IGC White Paper on Sustainable Growth**, 2023. Disponível em: https://www.theigc.org/sites/default/files/2023-11/IGCP10455-Sustainable-growth-white-paper-INT-230922-WEB.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Políticas de inovação e desenvolvimento. *In*: COUTINHO, D.; FOSS, M.C.; MOUALEM, P. (Orgs). **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnica-científica brasileira**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

CHIARINI, T.; GONÇALVES DA SILVA, A. L. Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: notas sobre as décadas de 1990 e 2000. **Nova Economia**, v. 26, n. 3, p. 1.007-1051, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/nTp5J9QTXkSjPG7TSCVMX6y/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2026.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVIOLVIMENTO – UNCTAD. **Creative**

Economy Report 2010, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

DIEBOLT, C.; HIPPE, R. The long-run impact of human capital on innovation and economic development in the regions of Europe, **Applied Economics**, v. 51, n. 5, 2019, p.542-563.

HUGGINS, R.; THOMPSON, P. Entrepreneurship, innovation and regional growth: a network theory. **Small Business Economics**, v. 45, 2015, p.103-128.

MANSFIELD, E. Academic research and industrial innovation. **Research Policy**, v.20, n.1, 1991, p.1-12.

MAZZUCATO, Mariana. **The entrepreneurial state**. Londres: Demos, 2011.

MELLO, R. E. S.; ZARDO, J. B. G. Rio criativo: política pública de formação, qualificação e de incubação de empreendedores nos setores criativos do estado do Rio de Janeiro. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 5., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2014. Disponível em: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18818. Acesso em: 26 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **OECD taxonomy of economic activities based on R&D intensity**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-taxonomy-of-economic-activities-based-on-r-d-intensity_5jlv73sqqp8r-en. Acesso em: 29 ago. 2026.

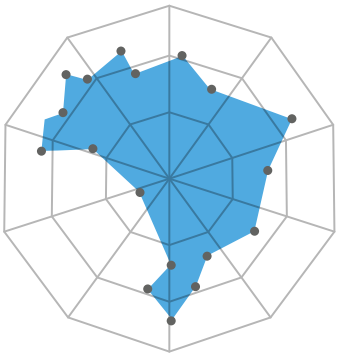
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. **Global Innovation Index 2025. Innovation at a Crossroads. 18th edition**. Genebra: OMPI, 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/global-innovation-index-2025/en/index.html. Acesso em: 26 ago. 2026.

PAPAGEORGIADIS, N.; SHARMA, A. Intellectual property rights and innovation: a panel analysis. **Economics Letters**, v. 141, 2016, p.70-72.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; ZHANG, M. The cost of weak institutions for innovation in China. **Technological Forecasting and Social Change**, v.153, 2020, 119937.

SUSENO, Y.; STANDING, C.; KIANI-MAVI, R.; JACKSON, P. National innovation performance: the role of human capital and social capital. **European Journal of Social Science Research**, v. 33, n. 3, 2020, p. 296-310.

TANG, Y. The impact of enterprises' scientific capabilities on innovation performance: evidence from an empirical analysis and simulation model. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 12, n. 548, 2025. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41599-025-04808-w. Acesso em: 26 ago. 2026.



Índice de Inovação dos Estados 26

Realização:

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Rede de Observatórios Sistema Indústria

Observatório Nacional da Indústria

Observatório da Indústria Ceará

FIEC Federação das Indústrias do Estado do Ceará

CNI Confederação Nacional da Indústria

Fortaleza, 2026



Realização:


ABDI
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial


Rede de Observatórios
Sistema Indústria


Observatório Nacional da Indústria


OBSERVATÓRIO DA INDUSTRIA
CEARÁ


FIEC
Federação das Indústrias do Estado do Ceará


CNI
Confederação Nacional da Indústria